



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

FELIPE GALIZA PEREIRA DE SOUZA

**EVIDÊNCIA IRREFUTÁVEL:
RACISMO E CONTROLE DO TRABALHO NA ATUAÇÃO
DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA (1945-1965)**

Brasília, dezembro de 2022



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

FELIPE GALIZA PEREIRA DE SOUZA

**EVIDÊNCIA IRREFUTÁVEL:
RACISMO E CONTROLE DO TRABALHO NA ATUAÇÃO
DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA (1945-1965)**

ORIENTADORA: PROFA. DRA. ANA FLÁVIA MAGALHÃES PINTO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em História.

Brasília, dezembro de 2022

EVIDÊNCIA IRREFUTÁVEL:
RACISMO E CONTROLE DO TRABALHO NA ATUAÇÃO DA
LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA (1945-1965)

Banca Examinadora

Profa. Dra. Ana Flávia Magalhães Pinto – PPGHIS/UnB
(Orientadora)

Prof. Dr. Álvaro Pereira do Nascimento – PPHR/UFRRJ
(Membro)

Prof. Dr. Marcelo Balaban – PPGHIS/UnB
(Membro)

Profa. Dra. Mariléa de Almeida – HIS/UnB
(Suplente)

AGRADECIMENTOS

À família, minha mãe Lícia Galiza e seu companheiro Carlos Lombardi, minha irmã Gabriela Galiza e meu irmão Marcelo Galiza, meus sobrinhos e minhas sobrinhas, por tudo. Ao meu pai, *in memoriam*.

À minha companheira Andressa Marques, inteligência inquieta que tanto me inspira.

Aos professores Marcelo Balaban e Álvaro Pereira do Nascimento, pelas observações em relação ao projeto de pesquisa.

Especialmente, à professora Ana Flávia Magalhães Pinto, não tenho palavras para agradecer e dimensionar sua importância na elaboração deste trabalho.

Agradeço aos colegas da Divisão de Arquivo e da Coordenação de Documentação e Arquivo, do Ministério do Desenvolvimento Social, nas pessoas de Jorge Cosme Paiva dos Santos, Antônio Leandro do Santos Filho, Leandro Rodrigues Pinheiro e Gustavo Torrezan Nunes. De algum modo, todos colaboraram para que eu pudesse pesquisar os documentos da LBA.

RESUMO

A presente dissertação discute o atravessamento do racismo na atuação da primeira instituição pública federal de assistência social, denominada Legião Brasileira de Assistência (LBA), no período entre 1945 e 1965. Adotei uma perspectiva teórico-metodológica que enxerga a história da LBA em diálogo com a historiografia social do trabalho e do pós-abolição, de modo a considerar os sujeitos-alvo da política assistencial, majoritariamente pessoas pretas ou pardas, como integrantes da história da classe trabalhadora brasileira e de um mundo do trabalho racialmente estruturado. Nessa análise, as práticas e concepções disseminadas pelos dirigentes da instituição também foram consideradas, como forma de evidenciar e discutir a agência pela hierarquização racial que esses atores sociais empreendiam. Nos dois primeiros capítulos, o periódico oficial *Boletim da LBA*, editado entre 1945 e 1965, se constitui na principal fonte de informações e questionamentos para esta pesquisa. Sua abrangência era nacional e, portanto, os eventos e ideias reproduzidas dizem respeito a lugares diversos dentro do recorte temporal. Na última parte, ao contrário, as problematizações avançam para uma análise localizada no espaço de atuação da instância local da LBA no Distrito Federal, em 1965, e o relatório oficial *A Experiência da LBA no Distrito Federal* ganha destaque como suporte documental.

PALAVRAS-CHAVE: assistência social, relações étnico-raciais, racismo, trabalho, pós-abolição, história social.

ABSTRACT

The present dissertation discusses the racism in the performance of the first federal public institution of social assistance, called Legião Brasileira de Assistência (LBA), in the period between 1945 and 1965. I adopted a theoretical-methodological perspective that sees the history of the LBA in dialogue with the social historiography of work and post-abolition, in order to consider the target subjects of the assistance policy, mostly black people, as members of the history of the Brazilian working class and of a racially structured world of work. In this analysis, the practices and concepts disseminated by the institution's directors were also considered, as a way of highlighting and discussing the agency through the racial hierarchy that these social actors undertook. In the first two chapters, the official journal *Boletim da LBA*, published between 1945 and 1965, constitutes the main source of information and questions for this research. Its scope was national and, therefore, the events and ideas reproduced refer to different places within the time frame. In the last part, on the contrary, the problematizations advance to a localized analysis in the space of action of the local instance of the LBA in the Federal District, in 1965, and the official report *The Experience of the LBA in the Federal District* gains prominence as documentary support.

KEYWORDS: social assistance, ethnic-racial relations, racism, work, post-abolition, social history.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – A alma não tem cor.....	43
Figura 2 – Inauguração de posto da Comissão Estadual da Legião Brasileira em Niterói (RJ).	48
Figura 3 – Curso de Puericultura na Casa do Pobre de Copacabana.....	49
Figura 4 – Mário Pinotti com “a Assistência”.....	49
Figuras 5 e 6 – Maria Roma Peluccio, Alzira Corrêa e Balbina de Paula, no serviço de registro civil.....	50
Figura 7 – Encerramento do curso popular de puericultura em Maceió (AL).	51
Figura 8 – Centro de Puericultura Odette Valadares, de Belo Horizonte.	51
Figura 9 – Curso Popular de Puericultura em Anápolis.	51
Figura 10 – Semana da Criança no Centro de Serviço Social no Engenho Novo.....	52
Figura 11 – Criança vencedora do Concurso de Robustez Infantil da Semana da Criança, na Gávea.	53
Figura 12 – Banda da Casa do Pequeno Jornaleiro, no Rio Grande do Sul.	53
Figura 13 – Mário Pinotti conversa com atingidos pela enchente em Alegrete, Rio Grande do Sul.....	54
Figura 14 – Mãe atendida pela agência de Serviço Social da Gávea.	55
Figura 15 – Capa do Boletim da LBA nº 91, abr. a jun. de 1958.....	55
Figura 16 – Capas do Boletim da LBA.	56
Figura 17 – Capas do Boletim da LBA.	57
Figura 18 – Capas do <i>Boletim</i> da LBA.....	57
Figura 19 – Capa do Boletim da LBA nº 33, mai. de 1948.....	58
Figura 20 – Capa do Boletim da LBA nº 98, ago. de 1959.....	59
Figura 21 – Afugentando o ócio.....	91
Figura 22 – Centenas de pessoas em frente à sede municipal da LBA, Mata Grande (AL). ..	94
Figura 23 – Mata Grande, março de 1953, Relatório da Comissão Executiva de Assistência às Vítimas da Seca (Avis) da Comissão Estadual de Alagoas, março de 1953.	95
Figura 24 – Construção de estrada, Palmeira dos Índios, Relatório da Comissão Executiva de Assistência às Vítimas da Seca (Avis) da Comissão Estadual de Alagoas, abril de 1953.	96

Figura 25 – Limpeza e aprofundamento de açude, Mata Grande, Relatório da Comissão Executiva de Assistência às Vítimas da Seca (Avis) da Comissão Estadual de Alagoas, maio de 1953.	96
Figura 26 – Chefe do SEB e chefe do Setor de Serviço Social do SEB, 1965 ou 1966.....	103
Figura 27 – Sede do Serviço Especial de Brasília e do Centro Social nº 1, Pavilhão de Metas, em frente ao Palácio do Planalto, 1966.	104
Figura 28 – Capa do relatório <i>Experiência da LBA no Distrito Federal</i>	106
Figura 29 – “Grupo de clientes” com assistente social e médico do Centro Social nº 3, no Gama, 1965 ou 1966.....	123
Figura 30 – Crianças do grupo de “Pequeno Trabalhador” – jornaleiros, 1965 ou 1966, no Centro Social nº 1, Plano Piloto.	124

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARQIMAR	Associação da Comunidade dos Remanescentes de Quilombo da Ilha de Marambaia
Avis	Assistência às Vítimas da Seca
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNH	Banco Nacional de Habitação
CBESB	Conselho de Bem-Estar Social de Brasília
CCF	Centro de Colocação Familiar
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
Deops-SP	Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DMI	Departamento de Maternidade e Infância
DNCr	Departamento Nacional da Criança
DNSP	Departamento Nacional de Saúde Pública
DPMI	Proteção à Maternidade e à Infância
EPCT	Estrada Parque do Contorno
FEB	Força Expedicionária Brasileira
Fenatrad	Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
GTB	Grupo de Trabalho de Brasília
IAPI	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários
IPAI	Instituto de Proteção e Assistência à Infância
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MESP	Ministério da Saúde e da Educação Pública
Neab	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
Novacap	Companhia Urbanizadora da Nova Capital
SED	Serviço de Educação e Divulgação
SEB	Serviço Especial de Brasília

SHEB	Sociedade de Habitação Econômica de Brasília
TEM	Teatro Experimental do Negro
Ufes	Universidade Federal do Espírito Santo
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

RESUMO	V
ABSTRACT	VI
ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES	VII
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	IX
INTRODUÇÃO	10
1. LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA, EUGENIA E RAÇA	26
1.1. DA CASA DA RODA AO <i>BOLETIM DA LBA</i>	26
1.2. EUGENIA COMO MISSÃO INSTITUCIONAL	31
1.3. SUJEITOS-ALVO DA AÇÃO DA LBA.....	43
2. LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA E OS MUNDOS DO TRABALHO	60
2.1. ASSISTÊNCIA SOCIAL E UMA POSSIBILIDADE DE AMPLIAÇÃO DO CONCEITO DE TRABALHO	60
2.2. TRABALHO DOMÉSTICO NO BOLETIM DA LBA	70
2.3. ASSISTÊNCIA SOCIAL NA DIVISÃO DO TRABALHO E A IMAGEM DO CIDADÃO ÚTIL.....	81
3. NOVOS VELHOS PARADIGMAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: O ADVENTO DA LBA EM BRASÍLIA (1965)	94
3.1. A CRIAÇÃO DO SERVIÇO ESPECIAL EM BRASÍLIA	94
3.2. ASSISTÊNCIA NO CONTEXTO DE SEGREGAÇÃO	105
3.3. PROBLEMAS DE BRASÍLIA	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
FONTES IMPRESSAS	131
JORNAIS.....	135
ESTATÍSTICAS.....	135
FONTES AUDIOVISUAIS.....	136
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	137

INTRODUÇÃO

Instalou-se, ontem [28.8.1942], sob a presidência da Sr.^a Darcy Vargas, a “Legião Brasileira de Assistência”, com a realização de uma sessão, no salão nobre da Associação comercial.¹

O interesse pelo estudo da história da Política Pública de Assistência Social no Brasil decorreu de alguns fatores ligados à minha atividade profissional como Analista Técnico de Políticas Sociais do Poder Executivo Federal. De início, porque a própria preparação para o concurso a esse cargo exigiu o estudo da trajetória percorrida pelas políticas sociais no Brasil. Em 2013, quando ingressei na carreira para trabalhar no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), conheci o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), uma significativa base de dados que permitia a seleção de público, a execução e o acompanhamento de programas sociais para a população em situação de vulnerabilidade, como o Programa Bolsa Família. A equipe que o gerenciava era responsável por diversas atividades que não se restringiam ao manejo de uma ferramenta tecnológica, mas estabeleciam as diretrizes e coordenavam uma parte do trabalho da rede de Assistência Social nos 26 estados, no Distrito Federal e em todos os municípios brasileiros. Além disso, acompanhavam o acesso das pessoas aos equipamentos públicos de educação e saúde, estabeleciam um método de comunicação direta com as famílias beneficiárias, bem como articulavam parcerias e ações afirmativas de busca ativa dos integrantes dos segmentos sociais estruturalmente desfavorecidos.

Assim, o Cadastro Único para Programas Sociais e o Programa Bolsa Família propiciavam o enfrentamento da pobreza multidimensional, vista não só pelo aspecto da renda, mas também pelas condições de saúde, saneamento, educação e cultura da população brasileira. Ao cercar a vulnerabilidade social de diversas formas e apresentar resultados significativos, pude presenciar pesquisadores brasileiros e estrangeiros se interessarem pelo estudo dessa política, virem conhecê-la *in loco* e acompanhar as notícias dos prêmios recebidos.

Essa experiência tornou-me sensível à trajetória da Assistência Social no Brasil, em saber o que havia precedido aquele patamar de enfrentamento das desigualdades. No início de 2017, aproveitei o contexto de mudança na titularidade do Governo Federal e pedi transferência para a Divisão de Arquivo – ou seja, o arquivo do ministério – setor essencial para o funcionamento das organizações públicas, detentor de suas informações e de seu patrimônio

¹ A noite dominical, 30 de agosto de 1942, p. 5.

documental, embora comumente alvo de descrédito, ainda mais com o advento da crescente digitalização. Nele, tive contato com o acervo de uma instituição federal extinta, denominada Legião Brasileira de Assistência (LBA),² responsável pela execução das políticas públicas federais de assistência social entre 1942 e 1995. Após sua extinção, coube ao MDS, criado em 2004, receber um acervo que dormitava no limbo das antigas sedes da LBA, no Rio de Janeiro. Parecia-me um chamamento evidente das circunstâncias à pesquisa histórica desse tema, pela percepção de que aqueles eram vestígios pertinentes para a compreensão de diferentes aspectos da questão social brasileira.

Essa documentação estava armazenada em caixas com a inscrição Arquivo Histórico, mantida em condições físicas adversas, bem como sem qualquer classificação em temas ou cronologia. Intuitivamente, organizei-a de maneira que propiciasse a pesquisa e o próprio entendimento do que se tinha, ao estabelecer uma cronologia e separar coleções de documentos, como a do periódico *Boletim da LBA*, que será uma das principais fontes a serem utilizadas nesta pesquisa. Surpreendentemente, para mim, alguns pesquisadores da história da Assistência Social, que serão comentados ao longo desta dissertação, conseguiram selecionar fontes para produção de seus trabalhos no ambiente prévio mencionado.

Instigado pela incursão em fontes pouco exploradas, passei a querer pesquisar a história institucional da LBA, registrando os acontecimentos mais significativos, os principais programas e projetos que ela executava, as personalidades que a dirigiram e as ingerências do contexto político nacional sobre sua trajetória. Tendo como referência os marcos da história política, o estudo deveria abordar o período entre 1945 e 1964. Isso me parecia plausível pois desconhecia um trabalho que abordasse a trajetória institucional nesse período. Pouco depois do meu ingresso no mestrado, um historiador que conhecia aquelas revistas *Boletim da LBA* então guardadas em caixas ocultas e praticamente inacessíveis, me disse que queria verificar umas atas da LBA e perguntou se eu poderia separá-las. Como tinha organizado a documentação, prontamente o respondi sobre o que tinha disponível. Ao atendê-lo pessoalmente nessa sua segunda passagem pelo arquivo em que agora eu trabalhava, perguntei se poderia me disponibilizar a tese que afirmava ter concluído há pouco, ainda indisponível no repositório acadêmico digital. Chamada *Assistência e Modernidade nos Boletins da Legião Brasileira de Assistência (1945 a 1964)*³, esse trabalho dedicava dois capítulos aos assuntos

² A Legião Brasileira de Assistência será aqui referida por esse nome ou pela abreviação LBA.

³ SILVA, Bruno Sanches Mariante da. *Assistência e modernidade nos Boletins da Legião Brasileira de Assistência (1945-1964)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de São Paulo, Assis, 2018

que pretendia estudar e utilizava a mesma fonte que tinha me proposto a detalhar nesses questionamentos, o que me despertou para a necessidade de traçar novos rumos.

Nesse sentido, ainda mais significativas foram as orientações da professora Ana Flávia Magalhães Pinto. As leituras e disciplinas para as quais me direcionou acabaram por transformar completamente as questões que me fazia diante das fontes primárias da LBA. Ao tomar contato com a historiografia que se deteve sobre o “pensamento racial brasileiro”, a história social da escravidão, do trabalho e do período do pós-abolição, bem como a produção da intelectualidade acadêmica e ativista negra e da sociologia das relações raciais, percebi que era imprescindível questionar o lugar histórico da LBA munido desse arcabouço teórico-metodológico. Era o oposto do que tinha sido inicialmente planejado, mas as perguntas que a partir de então fazia sobre o papel central da hierarquização racial como força mobilizadora da realidade social eram de uma pertinência irrefutável frente às respostas que as fontes da LBA permitiam observar. Detalharei posteriormente os pontos específicos a que farei referência ao longo dos capítulos. Antes cabe explicar em que consistia a Legião Brasileira de Assistência e quais fontes serão utilizadas nesta pesquisa.

A LBA despontou como novidade no aparato administrativo brasileiro em reuniões realizadas entre 25 e 28 de agosto de 1942. Transcorria-se, então, o décimo terceiro ano consecutivo da presidência de Getúlio Vargas e o sexto do arranjo autoritário do Estado Novo. Circunstancialmente, a criação da LBA ocorreu a partir de uma causa específica, qual seja, a iminente entrada do Brasil como país beligerante na Segunda Guerra Mundial, formalizada pelo Decreto nº 10.358, de 31 de agosto de 1942.⁴ Nesse sentido, no âmbito da mobilização social que se formou a partir de então – no “esforço de guerra” – caberia à LBA ser o braço assistencial do Estado, em especial com relação às famílias dos militares convocados, conforme a seguir noticiado:

Por iniciativa e sob o patrocínio da sra. Darcy Vargas, vai ser lançada em todo o país uma campanha no sentido de dar assistência aos mobilizados e às famílias de todos os que deixarem seus lares a serviço da pátria.⁵

Coube, portanto, a Darcy Sarmanho Vargas (1895-1968), nascida em São Borja, no Rio Grande do Sul, casada com Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954) desde 1910, exercer o papel de liderança política na criação dessa instituição. Sua trajetória na filantropia sugere o contexto

⁴ BRASIL. Decreto nº 10.358, de 31 de agosto de 1942. Declara o estado de guerra em todo o território nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d10358.htm. Acesso em: 27 jan. 2022.

⁵ *Diário de Notícias*, 26 de agosto de 1942, p. 2.

das ações assistenciais que precederam a criação da LBA e, de certa forma, moldaram-lhe práticas que perdurariam. Em 1930, criou a Legião da Caridade, associação de mulheres da elite gaúcha que produziam roupas e distribuía alimentos entre as famílias dos que ingressaram na revolta civil e militar que encerraria a Primeira República. Em 1938, estabelecida no Rio de Janeiro como esposa do presidente da República, inaugurou a Fundação Darcy Vargas, também integrada por senhoras da elite que tinham o objetivo de proteger a infância pobre e abandonada. No ano seguinte, fundou a Casa do Pequeno Jornaleiro, que buscava prover moradia, assistência médica, educação básica, pátria, religiosa e moral, além de ensino profissional, aos vendedores de jornais e outros menores de até 18 anos que mantinham ocupações nas ruas.⁶

Quando liderou o planejamento da criação da LBA, Darcy Vargas seria acompanhada pelos membros da Associação Comercial do Rio de Janeiro:

A sra. Darcy Vargas reuniu, ontem, no Palácio da Guanabara, a comissão nomeada para elaborar o plano geral da obra. Os representantes da Associação Comercial, a quem a sra. Getúlio Vargas confiou a execução da Legião, srs. Coelho Duarte e Lacerda Pinheiro, ouviram detalhadamente a opinião da sra. Darcy Vargas sobre a obra em apreço⁷

Apesar de ligada à entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, a LBA possui uma historicidade ligada às práticas assistenciais nas relações sociais brasileiras, fato que sua longevidade corrobora, pois subsistiu décadas após o conflito. Nesse caminho, havia-lhe precedido o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), criado em 1938, focalizado na normatização e fiscalização das ações de assistência social desenvolvidas de forma privada. Nesse sentido, a LBA significou a primeira iniciativa de uma política assistencial centralizada, a partir de ações próprias e subvenções a obras particulares, apoiada por sedes em todo o território, “como instituição articuladora da assistência social no Brasil”,⁸ em que o Estado e os seus formuladores expressaram o tipo de assistência social que deveria ser oferecida à população brasileira.

Como observa a historiadora e pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) Gisele Sanglard, não havia uma delimitação precisa entre as esferas assistenciais pública e

⁶ As historiadoras Michele Tupich Barbosa e Ivana Guilherme Simili apresentam dados biográficos de Darcy Vargas com detalhes em: BARBOSA, Michele Tupich. *Legião Brasileira de Assistência (LBA): o protagonismo feminino nas políticas de assistência em tempos de guerra (1942-1946)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. SIMILI, Ivana Guilherme. *Mulher e política: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945)*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

⁷ *Diário de Notícias*, 28 de agosto de 1942, p. 3.

⁸ MONTEIRO, Iraneth Rodrigues. *Estado e sociedade na construção de políticas públicas de enfrentamento à fome e à pobreza no Brasil contemporâneo*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, UFRRJ: 2020, p. 33.

privada na primeira metade do século XX.⁹ Dessa forma, a filantropia manteve papel relevante, inclusive para a própria LBA, tanto no sentido de que esta apoiava financeiramente as instituições filantrópicas como no fato de que suas ações também se revestiam do caráter de benemerência que caracteriza a atuação filantrópica. Ademais, apenas eram legitimados como beneficiários potenciais de serviços assistenciais aqueles que, historicamente, haviam sido beneficiários autênticos da caridade e da filantropia, quais sejam e, quando muito, os que detinham alguma incapacidade para o trabalho, como crianças desassistidas, mulheres pobres viúvas ou mães de filhos pequenos, pessoas com deficiência e idosos, conforme argumenta Iraneth Rodrigues Monteiro.

Nesse ângulo, os destituídos das oportunidades de trabalho, que não se enquadrassem nas situações descritas, continuaram a ser percebidos não só como pessoas excluídas do direito de receber legitimamente políticas assistenciais, mas também como personalidades “desajustadas”. Esse termo recorrente na documentação da LBA definia, entre outras situações, a de pessoas para quem políticas de moralização e de indução para um mercado de trabalho saturado ou inacessível eram consideradas pertinentes para o devido “reajustamento”. Ou seja, a LBA representava pouco avanço na noção de assistência social como direito da cidadania.

De acordo com os Estatutos de 1942, essa instituição de assistência social nascia, portanto, com as seguintes finalidades:

Art. 2º A L.B.A tem por finalidade congregar os brasileiros de boa vontade e promover, por todas as formas, serviços de assistência social, prestados diretamente ou em colaboração com o poder público e as instituições privadas, tendo em vista principalmente o seguinte:

- a) proteger a maternidade e a infância;
- b) amparar os velhos e desvalidos;
- c) prestar assistência médica, em todas as suas modalidades, às pessoas necessitadas;
- d) favorecer o reajustamento das pessoas, moral ou economicamente desajustadas;
- e) contribuir para a melhoria da saúde do povo brasileiro, atendendo particularmente ao problema alimentar e da habitação;
- f) incentivar a educação popular, inclusive cooperando na criação e no desenvolvimento de escolas, bibliotecas e outras instituições educativas;
- g) desenvolver esforços em favor do levantamento do nível de vida dos trabalhadores e promover o aproveitamento racional dos lazes do povo, principalmente estimulando a organização de centros de recreação e cultura;
- h) auxiliar, sempre que possível, as instituições especializadas, cujos objetivos tenham afinidade com os da L.B.A;
- i) realizar inquéritos, pesquisas e estudos sobre matérias do serviço social, particularmente as relacionadas com as atividades da L.B.A;

⁹ SANGLARD, Gisele. Filantropia e política pública: Fernandes Figueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro da Primeira República. In: SANGLARD, Gisele et al (org.). *Filantropos da nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

- j) organizar cursos e promover todas as formas de propaganda e divulgação em favor do progresso do serviço social no Brasil.¹⁰

Vê-se, dessarte, que estava incumbida em prestar, diretamente ou em colaboração, os “serviços de assistência social”. Ademais, a letra do regulamento evidencia o breve contexto apresentado anteriormente quanto aos legitimados para percepção do cuidado assistencial, como os “idosos desvalidos”, a maternidade (a mulher, antes de tudo, vista como uma mãe, elo da família) e a infância. Também se fez presente a impulsão das “pessoas economicamente desajustadas” para o mundo do trabalho. Logo abaixo das competências acima enumeradas, o § 2º determinava que:

§ 2º Na atual emergência do estado de guerra em que se encontra o país, a L.B.A. desenvolverá a sua ação precipuamente no sentido de:

- a) prestar integral apoio e decidido concurso ao Governo, inclusive apelando para a consciência cívica do povo brasileiro, visando arregimentar e aproveitar as atividades das pessoas não mobilizadas, habilitando-as, quando for solicitado, às autoridades civis e militares, ou aplicando-as nos serviços a serem organizados pela L.B.A.
- b) prover, sob a forma de serviço social básico, as necessidades das famílias cujos chefes hajam sido mobilizados.
- c) organizar serviços e promover todas as formas de atividades concernentes ao programa relativo à atual emergência.¹¹

Portanto, de fato, as atividades específicas desenvolvidas em razão do esforço de guerra predominaram nos três primeiros anos. Mas este era apenas o seu “primeiro objetivo” naquele momento, como a própria definição atribuída a Darcy Vargas no *Diário de Notícias* demonstra:

A Legião destina-se a dar assistência de ordem moral e material à família do soldado do Brasil, mobilizado em virtude das circunstâncias. **É esse o seu primeiro objetivo.** A gente mais humilde de nossa terra se sentirá amparada e verificará que, em momentos em que é dever servir à Pátria, os brasileiros estão coesos, unidos, fortes e preocupados com as dificuldades que possam decorrer do desligamento dos jovens para as fileiras do exército.¹²

Destaca-se, assim, que as prerrogativas da LBA como instituição de assistência social estavam delineadas desde o seu primeiro estatuto e, inclusive, precediam a informação circunstancial de que as atividades se centrariam, naquele momento, no esforço demandado

¹⁰ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Portaria nº 6013, de 1 de outubro de 1942. Estatutos, 1942. Na transcrição das fontes, foi realizada a atualização ortográfica das palavras e a correção de eventuais erros de grafia, de acordo com as regras vigentes no Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990. Consultado no arquivo do Ministério da Cidadania.

¹¹ Idem. Ibidem.

¹² *Diário de Notícias*, 30 de agosto de 1942, p. 2.

pela situação beligerante. Essa dupla função está evidenciada, provavelmente de forma exagerada, na publicação institucional *Memória da assistência social no Brasil – as origens da LBA*:

[...] quando de sua instituição, a LBA destinava-se à prestação da assistência social em suas diversas formas, às famílias dos soldados convocados, do Exército, da Marinha, da Aeronáutica. Atendia também aos integrantes da Marinha Mercante, em serviço de navegação de cabotagem ou em rotas internacionais, assim como aos seus familiares. Esta era sua clientela prioritária, porém a Legião estendia sua ação às classes sociais menos favorecidas do País, sem restrição alguma a quem recorresse a seus postos de auxílio – tanto à grande massa não previdenciária, como àqueles já ligados ao sistema.¹³

Em 1946, além de retirar a menção ao Estado de Guerra, os regulamentos da LBA resumiriam como sua “principal finalidade a defesa da maternidade e da infância, através da proteção à família, procurando por todos os meios a racionalização de diretrizes e de ação tendentes a um perfeito aproveitamento da assistência social em suas diversas formas”. Além disso, para que alcançasse seus objetivos, a LBA seria “organizada em base técnica e administrativa, podendo possuir serviços próprios de assistência” e “promover a formação de técnicos, bem como a propaganda em favor do progresso da assistência social no Brasil”.¹⁴ Nesse sentido, a LBA constituiu-se, efetivamente, como instituição responsável pela formulação e difusão de uma política nacional de assistência social.

Articulado a esse projeto, o *Boletim da LBA*, periódico da instituição cuja publicação se iniciou em janeiro de 1945, figura como fonte central para esta pesquisa. A sua descontinuidade ocorreria, com razoável certeza, na Edição nº 116 – a última disponível no acervo pesquisado –, que cobria o período de janeiro a dezembro de 1965. Foram 21 anos de impressão quase contínua, uma vez que não há edições em 1953, 1954 e 1961. Corrobora a hipótese de que a editoração desse Boletim teria durado até 1966 (para finalização da Edição nº 116) uma introdução presente no número inaugural de outro informativo da LBA, denominado apenas como Fundação Legião Brasileiro de Assistência:¹⁵

¹³ FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Memória da Assistência Social no Brasil – As origens da LBA*. Rio de Janeiro: FLBA, 1977, p. 11. Em 1969, criou-se uma fundação com a mesma denominação e sigla da LBA, que seria sua sucessora para todos os fins e direitos. Ou seja, a LBA teve sua personalidade jurídica alterada e passou a ser chamada de Fundação Legião Brasileira de Assistência. In: BRASIL. *Decreto nº 593, de 27 de maio de 1969*. Autoriza o Poder Executivo a instituir uma fundação destinada a prestar assistência à maternidade, à infância e à adolescência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0593.htm#:~:text=Autoriza%20o%20Poder%20Executivo%20a,%C3%A0%20inf%C3%A2ncia%20e%20%C3%A0%20adolesc%C3%A2ncia. Acesso em: 3 de mar. 2022.

¹⁴ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Portaria nº 1595, de 26 de janeiro de 1946*. Reforma dos Estatutos. Consultado no arquivo do Ministério da Cidadania.

¹⁵ Ata da Comissão Central da LBA também assim o sugere, quando relata que “ainda com a palavra, a Senhora Presidente [Maria Luiza Moniz Aragão] teceu comentário sobre visita feita por uma empresa de divulgação que

Em tempos idos, já fomos “Boletim da LBA”. Com esse nome, a Legião Brasileira de Assistência editou uma publicação, desde 1944 até 1966. Interrompida durante alguns anos, sua edição ressurgiu em 1968, assumindo por empréstimo o título “Atos e Notícias”, um pequeno e despretensioso boletim interno destinado a veicular assuntos técnicos e administrativos, de interesse restrito ao âmbito da Casa e de seus servidores. Com algumas interrupções, e certas modificações estruturais realizadas a partir de 1969, “Atos e Notícias” sobreviveu até o ano passado. [...]

Assim, a edição passada, uma espécie de transição experimental para a nova imagem, constituiu o número zero da publicação que agora apresentamos sob o título “Fundação Legião Brasileira de Assistência”. Mantivemos o Ano XXVII, indicativo do período em que a LBA vem publicando seus boletins informativos, mas iniciamos uma nova série de numeração.¹⁶

Nesta pesquisa, o período das publicações do *Boletim da LBA* (1945-1965) será tomado como recorte temporal, como consequência de uma perspectiva que busca se apropriar criticamente de uma cronologia informada pela própria documentação a ser questionada, e não apenas por marcos convencionados pela história política hegemônica. Especialmente a partir de 1946, essas revistas mantiveram considerável uniformidade na apresentação gráfica, na disposição dos conteúdos não assinados, na autoria dos artigos assinados e nos assuntos abordados. Por essas razões, servem como pertinente referencial da atuação da instituição, bem como das imagens, pessoas e ideias que se associavam a ela. Ademais, de fato, a produção do *Boletim da LBA* se deu quase inteiramente sob os paradigmas normativos internos da LBA erigidos imediatamente após a Segunda Guerra, focalizados na assistência à maternidade e à infância. Em 1966, a LBA passaria por transformações regimentais que modificariam essas referências e a levariam a dividir o objetivo de sua ingerência sobre novos setores, como aludido no trecho a seguir, produzido no âmbito da Comissão Estadual da LBA em Minas Gerais:

A presidente nacional da LBA, Sr.^a Maria Luiza Moniz Aragão, informa que o Conselho Deliberativo aprovou Resolução nº 1/66, criando os Departamentos de Serviço Social e Educação para o Trabalho, com mesma linha de poderes e importância que os Departamentos da Maternidade e Infância, Procuradoria e Departamentos de Administração.¹⁷

se propunha a divulgar os trabalhos da LBA. Após debaterem o assunto, os senhores Vice-Presidentes resolveram à unanimidade, que ficará a Presidência autorizada a procurar outras empresas de propaganda, consultando a conveniência e melhor preço para a referida promoção”. In: LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Atas das sessões da Comissão Central 1966*. pp. 40-41, 9 de mai. de 1966. Consultado no arquivo do Ministério da Cidadania.

¹⁶ FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA, abr. de 1971, ano XXVII, nº 1, p. 1. Consultado no arquivo do Ministério da Cidadania.

¹⁷ *Informativo*, nº 10, dez. de 1965 e jan. de 1966, sem página. Comissão Estadual de Minas Gerais, 1966. Consultado no arquivo do Ministério da Cidadania.

Em seguida, essa mesma publicação noticiava que “o Conselho Deliberativo aprovou os novos estatutos em sua reunião de 14 de março corrente realizada na sede da LBA, no Rio de Janeiro”.¹⁸ Isto posto, o *Boletim da LBA* realmente reflete um período de unidade no caminho político e administrativo da instituição, bem como seu desaparecimento indica e coincide com uma inflexão significativa nesse percurso, de modo que sua existência, em si, torna-se um vestígio material da abstração que se constitui o recorte temporal da pesquisa. Assim, parece oportuno tomá-lo como referência não só substancial, mas também metodológica, para, a partir dele, refletir sobre os objetos da pesquisa.

Em seu primeiro ano, o *Boletim da LBA* era enviado para os quartéis e para a frente de combate iniciada em 1944, na Itália, onde seria um instrumento de informação e comunicação dos militares brasileiros. Sua leitura serviria para atualizá-los sobre as notícias nacionais e internacionais, com destaque às relacionadas ao próprio conflito. Ademais e, precipuamente, serviria como um veículo de comunicação entre familiares e soldados (havia uma seção “Mensagens” para esse fim).¹⁹ Desse modo, em 1945, o foco do *Boletim da LBA* esteve nas ações relacionadas ao esforço de guerra, embora também refletisse, em algumas passagens, a estruturação da LBA como órgão assistencial.

Nesse ínterim, a direção do periódico fora exercida pelo então chefe da Seção de Documentação, o escritor mato-grossense Lobivar Matos (1915-1947), nascido na cidade histórica de Corumbá e autor dos livros de poesia *Areôtorare* (1935) e *Sarobá* (1936). Em seu obituário, Matos é apresentado como o criador do *Boletim da LBA*.²⁰ A pesquisadora Susylene Dias de Araújo²¹ descreveu que ele chegou ao Rio de Janeiro em 1933, aos 18 anos, onde obteve ajuda de Filinto Müller,²² costumeiro em receber e ajudar as pessoas de seu estado que aportavam na capital da República. Em 1945, além de dirigir o *Boletim da LBA*, organizou A

¹⁸ *Informativo*, nº 11, fev. e mar. de 1966, sem página. Comissão Estadual de Minas Gerais, 1966. Consultado no arquivo do Ministério da Cidadania.

¹⁹ Essa função é evidenciada na seguinte mensagem da primeira página, da primeira edição: “Objetivo: um só. Ser útil a vocês. Levará mensagens dos seus parentes e amigos, informará sobre as coisas da nossa terra e da nossa gente e, sobretudo, o que as populações da retaguarda fazem de concreto, em prol dos que estão se batendo por um mundo novo e melhor. É mais uma iniciativa da LBA. Este Boletim é de vocês, expedicionários do Brasil!”. LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA* nº 1, jan. de 1945, p. 1.

²⁰ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA* nº 28, out. de 1947, p. 13.

²¹ ARAÚJO, Susylene Dias de. *A vida e a obra de Lobivar Matos: o modernista (des)conhecido*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2009.

²² Filinto Müller (1900 - 1973). Militar do exército, participou de um dos levantes tenentistas na década de 1920, sendo anistiado após a Revolução de 1930. Em abril de 1933, em decreto assinado por Getúlio Vargas, torna-se delegado especial de Segurança Política e Social do Distrito Federal, cargo no qual seria responsável pelo encarceramento de milhares de presos políticos. Opôs-se ao alinhamento brasileiro com as forças dos Aliados, razão que levou a seu afastamento do cargo em julho de 1942. Em 1947, tornou-se Senador pelo PSD e morreu no exercício do último dos seus sucessivos mandatos parlamentares, então pela Arena. Ver: FGV CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/muller-filinto>. Acesso em: 29 jan. 2022.

LBA e os soldados do Brasil, publicação que contava com um “documentário fotográfico feito pelo Departamento Nacional de Informações”,²³ órgão sucessor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), recém-extinto, responsável pela propaganda oficial do Estado Novo e pela censura.

Após a saída de Lobivar Matos, Eurydice de Araújo assumiu a direção do *Boletim da LBA*, em maio de 1946, onde ficou até agosto de 1949. Não existem informações biográficas suas nas páginas do *Boletim da LBA*, embora seja possível apreciar três textos assinados por ela. Dois deles possuem uma temática ufanista e sutilmente eugênica, acerca dos temas da maternidade e da infância – “Para as futuras mães”²⁴ e o poema *Benditas sejais! As crianças da minha terra*.²⁵ Há ainda uma crônica denominada “Destino”, que conta a história de um menino órfão, explorado por um comerciante que morre atropelado na véspera do Natal. Este é revestido por uma crítica à modernidade, representada pelo automóvel.²⁶

Sabe-se que Eurydice de Araújo subordinou-se a Elpídio dos Reis e a Antônio Filgueira Filho, chefes do Serviço de Documentação. Elpídio dos Reis, assistente social, teve seu trabalho de conclusão de curso na Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro, “Serviço Social e Evasão Escolar”, integralmente publicado no *Boletim da LBA* entre as edições nº 29 e nº 33, para o qual escreveria em diversas outras oportunidades. Chegaria a ser do primeiro escalão da LBA, como diretor do Departamento de Administração, em 1964. Por sua vez, Antônio Filgueira Filho era médico formado na Faculdade de Medicina do Recife e escreveu frequentemente entre 1946 e 1948, quando faleceu no exercício da função de chefe do Setor de Divulgação. Segundo destaque vinculado em obituário, “não se dedicou à clínica e à medicina, aproveitou-se para orientar a educação no sentido largo e filosófico de compreensão, reajustamento e integração sociais e políticas”.²⁷

A partir de 1948, a responsabilidade pela editoração do *Boletim da LBA* seria do Serviço de Educação e Divulgação (SED), área estratégica dividida em duas seções: a Seção de Educação, incumbida pela “organização e pelo funcionamento no país de cursos de vulgarização relativos ao amparo da maternidade e da infância” – notadamente, os cursos de puericultura – centrais para na atuação da instituição e sobre os quais se falará posteriormente; e a Seção de Divulgação, responsável por “editar, mensalmente, o Boletim da Legião Brasileira

²³ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA* nº 17, out. de 1945, p. 2.

²⁴ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA* nº 19, mai. de 1946, p. 10.

²⁵ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA* nº 21a, out. de 1946, p. 1.

²⁶ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA* nº 21b, nov. e dez. de 1946, p. 8.

²⁷ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA* nº 38, nov. e dez. de 1948, p. 17.

de Assistência”²⁸. Desde sua criação até 1957, a titularidade da SED fora exercida pelo médico puericultor Carlos Augusto Lopes, cuja prática se concentrava nos cursos de puericultura anteriormente mencionados. Seria substituído pelo “Procurador da Procuradoria Geral da LBA”, Carlos Cavalcanti.²⁹ Após 1961, a competência para a edição do Boletim da LBA passaria para o Departamento de Relações Públicas.

Passado o período da Segunda Guerra, o periódico seguiu o itinerário de ser a publicação rotineira da principal instituição federal de assistência social e, como destacado no trabalho de Bruno Sanches Mariante da Silva, assumiu um caráter especializado, voltado aos dirigentes, trabalhadores e voluntários das Comissões Estaduais e Territoriais da LBA,³⁰ bem como de outras instituições do campo assistencial. Isso ocorria pelo envio das edições a destinatários previamente estabelecidos em listagens de remessa, conforme as citações a seguir, relativas a diferentes períodos, permitem depreender:

Aos srs. Dirigentes das Comissões Estaduais solicitamos o obséquio de endereçar à redação do Boletim, notícias referentes aos empreendimentos das referidas comissões, a fim de que possamos divulgá-las através do nosso mensário.³¹

Pedimos aos prezados leitores o obséquio de noticiar a esta redação qualquer mudança de endereço, ou retificação de nome, ou denominação da entidade, ou título da respectiva autoridade.³²

Dado o interesse que o Boletim da LBA tem despertado nas CC.EE e CC. TT de todo o país, e circunstância de uma publicação trimestral prejudicar a atualidade dos assuntos e reportagens focados, pensou o Serviço de Educação e Divulgação da LBA transformá-lo em publicação mensal...

[...]

Certos estamos de que a notícia agradará a todos os legionários e às entidades assistenciais outras, que acompanham de perto nossas atividades.³³

Está sendo editado a cada três meses. Até junho, a tiragem vinha sendo de 2000 exemplares cada número. A partir do terceiro trimestre, a tiragem passou a ser de 3000 exemplares, devido ao aumento dos destinatários, causado pela revisão e atualização da lista de remessas.³⁴

²⁸ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Regimento da Legião Brasileira de Assistência*. Aprovado pelo Conselho Deliberativo em sessão de 22 de novembro de 1950. Art. 20. Consultado no arquivo do Ministério da Cidadania. É preciso esclarecer que essa periodicidade variava, tanto que 78 edições foram realizadas entre 1945 e 1952 e “apenas” 38 entre 1955 e 1965 (1953, 1954 e 1961, sem exemplares).

²⁹ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA nº 85*, jan. a jun. de 1957, p. 54.

³⁰ SILVA, Bruno Sanches Mariante da. *Assistência e modernidade nos Boletins da Legião Brasileira de Assistência (1945-1964)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de São Paulo, Assis, 2018.

³¹ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA nº 21*, outubro de 1946, p. 12.

³² LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA nº 91*, abr. a jun. de 1958, contracapa.

³³ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA nº 95*, abr. e mai. de 1959, p. 1.

³⁴ *Idem*, p. 24.

Nesse sentido, não há indícios de que o *Boletim da LBA* tenha sido lido, significativamente, pelo público atendido pelos serviços que a LBA oferecia ou subsidiava. Assim, as informações destinavam-se, precipuamente, a criar e reforçar a cultura interna da organização para, por consequência, serem difundidas por modelos mais ou menos coesos de interpretação das situações experienciadas. Inicialmente, aos olhos daqueles que produziam o *Boletim da LBA*, a publicação tinha um escopo descritivo, destinado a “registrar apenas o que mais possa interessar àqueles que acompanham de perto as atividades assistenciais dessa entidade”³⁵ ou como “órgão oficial da comissão central da LBA, no qual encontramos registrado as atividades da Instituição”.³⁶

Posteriormente, na acepção adotada definitivamente pelos expedientes editoriais, a publicação se dividia entre um aspecto prático, descritivo, e outro voltado para a produção do conhecimento especializado em Assistência e Serviço Social, o que incluía os incontáveis textos de caráter médico. Essa fórmula está presente neste enxerto, exposto pela primeira vez no início de 1951 e repetido, de forma intermitente, até a provável última edição do periódico, 14 anos depois.

Boletim da LBA. Publicação Mensal da Legião Brasileira de Assistência. (C.C.). Órgão de informação técnico-assistencial; divulga atos administrativos e aspectos do trabalho de assistência à maternidade e infância promovidos pela LBA; publica estudos, pesquisas, debates, conclusões e noticiário de interesse técnico social; interessa-se pelo intercâmbio entre obras assistenciais e Escolas de Serviço Social nacionais e estrangeiras.³⁷

Curiosamente, nessa oportunidade, há também uma mensagem, traduzida para o inglês, o francês e o espanhol – “*We wish to exchange this bulettin with similar publications. On demande échange avec des publications sur le même sujet. Pide-se permuta con publicaciones similares*”³⁸ – sobre o interesse em intercambiar informações com publicações estrangeiras, o que sugere a possibilidade de o *Boletim da LBA* ter circulado também entre um público estrangeiro especializado. De fato, são inúmeros os congressos, seminários, conferências e reuniões internacionais de Serviço Social relatadas em suas páginas, bem como é possível verificar, em portarias expedidas transcritas em cada edição, o constante afastamento de servidores e dirigentes para a participação em tais eventos, o que torna essa hipótese factível.

³⁵ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA* nº 18, mar. de 1946, p. 2.

³⁶ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA* nº 39, jan. de 1949, p. 28.

³⁷ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA* nº 66, abr. e mai. de 1951, p. 10.

³⁸ Idem.

Os textos presentes nas revistas são, em sua maioria, não assinados, em especial os que relatam as atividades da Comissão Central, das Comissões Estaduais e das Comissões Territoriais. Entretanto, há razoável incidência de artigos assinados por médicos, assistentes sociais, cientistas sociais, técnicos e dirigentes da instituição. Nesses casos, os editores do periódico alertavam que não eram responsáveis por eventuais ideias e pensamentos propagados em suas páginas. Novamente, recorro a um conjunto de citações para demonstrar a constância desse aviso ao longo do tempo.

Boletim da LBA não está subordinado a exclusivismo de pontos de vista pessoais e nem tão pouco se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados³⁹.

Todos os artigos que levam assinatura são da exclusiva responsabilidade do autor.⁴⁰

Os conceitos expedidos em artigos assinados refletem ponto de vista pessoal de seus autores e sua simples divulgação não significa endosso da direção deste órgão.⁴¹

Todos os conceitos emitidos por nossos distintos colaboradores, em artigos assinados, correm sob inteira e exclusividade responsabilidade deles⁴².

Como observou Bruno Sanches Mariante Silva, já citado, as revistas eram totalmente custeadas pela LBA, razão pela qual não divulgavam propagandas de qualquer espécie. Nesse sentido, havia autonomia editorial, de maneira que, caso algum texto destoasse de um padrão considerado aceitável, poderia ser facilmente vetado. Diversamente, é possível considerar que esses alertas demonstram que havia o receio de que alguma coluna escapasse ao crivo editorial e explicitassem abordagens destoantes daquelas convencionalmente esperadas. Ademais, deve ser levado em conta o fato de que os editores não tinham como controlar as interpretações que seriam dadas aos artigos. Em suma, a imprevisibilidade da repercussão e o receio de uma “falha” no trabalho de seleção podem explicar a repetição desses avisos.

Os textos do *Boletim da LBA* perpassam pelos três capítulos desta dissertação, mas nos dois primeiros, em especial, fundamentam os argumentos acerca do atravessamento do racismo na história da LBA e, conseqüentemente, da Assistência Social no Brasil. No primeiro capítulo, problematizo o fato de que o *Boletim da LBA* era impresso, entre agosto de 1946 e maio de 1951, na gráfica da Fundação Romão de Mattos Duarte, no mesmo espaço em que outrora funcionara a Casa da Roda, ou Casa dos Expostos, da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro. Em parte desse período, Otávio da Rocha Miranda (1884-1949), bisneto do cafeeiro

³⁹ *Boletim da LBA* n° 39, jan. a jun. de 1949, p. 28.

⁴⁰ *Boletim da LBA* n° 62, dez. de 1950, p. 9.

⁴¹ *Boletim da LBA* n° 66, abr. e mai. de 1951, p. 10.

⁴² *Boletim da LBA* n° 83, jul. a set. de 1956, p. 24.

escravista Barão do Bananal - ambos filantropos da Santa Casa - presidia a LBA. Junto com seus irmãos, manteve fazendas lucrativas em São Paulo, sendo que em duas das quais crianças negras eram levadas para trabalharem compulsoriamente. Essa biografia sintoniza com a ação de uma instituição que, no periódico *Boletim da LBA*, publicava artigos de sujeitos posicionados em cargos de destaque com referências explícitas à “eugenia do homem brasileiro”, ao “aprimoramento das gerações” e à “melhoria da raça” até a segunda metade da década de 1950. Nesse sentido, a permanência do discurso eugênico na atuação de uma instituição que atendia a uma população majoritariamente preta e parda merece reflexão. Nesse contexto, houve contestação, como em artigo do célebre sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, que se contrapôs à atitude hegemônica.

No segundo capítulo, objetivei uma perspectiva teórico-metodológica que põe a história da LBA em diálogo com a história social do trabalho, de modo a enxergar os sujeitos-alvo da política assistencial como uma faceta da história da classe trabalhadora brasileira. Nesse sentido, os sujeitos em empregos não previdenciários ou em situação de desemprego – o exército de reserva -, que se utilizavam dos serviços da LBA, devem ser entendidos como integrantes de uma das dimensões dos mundos do trabalho. Como o público da LBA era majoritariamente preto ou pardo, é possível observar a participação dessas pessoas no próprio mundo do trabalho, com sua organização racialmente delimitada, durante o período pesquisado. É o caso de uma iniciativa assistencial, considerada modelo pela LBA, cujo objetivo era a preparação de mão-de-obra por meio do ensino profissional infantil em espaço que, durante o século XIX, tinha sido um entreposto do comércio escravista. Como também das trabalhadoras domésticas, importantes usuárias dos serviços da LBA, quase totalmente constituídas por mulheres negras. Por fim, a análise se centra na forma como o trabalho é idealizado na ação institucional na perspectiva de se formar um excedente de mão-de-obra. Para isso, é reproduzida uma ideologia que busca estigmatizar, a partir de concepções historicamente racializadas, as pessoas em condição de desemprego ou de resistência ao trabalho, que serão evidentes no último capítulo.

O terceiro capítulo versa sobre a instauração e o funcionamento da instância local da LBA, o Serviço Especial de Brasília (SEB), no ano de 1965, nessa cidade que então havia sido recentemente inaugurada. Além de abordar os motivos internos que levaram à criação do SEB, a análise busca enxergá-lo como reprodutor de um modelo de atuação assistencial na nova capital previamente constituído e que tinha por característica colaborar na conformação da configuração socioespacial segregada, por meio da definição dos sujeitos-problema a serem afastados daqueles considerados não-problema. Nesse capítulo, o *Boletim da LBA* continua a

ser uma fonte bastante recorrida. Porém, foram essenciais as reportagens do primeiro jornal diário da cidade, *Correio Braziliense*, e o relatório técnico produzido pelo SEB, denominado *Experiência da LBA no Distrito Federal*.

1. LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA, EUGENIA E RAÇA

1.1. DA CASA DA RODA AO *BOLETIM DA LBA*

Na quinta página da vigésima edição, datada de agosto de 1946, o expediente corriqueiro sobre a oficina de impressão do *Boletim da LBA* trouxe uma novidade. O trabalho que, até então, era realizado na “Gráfica Guarany” passaria a ser feito na “oficina: Fundação Romão de Mattos Duarte”, posteriormente detalhada como “oficinas gráficas da Fundação Romão de Mattos Duarte, Rua Marquês de Abrantes, 48”.⁴³ O que aparenta ser uma informação técnica relativa à produção do periódico revela, entretanto, a necessidade de se considerar o atravessamento da questão racial na história da LBA e da Assistência Social no Brasil.

A instituição Romão de Mattos Duarte foi fundada em 1738,⁴⁴ no Rio de Janeiro, como uma ala do Hospital Geral da Santa Casa da Misericórdia, no largo da Misericórdia. Nela, funcionava a Casa da Roda, posteriormente denominada Casa dos Expostos, local destinado à moradia de crianças em situação de abandono, órfãs ou não, que eram deixadas no aparato de madeira propriamente denominado de roda; entregues por juízes, delegados, clérigos e membros dos estratos economicamente abastados; ou ainda providas diretamente da maternidade da Santa Casa de Misericórdia.⁴⁵ Em 1911, após diversas mudanças de endereço, a Casa dos Expostos foi transferida para o bairro do Flamengo:

A Casa dos Expostos, hoje “Educandário Romão de Mattos Duarte”, passou por verdadeira via crucis até estabelecer-se no endereço atual. Esteve na Rua Santa Teresa até 1850; depois, de 1850 a 1860, no Cais da Glória, na Rua da Lapa; Rua dos Barbonos, atual Evaristo da Veiga, de 1860 a 1906; depois Praia do Flamengo nº 82/83 e Rua Senador Vergueiro, de 1906 a 1911; e por fim, a sede definitiva, na Rua Marquês de Abrantes, 48.⁴⁶

O costume da Roda foi proibido pelo Código do Menor, editado em 1937, mas a Santa Casa manteve em funcionamento seus três orfanatos destinados ao acolhimento das crianças: o Orfanato de Santa Teresa, o Orfanato da Misericórdia e o próprio Orfanato Romão de Mattos

⁴³ Tal como aparece a partir do *Boletim da LBA* nº 23, de fev. e mar. de 1947, até a edição nº 66, de abr. e mai. de 1951.

⁴⁴ Romão de Mattos Duarte foi um rico comerciante português, ocupante de cargos na colônia entre 1732 e 1735, que doou uma significativa quantia e fundou essa instituição destinada às crianças abandonadas na cidade do Rio de Janeiro. In: Ferrari, Philippe Cunha. *A Instituição Romão de Mattos Duarte: transformações, reorganizações, adequações e desafios após 1990*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2018.

⁴⁵ *Idem.*

⁴⁶ Ferrari apud Zarur, 2003, p. 26.

Duarte.⁴⁷ Portanto, o *Boletim da LBA* passara a ser impresso na instituição da antiga Casa dos Expostos do Rio de Janeiro, que se mantinha na Rua Marquês de Abrantes, 48 e com o termo Fundação acrescido ao nome Romão de Mattos Duarte. Por si, essa informação nos leva a uma reflexão sobre continuidades e rupturas que se dão na sucessão dos eventos históricos, pois a nova instituição pública federal de assistência social passaria a imprimir seu periódico, pelos cinco anos seguintes, nas dependências da Santa Casa da Misericórdia e da outrora Roda dos Expostos, aparatos fundantes da assistência no Brasil, numa perspectiva de longo alcance.

Concomitantemente – e provavelmente a mudança da gráfica tenha ocorrido por isso – a LBA estava sendo presidida por Otávio da Rocha Miranda (1884-1949), filho de Luiz Nogueira da Rocha Miranda (1862-1920), um dos grandes financiadores da Santa Casa da Misericórdia na virada do século XIX para o século XX, e cujo retrato ainda permanece “no saguão central da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro”.⁴⁸ O próprio Otávio era membro, há 15 anos, da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, como informa uma coluna do mesmo *Boletim da LBA* nº 20, dedicada a apresentá-lo como o recém-empossado presidente da LBA e enumerar suas realizações, tais como ser o “arquiteto de obras filantrópicas, tendo juntamente com os seus irmãos Dr. Osvaldo e Sergio feito um Centro de Puericultura e a Maternidade da Santa Casa da Misericórdia de Itapetininga”, ter mandado construir, “em nome da família Rocha Miranda, um Hospital Pró-Matre”, além de ter sido “Diretor do Patronato de Menores, provedor do Asilo de Órfãos de Santa Teresa e um dos fundadores da Casa dos Pobres em Copacabana”.⁴⁹

Além disso, Otávio da Rocha Miranda era empresário da construção civil e dos transportes, tendo sido responsável por obras de urbanização na capital, inclusive do bairro de Ipanema, e por suas primeiras linhas de ônibus. Seu bisavô havia sido o cafeeiro escravista do Vale do Paraíba, Luís da Rocha Miranda Sobrinho (1836-1915), o Barão do Bananal, durante o Império,⁵⁰ e seu tio, Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda (1862-1943), fora senador e

⁴⁷ Aguiar Filho, Sidney. *Educação, autoritarismo e eugenia: a exploração do trabalho e violência à infância desamparada no Brasil (1930-1945)*. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2011.

⁴⁸ Idem, p. 214.

⁴⁹ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA* nº 20, ago. de 1946, p. 3-4.

⁵⁰ Pelos periódicos do final do século XIX, é possível acompanhar um pouco do final da trajetória escravista do Barão do Bananal, ilustrativa desse período no Vale do Paraíba: 1) A ocorrência de ações de resistência à escravidão e sua decadência, no *O Espírito Santense*, de 20 de julho de 1885, p. 2, sobre a fuga de “quatro escravos do Sr. Barão do Bananal”; 2) capitulação e concessão de alforrias, no *Jornal Libertador: Órgão da Sociedade Cearense Libertadora*, de 3 de abril de 1886, p. 3, comunicando que “o Exmo. Sr. Barão do Bananal, importante fazendeiro na província do Espírito Santo e na do Rio de Janeiro, libertou ultimamente dez dos seus escravizados”; 3) imigração de trabalhadores estrangeiros, na *Gazeta de Notícias*, de 6 de julho de 1887, p. 1, a respeito de “Requerimento despachado pelo Ministério da Agricultura: Barão do Bananal pedindo para introduzir nove

ministro da Agricultura durante o governo de Nilo Peçanha (1867-1924). Tratava-se, assim, de um membro da elite econômica graúda do Rio de Janeiro, com ascendência nobiliárquica, de modo que, possivelmente, não há um exemplo melhor para ilustrar os arranjos sociais envoltos na prática elitista da filantropia e nos fazer refletir, novamente, sobre continuidades e rupturas na trajetória assistencial da LBA, e como estas se conectam com a própria história da capital e do Brasil, com suas transições e reacomodações.

O perfil de Otávio e sua família, bem como os meandros pelos quais desenvolveram suas atividades filantrópicas, complexificam-se quando se esmiúça a informação, presente também na sua apresentação aos leitores do *Boletim da LBA*, quando esta afirma que ele “mantém, há muitos anos, em sua fazenda Retiro Feliz, onde também se dedica à vida rural, amparo social para todos os seus empregados, com escola, gabinete médico, dentário, farmácia e etc.”.⁵¹ Nesse ponto, necessário render tributo à pesquisa de Sidney Aguilar Filho sobre os empreendimentos agropecuários dos irmãos Otávio Rocha Miranda, dono da Fazenda Retiro Feliz; Sérgio da Rocha Miranda, dono da fazenda Cruzeiro do Sul; e Renato da Rocha Miranda, dono da Fazenda Santa Albertina.⁵² Essas terras eram adjacentes e haviam sido uma única propriedade antes de serem dívidas em espólio. Localizavam-se em Campina do Monte Alegre, cidade da bacia do Paranapanema, em São Paulo, distante 59 quilômetros de Itapetininga, onde os três tinham ajudado a erigir um Centro de Puericultura e uma Maternidade.

Na pesquisa mencionada, o historiador Aguilar Filho demonstrou que algumas construções erigidas na Fazenda Cruzeiro do Sul entre os anos 1910 e 1930 tinham tijolos gravados com a suástica, que os animais nela criados eram marcados com o símbolo nazista, bem como os documentos das declarações de *pedigree* do gado tinham o símbolo do regime racista alemão como marca d'água. Ademais, colheu indícios de que crianças órfãs ou abandonadas, provenientes da Casa da Roda do Rio de Janeiro, eram levadas para lá morarem e trabalharem, sem salário, em isolamento e submetidas a castigos físicos. E, para completar, essas crianças frequentavam a escola local por pouco tempo, eram obrigadas a usar fardas e utilizarem a saudação integralista “Anauê” no cotidiano rural.

Em consulta ao arquivo do atual Educandário Romão de Mattos Duarte, Aguilar Filho constatou que, entre 1932 e 1941, 50 meninos, entre 9 e 12 anos, dos quais 48 pretos ou pardos, conforme anotado nas respectivas fichas de inscrição, foram levados para a Fazenda Santa

famílias de agricultores portugueses na fazenda Novo Destino, de sua propriedade, no município de Resende”. Disponível em: Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Acesso em: 6 mar. 22.

⁵¹ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA* nº 20, ago. de 1946, p. 4.

⁵² Op. Cit.

Albertina, de Renato da Rocha Miranda. Isso teria ocorrido em apenas três oportunidades, de maneira que, em cada transferência, saíam vários meninos da capital da República em direção à zona rural de São Paulo. Naquele período, essas movimentações podiam ser feitas com amparo legal, por formas jurídicas não adotivas, como o patronato, a tutoria e a proteção, e visavam “instituir escolas de preservação para qualquer sexo, com a condição de não terem em mira lucros pecuniários”.⁵³ Tratava-se do estímulo à educação eugênica, na letra do art. 138 da Constituição Federal de 1934,⁵⁴ que consistia em encarar o trabalho como instrumento para a educação, o aprimoramento da raça e a persecução da homogeneidade nacional, bem como em valorizar a ordem e a militarização para essa formação, projeto que tinha como alvo justamente crianças pobres e negras, como as dos orfanatos. Conforme Aguilar Filho resume:

[...] o código de 1927 e a Constituição de 1934 fomentavam a criação de patronatos particulares e a remoção de grupos de crianças e adolescentes do Distrito Federal, numa evidente política segregacionista contra a população pobre e excluída.⁵⁵

Assim, em regra, as tratativas de transferência estavam devidamente registradas, em nome do juiz de menores, das freiras do Romão de Mattos Duarte e, por parte dos irmãos, de Osvaldo da Rocha Miranda, que, apesar de não constar como proprietário das terras, as administrava. Dessa forma, a família Rocha Miranda utilizava o expediente da “criação de patronatos” para instalar equipes de trabalho com crianças e adolescentes majoritariamente pretos ou pardos em empresas agrícolas rentáveis, o que era “proibido”.

Apesar de a fazenda de Otávio não constar como recebedora das crianças ou como divulgadora do símbolo nazista, há um relatório, datado de maio de 1938, demandado pelo Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops-SP) e produzido pela delegacia de Itapetininga, no qual se afirmava a existência de uma estrutura integralista nas fazendas Santa Albertina e Retiro Feliz, assim como que “Otávio e seus empregados” eram adeptos do integralismo. As fazendas foram alvo de investigação porque tanto a prática do nazismo como a do integralismo estavam proibidas pelo Estado Novo em 1938. A primeira, por ser atividade de partido político estrangeiro, e a segunda, pela tentativa de golpe do ano anterior.⁵⁶ Sérgio, dono da Cruzeiro do Sul, era assumidamente nazista, como perceptível em diversas fotografias; Renato, dono da Santa Albertina, e Osvaldo, responsável legal pelas crianças transferidas,

⁵³ BRASIL. *Decreto nº 13943, de 12 de outubro de 1927*. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm. Acesso em: 5 mar. 2022.

⁵⁴ BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, art. 138. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 5 mar. 2022.

⁵⁵ Op. cit., p. 214.

⁵⁶ Op. cit., p. 49.

aparecem na documentação da Câmara dos Quarenta, instância de cúpula da Ação Integralista Brasileira. Quanto a Otávio, sua propriedade Retiro Feliz seria vendida a Alfried Krupp von Bohlen und Halbach (1907-1967), com quem a família matinha negócios há anos, ministro da Economia de Guerra de Adolf Hitler (1889-1945) e nazista condenado pelo Tribunal de Nuremberg por exploração do trabalho escravo de judeus. Portanto, existem significativas evidências do envolvimento da Fazenda Retiro Feliz e de Otávio – que, como mencionado, fora “Diretor do Patronato de Menores”⁵⁷ – na dinâmica do trabalho infantil, sem remuneração e sob coerção, em colônias “educativas”, possivelmente inspiradas pelo nazismo e pelo integralismo.

Entre 1943 e 1944, no auge da Segunda Guerra Mundial e da oposição ao nazifacismo, as crianças, os adolescentes e os já adultos provenientes do Romão de Mattos Duarte foram liberados e expulsos das fazendas sem qualquer ajuda de custo. Muitos tentaram voltar ao Rio de Janeiro a pé, para se reconectarem com suas famílias, seus afetos e suas memórias. Os irmãos Rocha Miranda também intervieram para que os que tivessem idade suficiente se alistassem na Força Expedicionária Brasileira (FEB), e um deles, José Rodrigues, viajou para a frente de batalha na Itália, o que demonstra a realidade de muitos soldados que foram à Guerra e por qual tipo de Estado Nacional brasileiro lutaram. Quando chegavam à Campina do Monte Alegre, os meninos recebiam uma numeração, e por ela passavam a ser denominados, numa evidente desumanização. Aguilar Filho conseguiu gravar longa entrevista com Aloysio Silva, o “vinte e três”, o único sobrevivente ao final de sua pesquisa.

Assim, por meio da tese do historiador, que deu origem a um documentário audiovisual denominado *Menino 23*,⁵⁸ e das informações do *Boletim da LBA*, podemos conhecer aspectos que jogam luz nas históricas relações do clã Rocha Miranda com a Santa Casa da Misericórdia e, por consequência, nos possíveis significados de se ter uma pessoa como Otávio no cargo mais alto da LBA. Como se viu, uma associação entre o aparato assistencial de então, representado pelo orfanato da Santa Casa da Misericórdia e pela figura da família de capitalistas de origem escravocrata praticantes da filantropia, e o Poder Público, com seus juízes de menores, viabilizavam uma política pública de “educação eugênica” com nítido recorte segregador racial.

⁵⁷ Op. cit., p. 4.

⁵⁸ *Menino 23: infâncias perdidas no Brasil*. Dir. Belisário França. Prod. Maria Carneiro da Cunha. GloboFilmes. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7wHNxOohoPA>. Acesso em: 5 mar. 2022.

1.2. EUGENIA COMO MISSÃO INSTITUCIONAL

A assistência social, que é um dos grandes objetivos da Sociologia, vem encarando através da LBA estes fatos humanos por um prisma que cada vez se torna mais transparente, para a melhoria de nossa gente, que, por ter recebido de Deus o legado gigantesco do território, deve ser também uma raça de gigantes.⁵⁹

A eugenia do homem brasileiro depende da assistência social
[...]

Daí as imperfeições da natureza física e as lacunas de caráter moral, que podem ser corrigidas e preenchidas pela obra e atuação de assistência social.⁶⁰

A ideia de que a “eugenia do homem brasileiro” é um objetivo a ser perseguido pelo trabalho assistencial da Legião Brasileira de Assistência parece ser uma constante durante a trajetória evidenciada pela sua principal fonte periódica, o *Boletim da LBA*. E isso não ocorria de forma sutil ou acessória, mas reverberada por sujeitos posicionados em cargos de destaque da política institucional, advindos de uma atuação na filantropia, na medicina, no serviço social, na indústria ou no comércio. Seus artigos, além de serem assinados, apareciam comumente nas primeiras páginas do periódico, de modo que, no contexto editorial, são relevantes para compreender o papel que essa instituição e seus atores exerciam.

Os enxertos da abertura são de Eduardo de Campos, médico, chefe do Serviço de Educação e Divulgação (setor responsável pela confecção *Boletim da LBA*), que escreveria no periódico por 10 anos, até 1956. Sua preocupação em utilizar a assistência social para solucionar “imperfeições da natureza física e as lacunas de caráter moral”, com vistas à “melhoria de nossa gente” e formação de uma “raça de gigantes”, revela a forma como a maioria da população era enxergada e com qual sentimento as políticas públicas se dirigiam a elas. Para o historiador Jerry Dávila, que analisou os programas educacionais do período 1930-1945, a eugenia brasileira, enquanto prática pública, tinha os sentidos de conferir a autoridades científicas-sociais e médicas uma gramática simplificada para impingir hierarquizações raciais e delinear estratégias de intervenção social, bem como para esconder, sob um manto de cientificidade, problemas sociais oriundos de um país que insiste em tentar manter certos parâmetros de seu período escravista.⁶¹

⁵⁹ Artigo O Século da Criança, de Eduardo de Campos. In: LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA* n° 29, novembro e dezembro de 1947, p. 21.

⁶⁰ Artigo Os aspectos sociais dos cursos populares de puericultura, de Eduardo de Campos. In: LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA*. n° 35, julho de 1948, p. 3.

⁶¹ DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil – 1917-1945*. Tradução de Claudia Sant’Ana Martins. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

A primeira referência à eugenia no Brasil ocorre em 1912, no jornal *Estado de São Paulo*, em artigo do jornalista e escritor Horácio de Carvalho (1857-1933) sobre sua prática na Inglaterra. No ano seguinte, o diretor do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, dr. Alfredo Magalhães (1873-1943), proferiu uma palestra tendo o “pró-eugenismo” como tema. Em 1914, Alexandre Tepedino defendeu tese intitulada *Eugenia*, na Academia de Medicina do Rio de Janeiro. Institucionalmente, esse movimento articulou diversas iniciativas, como a Sociedade Eugênica de São Paulo, fundada em 1918; a Liga Brasileira de Higiene Mental, de 1922, e o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado em 1929.⁶²

Nesse cenário, a divulgação exercia papel fundamental. Em 1919, a Editora Revista do Brasil, de Monteiro Lobato, lançou a publicação *Annaes de Eugenia*. Dez anos mais tarde, o médico Renato Kehl – “principal propagandista da eugenia no Brasil e na América Latina”⁶³ – passaria a editar o periódico *Boletim da Eugenia*. Portanto, quando as tiragens do *Boletim da LBA* foram iniciadas, o agrupamento em torno desse conhecimento tido como científico, destinado a regenerar e aperfeiçoar a população brasileira, contava mais de 30 anos de vida visivelmente institucionalizada.

Nas décadas de 1920 e 1930, a eugenia incluiu a questão racial nos debates sobre saneamento, reforma do meio social, higiene, bem como sobre os chamados problemas sociais (e suas “causas científicas”), a exemplo da criminalidade, delinquência, prostituição e das doenças mentais. Por essa razão, médicos e psiquiatras consideravam primordial medidas eugênicas para a regeneração da saúde mental da população brasileira. Nesse quadro, é pertinente compreender a cultura eugênica como uma herança, para usar um termo que lhe é caro, das teorias raciais brasileiras produzidas a partir de 1870⁶⁴, e isso explica por que terem sido amplamente aceitas entre os que enxergavam o tema racial como uma questão nacional.⁶⁵

Após a Segunda Guerra Mundial e com o adensamento das críticas ao racismo científico, a eugenia teria começado a ser associada a uma falsa ciência, responsável pela legitimação da distinção entre “raças superiores” e “raças inferiores”, que levou a trágicas consequências. Entretanto, constata-se que medidas radicalmente eugênicas, como a prática das esterilizações, continuaram sendo efetivadas em países como os Estados Unidos até, pelo

⁶² SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *As ideias eugênicas no Brasil: ciência, raça e projeto nacional no entre guerras*. Revista Eletrônica História em Reflexão: v. 6, n. 11. UFGD: Dourados, jan./jun. 2012.

⁶³ Idem, p. 6.

⁶⁴ Sobre advento do racismo científico no Brasil, entre o final do século XIX e as primeiras três décadas do século XX, são significativos os trabalhos de Skidmore (1978) e Schwarcz (1993).

⁶⁵ Idem.

menos, a década de 1970. Leonardo Dallacqua de Carvalho e Vanderlei Sebastião de Souza⁶⁶ também se referem a esse momento e enredo de forma reticente:

Se após a Primeira Guerra Mundial a eugenia foi aclamada como uma ciência moderna capaz de regenerar raças e nações e recolocar o mundo no trilho da evolução e da civilização, o final da Segunda Guerra teria condenado a eugenia ao ostracismo.⁶⁷

Ao mesmo tempo, é fato que o termo eugenia, seu entendimento e as práticas que evocavam continuavam em debate, de forma dinâmica e relacional, adaptando-se às conjunturas. Isso ocorria desde que Francis Galton⁶⁸ cunhara o termo e se seguiu um debate entre as teorias lamarckianas, para as quais o ambiente poderia moldar os genes da descendência, cuja influência pode ser percebida nos periódicos ora analisados, e mendelianas, as quais afirmavam que o material genético não podia ser alterado no curso de uma vida. Nesse sentido, os estudos sobre a história da eugenia têm demonstrado que as concepções e práticas eugênicas permaneceram aventadas no debate público após 1945, nas vozes de médicos, juristas, higienistas, biólogos e geneticistas, como os autores do *Boletim da LBA* evidenciam.

A eugenia, portanto, é uma forma de ingerência sobre a população, seu arcabouço genético e, por consequência, sua reprodução. No contexto desta pesquisa, há uma centralidade do discurso eugênico atrelado ao que era a principal política pública da LBA, a puericultura:

Os desajustamentos, para empregar uma palavra hoje muito em voga, são devidos, por vezes, à falta daquela consciência eugênica a que não me canso de aludir. [...] A consciência eugênica, conceito básico da puericultura moderna, parece que já vem desabrochando no espírito dos moços, por tal forma que a ideia de casamento estará, dentro em breve, implicitamente integrada na de saúde física e mental dos nubentes, para tranquila garantia de uma prole sã e feliz.⁶⁹

⁶⁶ CARVALHO, Leonardo Dallacqua de; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Continuidades e rupturas na história da Eugenia: uma análise das publicações de Renato Kehl no Pós-Segunda Guerra Mundial. In: *Perspectiva*, Florianópolis, v. 35, n. 3, p. 887-910, julho a setembro de 2017.

⁶⁷ Idem, p. 888.

⁶⁸ Considera-se que Francis Galton (1822-1911), a seu tempo conhecido como naturalista e geógrafo especializado em estatística, criou o termo eugenia em 1883. Escreveu seu primeiro trabalho sobre a hereditariedade humana em 1865, após ter lido *A Origem das Espécies*. Em 1869, publicou *Hereditary Genius*, considerado o livro fundador da eugenia. Etimologicamente, eugenia significa boa (*eu*) geração (*genus*). Sua meta era intervir na reprodução humana em larga escala, de modo que “as proibições aos casamentos inter-raciais, as restrições que incidiam sobre alcoólatras, epiléticos e alienados, visavam, segundo essa ótica, a um maior equilíbrio genético, um aprimoramento das populações, ou a identificação precisa das características físicas que apresentavam grupos sociais indesejáveis.” In: SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 60.

⁶⁹ Artigo À margem de alguns erros e preconceitos em puericultura, de Almir Madeira. In: LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA n° 20*, agosto de 1946, p. 14.

Escrito pelo professor da Faculdade Fluminense de Medicina e da Escola de Serviço Social do Estado do Rio Almir Madeira, o artigo citado tinha como subtítulo “Amor e eugenia”, primeira parte do texto “À margem de alguns erros e preconceitos em puericultura”. Nele, constata-se que, apesar de não apresentar a retórica racial agressiva visível até os anos 1940, incidem insinuações gerais sobre casamentos eugênicos, como se houvesse um esforço para destituir a situação de suas implicações raciais.⁷⁰ Fica evidente a insistente preocupação com a hereditariedade e o risco que representava o matrimônio em desacordo com normas eugênicas preestabelecidas. Ao deixar de empregar as classificações raciais, o autor não esconde que há uma idealização tácita dos atributos desejáveis, inclusive fenotípicos. Corrobora essa percepção o seguimento do seu texto, no qual as cores são utilizadas de forma metafórica:

O amor, seja encarado como fonte de nobres e grandiosas ações, ou como sentimento estranho à pura espiritualidade e elevada ambição, muitas vezes é chamado a exercer, no casamento, o papel de simples mordente, à maneira dos preparados que os pintores e tintureiros empregam para a fixação das cores. As matérias corantes, as qualidades, as taras constitucionais ou educativas, hereditárias ou adquiridas, em grande número capazes de se transmitirem de um cônjuge a outro, e – o que é mais sério – aos seus descendentes. São os bons atributos físicos e morais que os noivos devem exigir um do outro.⁷¹

Essas proposições instigam uma reflexão sobre os fundamentos que informam essa maneira de se expressar e o que o autor pretendeu repercutir com essas colocações. Não há nada evidente nessas locuções e nas possíveis omissões, mas mesclar o discurso sobre a eugenia com uma metáfora a respeito das cores e o ofício do pintor, a partir da proposição de que “o amor” é chamado a exercer o papel de “simples mordente” “para a fixação de cores” incita ao questionamento sobre o quanto a tese do embranquecimento estava presente, consciente ou inconscientemente, entre os que hegemonizavam debates públicos e periódicos institucionais.

Até o momento, os trechos citados ocorreram durante o período em que Otávio Rocha Miranda exercia a presidência da instituição. Entretanto, a mesma construção de que o instante que antecede a união do casal seja vital para a “eugenia” pode ser encontrada uma década depois, como no segmento adiante, em artigo que informava sobre a inauguração de “mais um setor do Serviço de Assistência Pré-Nupcial da Prefeitura”, no qual se transcreveu a fala do diretor dr. Sales Neto:

⁷⁰ CARVALHO, Leonardo Dallacqua de; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Continuidades e rupturas na história da Eugenia: uma análise das publicações de Renato Kehl no pós-segunda guerra mundial. In: *Perspectiva*, Florianópolis, v. 35, n. 3, p. 887-910, julho a setembro de 2017.

⁷¹ Artigo À margem de alguns erros e preconceitos em puericultura, de Almir Madeira. In: LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA n° 20*, agosto de 1946, p. 14.

A assistência pré-nupcial é um imperativo de ordem eugênica a que não podem fugir os povos realmente civilizados. Quando a instituímos no Rio, estávamos certo de refletir os anseios de toda a comunidade brasileira, notadamente de quantos se interessam pelo aprimoramento das gerações que se sucedem. [...]

Sou da opinião que o exame pré-nupcial sem ajustamento conjugal é tarefa incompleta. Não intencionamos cruzar os braços diante da adversidade que possa acometer os pais em detrimento dos filhos, pois a indiferença nesses casos é acumpliciar-se com o advento de uma subsociedade de infelizes e desajustados.⁷²

Como se vê, manifestações de que a “ordem eugênica” poderia ser a solução para os “desajustamentos” e o “aprimoramento das gerações” ainda se faziam presentes após dez anos do fim do conflito que teria levado ao ocaso a eugenia. As palavras ajustamento e desajustamento talvez sejam as que melhor caracterizam a maneira como as populações atendidas pela LBA eram vistas. Elas imediatamente localizam as pessoas e famílias em um lugar da hierarquia social, porém não somente do ponto de vista da classe social econômica. É preciso encarar as implicações raciais dessas elaborações.

Como afirmado, as medidas para a “melhoria da raça” eram propagandeadas por meio da puericultura⁷³, que, etimologicamente, significa “criação de crianças”. Esta pode ser caracterizada como um conjunto de regras médicas e de higiene destinadas ao correto desenvolvimento infantil, que agregam conhecimentos de áreas como nutrição, antropometria, imunologia, psicologia e odontologia. No Brasil, o pioneirismo no campo da puericultura cabe ao Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI), organização filantrópica fundada em 1899 pelo médico pediatra Carlos Arthur Moncorvo Filho (1871-1944) e que chegaria a ter 12 filiais em diferentes cidades brasileiras na década de 1920. Nessa época, também seria estabelecido o Instituto Nacional de Puericultura, instituição de pesquisa na área que originaria a cátedra de puericultura da Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coube a Joaquim Martagão Gesteira (1884-1954), médico da Liga Baiana contra a Mortalidade Infantil, a direção desse instituto.⁷⁴ Seu filho, Raymundo Sepúlveda Martagão Gesteira, presidiria a LBA entre 18 de março de 1955 e 18 de março de 1957,⁷⁵ posição a partir da qual afirmaria, em meados da década de 1950, que “a

⁷² Artigo Imperativo eugênico a assistência pré-nupcial, sem autoria. In: LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA*. n.º 82, abril a julho de 1956, p. 10.

⁷³ Termo utilizado, pela primeira vez, pelo suíço Jacques Ballexserd, em 1762.

⁷⁴ Medeiros, H R F. O passado e o presente da puericultura através da história do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. Rio/São Paulo: ANPUH, 2011.

⁷⁵ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Presidentes da LBA*. Consultado no arquivo do Ministério da Cidadania.

propaganda é sumamente necessária num país como o nosso, que, em sua grande parte, desconhece os princípios mais elementares da eugenia”.⁷⁶

Como iniciativa estatal, o ineditismo coube à Inspeção de Higiene Infantil, vinculada ao Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), criada durante o Governo de Epitácio Pessoa (1865-1942), em 1919, e comandada por Antônio Fernandes Figueira (1863-1928), fundador da Sociedade Brasileira de Pediatria. Naquele período, as medidas de “higiene e saúde pública”, que buscavam sanear, entre outras coisas, deturpações “morais”, eram entendidas como as causas dos problemas sociais, na perspectiva aventada anteriormente acerca da cientificação das desigualdades raciais e econômicas. Após 1930, o recém-criado Ministério da Saúde e da Educação Pública (Mesp) incorporou tanto o DNSP como a Inspeção de Higiene Infantil, que seriam extintos quatro anos depois, para a criação da Diretoria – e, posteriormente, Divisão – de Proteção à Maternidade e à Infância (DPMI). Em 1940, após a extinção do DPMI, seria criado o Departamento Nacional da Criança (DNCr), “órgão supremo de coordenação de todas as atividades nacionais relativas à proteção à maternidade, à infância e à adolescência”.⁷⁷ O art. 9, alínea *b*, do Regimento da LBA de 1946 estabeleceria que o diretor do DNCr ocuparia um dos cargos de vice-presidente da LBA, de modo que as duas instituições possuíam estreita afinidade.

Essa pequena genealogia da puericultura dentro do aparato estatal, que assume a nomenclatura dos cuidados com a “maternidade e a infância”, desemboca na forma como a LBA desenvolveria seu trabalho a partir de 1946, por meio de sua principal instância de formulação e execução da política assistencial: o Departamento de Maternidade e Infância (DMI). De acordo com o Regimento Interno, este teria como finalidade:

[...] a proteção das mães dos filhos vítimas de empecilho social ou físico, e para tanto velará pelo cumprimento das disposições legais em favor dos mesmos e promoverá a realização de medidas necessárias para que se efetive, em cada caso, um amparo eficiente.⁷⁸

Pelo Estatuto da LBA precedente, de 1942, a maternidade e a infância já eram instadas como finalidade institucional e ocupavam, por sinal, o primeiro lugar do rol de competência delineadas em seu art. 2º. Entretanto, estavam acompanhadas de outras situações de

⁷⁶ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA*. nº 80, outubro a dezembro de 1955, p. 14.

⁷⁷ Art. 5º, do Decreto Lei nº 2024, de 17 de fevereiro de 1940. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-2024-17-fevereiro-1940-411934-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 jan. 2022.

⁷⁸ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Portaria nº 25, de 3 de outubro 1946*. Art. 20. Consultada no arquivo do Ministério da Cidadania.

vulnerabilidade, como o amparo aos velhos e desvalidos, a assistência médica às pessoas necessitadas, o fornecimento de auxílios aos “desajustados”, a alimentação e saúde ao “povo brasileiro”, o levantamento do nível de vida dos trabalhadores com centros de recreação e cultura⁷⁹. Esse escopo seria, então, genericamente designado como “empecilho social ou físico”, o que, de fato, significou a concentração dos esforços apenas para os temas da maternidade e da infância, ou seja, os empecilhos associados a esses dois segmentos. No trecho a seguir, há uma explicação relevante sobre o contexto dessa mudança regimental, apresentada como uma fala institucional:

Anteriormente à reorganização da LBA, isto é, a Reforma dos seus Estatutos, que resultou na limitação de seu âmbito de atuação à maternidade e à infância, os auxílios se destinaram indiferentemente a todas as obras sociais que os solicitavam e cuja situação financeira justificasse o amparo da LBA.

Foram beneficiadas assim, instituições de todos os tipos e de finalidades as mais diversas, desde as de assistência à infância até as de amparo à velhice, quer se tratasse de serviços de assistência educacional, médica, alimentar ou de habitação. [...]

Querer tratar os problemas humanos e sociais em grande escala, sem contar simultaneamente com extensos recursos em pessoal especializado, obras sociais eficientes e reservas financeiras, é fazer trabalho superficial... [...]

Na impossibilidade de resolver os problemas individuais e familiares pelas suas raízes, isto é, de reajustar realmente, ficaram os indivíduos e famílias na dependência da LBA por muito mais tempo que seria de desejar, em desproporção com o pessoal disponível ou em condição de tratar daqueles casos e dos recursos financeiros necessários para fazer face às despesas cada dia maiores.⁸⁰

Atribuído à Divisão de Planejamento e Organização do DMI, chefiada pelo assistente social Ernani de Paula Ferreira,⁸¹ argumentou-se que, diante da incapacidade de operar amplamente, especialmente quanto ao financiamento de instituições filantrópicas voltadas a um campo mais abrangente de situações de desamparo – “desde a infância até a velhice” – pois, pela falta de recursos, essa ajuda seria “superficial” –, a LBA deveria concentrar-se na maternidade e na infância. E, ainda, o texto evidencia que a ajuda financeira e material não atacaria os problemas individuais e familiares pelas “suas raízes, isto é, reajustar realmente”, que era, efetivamente, o trabalho com a maternidade e a infância, por meio da puericultura.

De uma perspectiva, a prática puericultora realmente se ocupava com a divulgação de avanços científicos que se deram na transição do século XIX para o século XX, como o uso de

⁷⁹ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Portaria nº 6013, de 1 de outubro de 1942. Estatutos, 1942.

⁸⁰ Artigo A LBA e as Obras Sociais. In: LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA nº 28*, outubro de 1947, pp. 5-6.

⁸¹ Ernani de Paula Ferreira era servidor de carreira na LBA, detentor do cargo de Assistente Social, e escrevia regularmente para o *Boletim da LBA*. Seu primeiro texto aparece na edição nº 11, de julho de 1945, e o último, na edição nº 96, de 1959. Nos anos 1940, exerceu os cargos de Chefe da Seção de Obras Sociais para Adultos e Chefe da Divisão de Planejamento e Organização. Em fevereiro de 1952, integra o conselho técnico do *Boletim da LBA*. No final dos anos 1950, seria o Supervisor de Serviço Social.

vacinas e do leite pasteurizado. De outra, era uma ação essencialmente disciplinadora, que impunha obrigações a ações cotidianas que supostamente assegurariam o desenvolvimento físico e mental da criança, como a limpeza, a amamentação e preparação da mamadeira, a diversão, o vestuário, o banho, o sono, o choro e o lazer. Portanto, no âmbito da LBA, a puericultura teria como foco uma prática de educação feminina, direcionada principalmente às mulheres empobrecidas e não brancas, que misturava conhecimentos técnico-rationais e valores morais. É o que aparece registrado no art. 4º, § 1º, do Estatuto de 1946: “A base de seu programa de ação será a educação da mulher, preparando-a para exercer seus deveres e assumir suas responsabilidades”. Ou, ainda, no art. 1º, alínea *f*, da Portaria 25, de 3 de outubro de 1946, na qual se assumia o compromisso de “zelar pela educação da mulher, preparando-a para exercer seus deveres e assumir suas responsabilidades”.

Por meio dessa ingerência no cuidado e desenvolvimento das crianças e na preparação das “mulheres” para o papel materno, a puericultura era utilizada como um artifício para estigmatizar, culpabilizar e direcionar preconceitos contra os segmentos sociais desprovidos das condições para implementação de práticas que eram acessíveis apenas àqueles economicamente favorecidos e embranquecidos. Ademais, quando o assunto se circunscreve ao controle reprodutivo, de forma anterior à própria gestação, o componente racial e a sua historicidade atrelada ao que se denominou “pensamento racial brasileiro”,⁸² bem como aos projetos nacionais que tinham o manejo racial como questão de primeira ordem, tornam-se flagrantes. Para além desses pormenores do dia a dia, a puericultura seria a “ciência que tem por objeto o estudo e a investigação das causas relativas à conservação e ao melhoramento da raça humana”, nos termos do médico e obstetra francês Adolph Pinard (1844-1934).⁸³

Essa premissa não passou despercebida em um país como o Brasil, que ainda realizava a transição entre a adesão aos projetos inspirados abertamente no racismo científico que emergiram no pós-abolição, com os projetos de branqueamento da população, materializada explicitamente na política imigratória, para a construção da ideologia da democracia racial, que se fortaleceria após 1930. Essas duas maneiras de interpretar a realidade racial brasileira não são, de modo algum, completamente antagônicas, pois ambas evocam a miscigenação como “solucionadora” do “problema” racial brasileiro.

A democracia racial o faz reivindicando o fato de que a cultura afro-brasileira teria enriquecido a cultura hegemônica branca, promovendo a apologia da homogeneidade e a

⁸² Categoria utilizada por Skidmore (1976), Shwarcz (1993) e Dávila (2010), entre outros.

⁸³ Parada, M B A; Medeiros, H R F. *Puericultura e políticas públicas de assistência à maternidade e à infância*. XIV Encontro Regional da ANPUH – Rio. Rio de Janeiro: 2010.

celebração acrítica do multiculturalismo, bem como estabelecendo uma igualdade racial formal (legal). Entretanto, ela conserva o prestígio social hegemônico, não altera e aprofunda desigualdades e hierarquias raciais operadas por regras, princípios, estados de ser e estruturas configuradas a partir da distinção racial. Além disso, opera o quanto possível para o silenciamento das denúncias do chamado “preconceito de cor” e do racismo e cria uma nuvem a encobrir o lugar da questão racial em regulamentos, instituições e no debate público. Dessa forma, ela promove o convívio entre o culto à mestiçagem e a existência de estigmas que associam não brancos a pessoas marginalizadas e menos desenvolvidas, incapazes para a civilização racional, sem moral, boas maneiras, valores e virtudes.⁸⁴

Esses traços ficam evidentes em passagens do *Boletim da LBA* e mostram a centralidade que esse debate tem para a instituição. Inclusive, é possível encontrar argumentos sobre a mestiçagem similares aos que eram feitos pela eugenia radical que a considerava necessariamente negativa.⁸⁵ Em dois momentos, ambos na primeira página do periódico, o presidente da LBA, entre 27 de setembro de 1949 e 29 de janeiro de 1951,⁸⁶ o jornalista e escritor Elmano Cardim, expõe suas reservas quanto ao fato de a população brasileira ser, em alto grau, oriunda de um “cruzamento de raças”:

E por isso restringiu-se a esfera da LBA aos problemas da maternidade e da infância, nos seus aspectos mais graves, que são o médico e social, e sobretudo no seu âmbito familiar. Em um país como o Brasil, de vasta extensão territorial, de alto índice de analfabetismo, de alimentação deficiente e mal orientada, de cruzamento de raças, com endemias difíceis e complexas [...].⁸⁷

País de vasta extensão territorial, de alto índice de analfabetismo, de alimentação deficiente e mal orientada, de cruzamento de raças, de endemias difíceis de combate, por todas essas razões, o problema da maternidade e da infância apresenta entre nós caracteres peculiares e típicos.⁸⁸

De acordo com as teorias raciais estrangeiras criadas no século XIX, a miscigenação da “raça branca” com as “raças degeneradas” impedia o “desenvolvimento” e o “progresso”. Como saída para esse impasse, influentes políticos e intelectuais brasileiros formularam a ideia de que

⁸⁴ GOLDBERG, David Theo. *The racial state*. Massachusetts/Oxford: Blackwell Publishing, 2002.

⁸⁵ CARVALHO, Leonardo Dallacqua de; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Continuidades e rupturas na história da eugenia: uma análise das publicações de Renato Kehl no Pós-Segunda Guerra Mundial. In: *Perspectiva*, Florianópolis, v. 35, n. 3, p. 887-910, julho a setembro de 2017.

⁸⁶ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Presidentes da LBA*. Consultado no arquivo do Ministério da Cidadania.

⁸⁷ Artigo O alto sentido da LBA, de Elmano Cardim. In: LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA*. n° 47, de setembro de 1949, p. 1.

⁸⁸ Artigo Aspectos da proteção à infância, de Elmano Cardim. In: LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA*. n° 49, de novembro de 1949, p. 1.

a miscigenação faria prevalecer os elementos brancos, gerando indivíduos cada vez mais brancos, “tanto cultural como fisicamente”.⁸⁹ Para estimular esse processo, era necessário inibir o aumento populacional das pessoas negras e incentivar o das pessoas brancas, concepção que estruturaria, explicitamente, a política imigratória desde o fim da década de 1870 até 1945. No trecho citado, portanto, o dr. Elmano Cardim ainda está a considerar o “cruzamento de raças” como um fator problemático, atitude que pode ser vista como precedente à própria ideia de branqueamento anteriormente exposta, o que demonstra o quanto o contexto da democracia racial, período em que efetivamente o texto é proferido, está impregnado de juízos negativos para com as pessoas não brancas.

No mesmo sentido, em artigo escrito pelo professor Irineu Malagueta, da Academia Nacional de Medicina, intitulado “Nabuco e a Medicina”, as questões relacionadas ao aprimoramento da raça e controle racial da política imigratória aparecem na forma de um elogio àquele embaixador que, no século XIX, se destacou como abolicionista e entusiasta do embranquecimento populacional ao mesmo tempo:

Esta foi uma das contribuições de Nabuco – o estudo de um grave desvio da saúde da comunidade nacional e os meios necessários para restabelecê-la.
Bateu-se pelo revigoramento da nossa raça em formação. Opôs-se à vinda, para o Brasil, de contratados coolies chineses. Lutou ardorosamente pelo aperfeiçoamento físico e moral da raça. Sua contribuição à medicina foi "Eugenia", e já o vimos. A segunda foi "higiene mental".⁹⁰

Em contraponto a essas ideias predominantes sobre a puericultura e a eugenia, é revelador como os debates públicos são permeados por disputas e tensões, bem como que nada é imposto sem agências dissonantes. O *Boletim da LBA* trouxe, naquele cenário, um texto do sociólogo Guerreiro Ramos, reconhecidamente um dos maiores pensadores da questão racial brasileira. Entre inúmeros feitos, esse intelectual baiano dirigiu o Instituto Nacional do Negro, do Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado por Abdias do Nascimento (1914-2011), e formulou o conceito da “patologia social do branco brasileiro”, no qual analisa o costume da reivindicação de brancura entre segmentos sociais flagrantemente miscigenados.⁹¹

⁸⁹ SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

⁹⁰ Artigo Nabuco e a medicina, Irineu Malagueta. In: *Boletim da LBA*. n° 70, set. de 1951, p. 2.

⁹¹ Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982), autor de clássicos da sociologia, como as obras *Sociologia de la mortalidad infantil* (1955), *Introdução crítica à sociologia brasileira* (1957) e *A redução sociológica* (1958). Iniciou sua trajetória na vida pública durante o Governo de Getúlio Vargas e integrou instituições públicas como o Departamento Nacional da Criança (DNCr), o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Dados biográficos levantados pelo pesquisador Gabriel Dread Siqueira. Disponível em: <https://irradiandoluz.com.br/2008/06/alberto-guerreiro-ramos.html>. Acesso em: 9 abr. de 2022.

O texto *O tema sociológico da puericultura*,⁹² retirado de palestra proferida no Departamento Nacional da Criança, em momento anterior ao início de sua importante produção bibliográfica, faz referência a uma crítica à noção dominante no campo da puericultura. Dessa maneira, Ramos começa observando que, mais do que impor uma receita de obrigações e coerções a serem impostas à infância, o importante seria garantir a essa fase o máximo de liberdade possível:

Uma sociedade perfeita só seria concebível onde a cada criança fosse dada a oportunidade de realizar-se livremente, sem qualquer coerção exterior à sua índole. [...] A finalidade da puericultura é a de condicionar os ambientes onde a criança possa desenvolver-se sem frustração. A puericultura não atingirá toda a sua grandeza e sua importância enquanto não tomar consciência deste objetivo amplo.

Em seguida, numa perspectiva que hoje poderia ser considerada como a da saúde mental, toma o conceito de Freud da neurose – e discorda que a causa desta seria o “Complexo de Édipo” – como parâmetro para a abordagem das raízes de inúmeros problemas sociais, advindos do conflito entre “interesse dos indivíduos e da sociedade”. Essa percepção da psicologia social se manteria na trajetória de Ramos e desaguaria, por exemplo, em sua aplicação de uma metodologia de análise das relações humanas e do tratamento terapêutico, para pessoas negras, alicerçada em dramatizações, técnica ainda popular denominada Psicodrama. Nas palavras de Ramos:

Freud tocou no aspecto fundamental do problema. Sua ideologia médica impediu-lhe, contudo, de ver que a origem da frustração está numa rivalidade de outra postulação, que é a que existe entre os interesses do indivíduo e os da sociedade.⁹³

As coerções inadequadas que a sociedade impõe seriam as razões para os conflitos e não adequações que levam aos problemas sociais. Assim, diferencia a autoridade irracional, como nas práticas vigentes da puericultura, talvez informadas pela “ideologia médica” (estaria ele, ao criticar Freud, referindo-se ironicamente à ideologia médica da puericultura?), da autoridade racional, a qual “supõe uma visão inteligente das necessidades infantis”. Nesse sentido, Guerreiro Ramos propõe nova etapa para a puericultura:

A autoridade racional é, portanto, uma qualidade cujo desenvolvimento a puericultura terá de promover. É um capítulo novo da puericultura que só poderá ser explorado com a mobilização dos últimos resultados das ciências sociais, sobretudo da sociologia e da

⁹² Artigo *O tema sociológico da puericultura*, de Guerreiro Ramos. LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA*. n° 19, maio de 1946, p. 12.

⁹³ *Idem*.

psicologia social. A puericultura deve deslocar sua atenção para a questão da ambientação da criança.⁹⁴

E termina sua franca oposição aos modelos vigentes explicitados pelos autores do *Boletim da LBA*, previamente citados, postulando novo conceito para a puericultura e invertendo sua lógica ao afirmar que, antes de cuidar das crianças, primeiro é preciso consertar o “mundo dos adultos”:

A puericultura, para ser uma verdadeira arte de criar a criança, deve tomar consciência de que ela é um ser dependente do mundo adulto e de que do tratamento do mundo adulto depende o seu desenvolvimento.⁹⁵

Bruno Sanches Mariante da Silva⁹⁶ destacou que a atuação da LBA entre 1945 e 1964, percebida pela sua principal fonte periódica, pode ser caracterizada como uma oposição entre práticas consideradas “modernas” e “burguesas” contra as práticas “arcaicas” das “classes populares” ou das “mulheres das camadas populares”. Entretanto, tratar esse assunto como o advento de um ímpeto pela modernização e progresso, sem questionar o caráter implícito ou explícito dessa modernização é escamotear, em grande medida, os sujeitos para os quais esses discursos e essas elaborações eram construídos, como se estes estivessem ausentes ou não importassem com o modo de erigir essas coerções. Qual era a cor ou as cores “das classes populares” ou das “mulheres das camadas populares” para as quais essas práticas repreensivas eram dirigidas?⁹⁷ É preciso rever a chave de análise que tem como fundamento apenas as agências de uma suposta classe econômica ou segmento representante dessa classe econômica, como a classe médica, e trazer para a lente de análise desigualdades que não se originam apenas na classe social e no gênero, mas no fato de que “opressões de raça, gênero e classe eram as causas fundamentais da pobreza das mulheres negras”,⁹⁸ verdadeiras sujeitas do estudo a que se propôs fazer e que devem ser consideradas em qualquer abordagem sobre a LBA nesse período.

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ SILVA, Bruno Sanches Mariante da. *Assistência e modernidade nos boletins da Legião Brasileira de Assistência (1945-1964)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de São Paulo, Assis, 2018.

⁹⁷ NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 29, n. 59, pp. 607-626, 2016.

⁹⁸ COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2019, p. 29.

1.3. SUJEITOS-ALVO DA AÇÃO DA LBA

Recentes acontecimentos e lamentáveis vieram pôr em foco, mais uma vez, o preconceito de cor. Esse preconceito, aliás, está radicado em vários países. Felizmente, no Brasil, não existe, ou está reduzido ao mínimo. Entre nós se misturam todas as raças na elaboração do tipo único futuro brasileiro.

Nossa gravura diz bem do afeto com que em nossos lares são tratados igualmente brancos e negros. Isso está em nossa índole, na brandura de nossos costumes, porque está nos ensinamentos cristãos que nos foram ministrados desde a descoberta. A alma não tem cor.



A alma não tem cor

Recentes acontecimentos, e lamentáveis, vieram pôr em foco mais uma vez, o preconceito de cor. Esse preconceito, aliás, está radicado em vários países. Felizmente, no Brasil, não existe, ou está reduzido ao mínimo. Entre nós se mistura todas as raças, na elaboração do tipo único futuro do brasileiro.

Nossa gravura diz bem do afeto com que em nossos lares são tratados igualmente brancos e negros. Isso está em nossa índole, na brandura de nossos costumes, porque está nos ensinamentos cristãos que nos foram ministrados desde a descoberta. A alma não tem cor.

Figura 1 – A alma não tem cor.
Boletim da LBA nº 83, 30 de abril de 1956, p. 7.

A expressão “preconceito de cor”, presente nessa reprodução, sugere que as desigualdades raciais são provocadas pelas ações individuais de pessoas cuja ética não coaduna com a prática da maioria, como se resultassem de distorções individuais e de situações extraordinárias. Como abordado, os mecanismos simbólico e ideológico que permitem considerar a pertinência de um conceito como o da democracia racial para a realidade brasileira, exemplarmente retratados no enxerto “A alma não tem cor”, consistem justamente na negação da existência de um problema racial de fundo e a conseqüente afirmação de este está “reduzido ao mínimo”.

Nessa lógica, as ocorrências eventualmente perceptíveis ao senso comum são classificadas como episódios “lamentáveis”, pois o corriqueiro seria a harmônica “mistura de raças”. Entretanto, sob o véu da cegueira à existência de uma questão racial estatal e nacional, de sua despolitização e deslocamento para a esfera privada, da apologia da homogeneidade e da miscigenação – “elaboração de um tipo único brasileiro” –, subsiste um arranjo estatal e de poder que fortalece privilégios e exclusões, bem como concorre para silenciar as denúncias do

racismo cotidiano. Em tal conjuntura, pessoas racialmente percebidas como brancas serão capazes de gerar e manter privilégios por meio das instituições e das interações simbólicas ou materiais.

Na definição do sociólogo sul-africano David Theo Goldberg, os Estados Nacionais modernos, que, como o brasileiro, empreendem segregações estruturadas racialmente, podem ser caracterizados como Estados Raciais, não sendo possível teorizar sobre eles sem incluir o racismo entre seus elementos, nem teorizar sobre o racismo sem incluir a atuação do Estado como determinante. A distinção entre os grupos brancos e não brancos em temas como imigração, demografia, moradia, trabalho, lazer, acesso a educação, mobilidade social, mobilidade política e criminalidade, mesmo que enviesadas para uma distinção cultural que mal disfarça sua raiz fenotípica, evidenciarão essas premissas. Desse modo, não brancos serão invariavelmente marginalizados e considerados menos desenvolvidos, incapazes para a civilização racional, sem moral, boas maneiras, valores e virtudes da democracia. A falta de capacidade econômica reforçará esse quadro.⁹⁹

Após relatar que figuras importantes da história institucional escreveram no *Boletim da LBA* artigos que evocavam a uma “consciência eugênica” e estigmatizavam os “desajustados”, com “imperfeições da natureza física” e “lacunas de caráter moral”, alvos de políticas como as da puericultura, cabe questionar: para quem especificamente essas formulações se dirigiam? Para buscar respostas a essa pergunta, os estudos inaugurais da sociologia das relações raciais brasileiras, realizados na década de 1950, a partir dos dados dos censos demográficos então disponíveis, podem ser importantes.

Além disso, cabe notar o caráter paradigmático da situação que levou à realização do financiamento, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), dessas pesquisas de campo. A intenção com o levantamento dos dados era golpear definitivamente o racismo científico e as suas derivações, na suposição de utilizar o Brasil como exemplo a ser seguido, uma vez que se esperava constatar a inexistência do racismo. Essa hipótese derivava do imaginário já consolidado da existência de uma democracia racial, que seria contraposta à realidade do segregado Estados Unidos, na longa comparação simplista que leva a conclusões equivocadas. Tanto que os trabalhos realizados, de fato, divergiram sobremaneira das premissas que os provocaram e demonstraram o caráter racial da radical desigualdade social brasileira.

⁹⁹ GOLDBERG, David Theo. *The racial state*. Massachusetts/Oxford: Blackwell Publishing, 2002.

Entre 1940 e 1960, foram feitos três censos no Brasil (1940, 1950 e 1960), sendo que o de 1940 incluiria novamente uma categoria de análise da composição racial da população, ausente desde 1890. Entretanto, ao contrário dos censos de 1890 e 1872, o tema era posto como uma questão de “cor”, e não de “cor ou raça”, e categorias auferidas eram “branco”, “preto”, “amarelo” e “pardo”.¹⁰⁰ A partir do Censo de 1950, a metodologia de prospecção passaria a fundamentar-se na autoclassificação sobre a identificação racial, de modo similar ao método como atualmente é efetivado, ressaltando-se que a autodeclaração depende de questões subjetivas que estão profundamente atreladas ao contexto social específico. Outro ponto relevante refere-se ao fato de que o texto de introdução do Censo de 1950, datado de maio de 1955, é do jornalista Elmano Gomes Cardim (1891-1979), o presidente da LBA anteriormente mencionado, que via com reservas o “cruzamento das raças”.

Isso posto, apoiado no Censo de 1950, o sociólogo Florestan Fernandes evidenciou a parca mobilidade social da população preta ou parda (denominados por ele de negros e mulatos) e a injusta situação em que se encontravam. Nesse período, o Brasil contava com quase 52 milhões de habitantes, sendo 61,6% brancos e 37,6% pretos ou pardos, mas a realidade ocupacional e educacional dessa população poderia ser representada por um abismo. Por exemplo, na posição de empregador, a mais alta apurada para o mercado de trabalho, os brancos representavam 82,66%, enquanto pretos e pardos, 15,58%. Na educação, os dados parecem ainda mais discrepantes: 94,22% das pessoas com nível médio eram brancas e 4,89% pretas ou pardas; 96,87% das pessoas com nível superior eram brancas e 2,54% pretas ou pardas. Nas palavras de Fernandes, “a concentração da renda e do prestígio social possui implicações raciais bem definidas”.¹⁰¹

No Rio de Janeiro, então Distrito Federal e capital da República, ambiente que deu origem à LBA e do qual saíam seus principais quadros, a situação se mostra semelhante ou pior. De uma população de mais de 2,3 milhões de pessoas, 69,8% eram declaradas brancas, e 29,7% pretas ou pardas. O universo de empregadores contava 48.271 pessoas, das quais 96,2% eram brancas (sendo 44.841 homens) e 3,5% pretas ou pardas. Apenas 121 mulheres pretas ou pardas eram empregadoras, enquanto 1.636 mulheres brancas o eram, número que se aproxima do total

¹⁰⁰ Em 1872, branco, preto, pardo e caboclo; e em 1890, branco, preto, mestiço e caboclo. Apenas a partir do Censo de 1991 seria criada a categoria “indígena” para os levantamentos demográficos brasileiros, de modo que estes corriqueiramente foram tidos como “pardos”, assim como os que se declaravam mulatos, caboclos, cafuzos etc. Também em 1991 a classificação voltou a ser denominada “cor ou raça”. DAFLON, Veronica Toste. *Tão longe, tão perto: pretos e pardos e o enigma social brasileiro*. Doutorado em Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, 2017. OSÓRIO, Rafael Guerreiro. O sistema classificatório de cor ou raça do IBGE. *Texto para discussão nº 996*. Brasília, IPEA: 2003.

¹⁰¹ Fernandes, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. Difusão Europeia, São Paulo, 1972, p. 51.

dos empregadores pretos ou pardos, 1.730. Das pessoas com grau médio de instrução, 94,8% eram brancas e 4,9% pretas ou pardas. Em relação ao grau superior, 97,6% eram brancos (43.188); 93 mulheres pretas ou pardas detinham essa formação.¹⁰² Esses dados do Distrito Federal sugerem, de forma significativa, a realidade sobre a qual o *Boletim da LBA* reporta suas atividades. Isso ocorria tanto porque era a cidade onde ocorria a edição e impressão da revista como também pelo fato de que existia um serviço para o Distrito Federal na estrutura regimental da LBA nacional, de modo que o que acontecia na cidade do Rio de Janeiro partia diretamente da estrutura nacional da LBA, diferentemente do que ocorria em outras cidades e outros estados, que possuíam estrutura própria apartada.¹⁰³

Cabe mencionar que os estudos sobre os dados censitários são alvo de crítica por simplificarem e naturalizarem as identidades raciais. O próprio Guerreiro Ramos, citado no item anterior, teceu críticas contundentes aos estudos de Florestan Fernandes pela maneira como objetificavam esse segmento populacional. De fato, esse é um paradoxo que atinge, de algum modo, todos os trabalhos que tenham como tema a racialização das relações sociais numa perspectiva histórica, como explica o sociólogo francês Didier Fassin:

Podemos falar em aporia da enunciação performativa para qualificar o impasse no qual se encontra todo pensamento, discurso e mesmo ação que recorrem à linguagem da racialização ao mesmo tempo contestando a realidade das raças e utilizando a categorização racial para combater o racismo.¹⁰⁴

Nesse sentido, é preciso considerar os processos históricos, socioeconômicos e socioculturais por meio dos quais as categorias raciais são “criadas, habitadas, transformadas e destruídas”,¹⁰⁵ de maneira que se busque compreender os sentidos que o racismo adquire em diferentes espaços e tempos e se evite abordagens que transformam pessoas em coisas reduzidas e aglutinadas sob um vocábulo. Apesar disso, importa destacar que as categorias censitárias possuem sua própria historicidade e trajetória, bem como seriam utilizadas na politização das

¹⁰² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Distrito Federal. Censo demográfico*. p. 5, 24 e 31. Rio de Janeiro: 1950. Elaboração própria.

¹⁰³ O Serviço para o Distrito Federal era constituído pelo Setor de Assistência à Família, Setor de Puericultura e Medicina, Setor de Obras Sociais, Setor de Costuras e Trabalhos Manuais, Setor de Cadastro e Estatística e um Centro de Colocação Familiar. In: LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Regimento da Legião Brasileira de Assistência*. Aprovado pelo Conselho Deliberativo em sessão de 22 de novembro de 1950. Art. 3º. Consultado no arquivo do Ministério da Cidadania.

¹⁰⁴ FASSIN, Didier. Nem Raça, nem racismo. O que racializar significa. In: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *Inclusão e exclusão: desafios do passado e do presente*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018, pp. 55-56.

¹⁰⁵ BALABAN, Marcelo; SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Introdução. In: Balaban, Marcelo; Sampaio, Gabriela dos Reis; Lima, Ivana Stolze. *Marcadores da diferença: raça e racismo na história do Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2019, p. 63.

demandas dos movimentos negros brasileiros, por exemplo, ao aderirem majoritariamente à ideia de juntar pessoas autodeclaradas pretas e pardas na organização de suas demandas.

Desse modo, não cabe negligenciar que a política assistencial da LBA, instituição federal que divulgava de forma recorrente um propósito eugênico, era direcionada majoritariamente à população dos não brancos empobrecidos aos quais eram impostas barreiras de acesso às oportunidades ocupacionais e educacionais. Assim, deve-se questionar o papel que a LBA desempenhava nesse contexto em que haveria uma organização social nitidamente racializada. A partir de 1946, o Estatuto da LBA é modificado pela Portaria nº 1.595, de 26 de janeiro de 1946, cujo preâmbulo ressaltava que sua finalidade passaria a ser a defesa da maternidade e da infância, por meio da proteção à família. Por sua vez, o art. 164 da Constituição de 1946 também disporia sobre a obrigatoriedade da assistência social à maternidade e à infância, no capítulo “Da Família”, com o título “Da Família, da Educação e da Cultura”, quando afirmava que “é obrigatória, em todo o território nacional, a assistência à maternidade, à infância e à adolescência. A lei instituirá o amparo de famílias de prole numerosa”.¹⁰⁶

De fato, o Brasil detinha altos índices de mortalidade infantil, o que despertava, entre as elites políticas e econômicas, uma mobilização em torno do tema da reprodução e dos cuidados com os recém-nascidos e as crianças. Porém, a forma como essa preocupação se expressava era mediante a culpabilização dos segmentos sociais que não tinham condições materiais que proporcionassem o crescimento sadio da criança. Um indício sobre como esse discurso era direcionado está na expressão “prole numerosa”, utilizada para descrever o que seria um problema social a ser dirimido pela assistência social. Seria qualquer prole numerosa ou somente a prole numerosa de famílias pobres, majoritariamente não brancas, que se constituiria uma questão?

Novamente, os dados do Censo de 1950, do Distrito Federal, podem colaborar para construir um entendimento de que se buscava combater não somente a mortalidade infantil, mas, em última análise, até mesmo a própria reprodução dessa população. Como não foram encontrados os índices de natalidade segmentados por cor ou raça, os quantitativos da população de 0 a 4 constituem um bom referencial das proporções de crianças entre as pessoas autodeclaradas brancas, pretas e pardas. De uma população de 258.558 crianças com até 4 anos, 66,7% eram de crianças brancas e 32,9% crianças pretas ou pardas. Na população de crianças

¹⁰⁶ BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 11 de jan. 2022.

de 0 a 9 anos, as proporções eram de 67% a 32,6%; e na de 0 a 14 anos, 66,9% a 32,7%.¹⁰⁷ Dessa forma, há uma relativa paridade entre a proporção da composição racial de crianças e a proporção da composição racial total da população geral do Distrito Federal, o que indica não haver evidência quantitativa significativa que justificasse a caracterização da prole numerosa como um problema social das classes empobrecidas e não brancas.

Outra maneira apropriada para captar os sujeitos da política da LBA consiste na análise das fotografias que o Boletim da LBA publicou e que testemunham a identidade racial de seu público, em páginas que consistem em fontes históricas da interação desse com os serviços públicos da instituição. Por corporificarem a dimensão abstrata dos ensaios e artigos da revista, atestam a incapacidade de se considerar os discursos hegemônicos proferidos pelos autores do periódico de forma descolada da realidade para a qual se dirigiam. Assim, é possível observar, em diferentes lugares e momentos, homens, mulheres e crianças participando ativamente nos serviços da LBA, uma instituição direcionada sobretudo às pessoas empobrecidas e negras das cidades em luta diária pela sobrevivência em situações simbólicas e materiais desafiantes.

Nesse sentido, desde os primeiros números do *Boletim da LBA*, vê-se o apelo que a inauguração de um posto de atendimento, por exemplo, provocava. A Figura 2, que retrata uma dessas ocasiões, exibe um grande contingente de moradores da região indo conferir o novo equipamento público. Mesmo que tivessem sido convocadas ou que tenha havido a distribuição de algum artefato ou alimento nesse momento, a fotografia sinaliza para uma grande adesão.



Figura 2 – Inauguração de posto da Comissão Estadual da Legião Brasileira em Niterói (RJ).
Boletim da LBA n° 6, de 30 de abril de 1945, p. 2.

¹⁰⁷ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Distrito Federal. Censo demográfico*, p. 5, 24 e 31. Rio de Janeiro: 1950. Elaboração própria.

Esses postos ofereciam uma pequena ajuda a um número singelo de pessoas, bem como, de fato, poderiam até mesmo barrar o acesso de determinada família a algum benefício, visto que serviam também para “atestar a pobreza” pela verificação da situação socioeconômica. Neles, encaminhava-se o público para outros equipamentos públicos – como escola, hospitais e postos de puericultura – ou privados, oferecidos pelas “obras sociais”, instituições filantrópicas que recebiam ajuda financeira da LBA e eram cadastradas como integrantes de sua rede assistencial. E ainda eram locais que distribuía auxílios em dinheiro, realizavam assistência jurídica, visitavam as famílias para levantamento da situação socioeconômica, forneciam vestuário e roupas de cama arrecadas ou confeccionadas pelos “Serviços de Costura” da instituição. Frequentemente, nas imagens disponibilizadas pelo periódico, o público atendido era denominado, na legenda, como “a Assistência”, como nos exemplos a seguir.

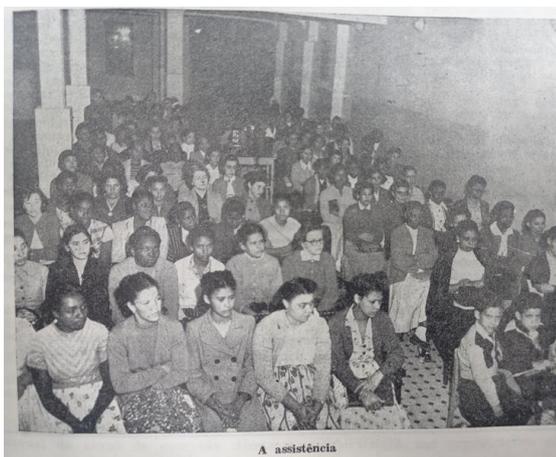


Figura 3 – Curso de Puericultura na Casa do Pobre de Copacabana.
Boletim da LBA n° 79, de 1955, p. 21.

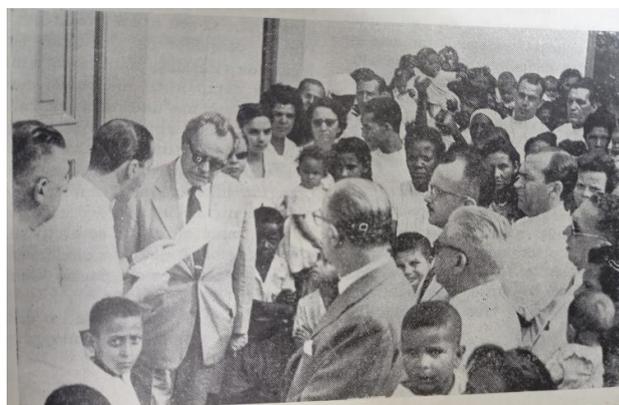


Figura 4 – Mário Pinotti com “a Assistência”.
Boletim da LBA n° 88, de 1957, p. 43.

Na Figura 4, no canto da foto, de óculos, está o médico sanitarista Mário Pinotti (1894-1972), então presidente da LBA, e que foi, também, ministro da Saúde de Juscelino Kubitschek (1902-1976). Em algumas situações, as pessoas comumente referidas como “a Assistência” são identificadas, como nas imagens seguintes, em que Maria Roma Peluccio, Alzira Corrêa e Balbina de Paula são atendidas no Serviço de Registro Civil, setor responsável por regularizar registros de nascimentos e óbitos, assim como formalizar casamentos, “principalmente os de casais solteiros com prole”.¹⁰⁸



Figuras 5 e 6 – Maria Roma Peluccio, Alzira Corrêa e Balbina de Paula, no serviço de registro civil. *Boletim da LBA nº 44*, de 1949, pp. 2-3.

Outra situação do trabalho assistencial cotidiano que nos permite observar a segmentação populacional que se está sugerindo são as fotografias dos Cursos de Puericultura, talvez a principal atividade que a instituição capilarizou pelo país durante o período considerado nesta dissertação. Seja na cidade do Rio de Janeiro (figura 3), em Maceió (figura 7), Belo Horizonte (figura 8) ou Anápolis (figura 9), as “mulheres das classes populares” mostram suas feições, dispostas organizadamente em poses para as fotografias.

¹⁰⁸ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Regimento da Legião Brasileira de Assistência*. Aprovado pelo Conselho Deliberativo em sessão de 22 de novembro de 1950. Art. 23, inciso II.



Figura 7 – Encerramento do curso popular de puericultura em Maceió (AL).
Boletim da LBA nº 68, de 1951, p. 19.



Figura 8 – Centro de Puericultura Odette Valadares, de Belo Horizonte.
Boletim da LBA nº 67, de 1951, p. 19.



Figura 9 – Curso Popular de Puericultura em Anápolis.
Boletim da LBA nº 66, de 1951, p. 8.

Anualmente, a LBA realizava festas em comemoração à Semana da Criança (12 de outubro), contexto das figuras 10 e 11, com distribuição de presentes, lanches e realização de atividades, como apresentação de palhaços, teatros e recreações. Frequentemente, nelas

também eram realizados os concursos de robustez ou higidez infantil, que consistiam em celebrações de puericultura, com distribuição de prêmios aos bebês que se destacavam na aferição de critérios, como “alimentação, curvas de peso e estatura, panículo adiposo, tônus e turgor, pele e mucosas, dentição, desenvolvimento psico-motor, imunidades e incidência de infecções, vacinação BCG, anti-varíoloca, anti-difitérica, salk, assiduidade no serviço”.¹⁰⁹ Bruno Sanches destacou que havia significativa presença de mães e crianças negras nesses concursos, bem como eventualmente crianças negras saíam vitoriosas, a exemplo da menina registrada na figura 11. Certamente, isso ocorria porque, assim como em qualquer outra atividade da LBA, pessoas negras eram a maioria ou compunham o total da participação. Acrescente-se a isso o fato de que somente bebês que estivessem registrados nos serviços da LBA podiam participar, o que reforça a asserção anterior. O fato de que um bebê negro saísse vitorioso no concurso não pode ser utilizado como evidência de que os puericultores, na prática e no discurso, não faziam distinções historicamente racializadas, por trás de uma fachada “científica”. Pelo contrário, demonstra como a instituição era pragmática e respondia à realidade que lhe dizia respeito, utilizando os concursos como estratégia para atrair seu público ao seu discurso, como o próprio Bruno Sanches salientou.¹¹⁰



Figura 10 – Semana da Criança no Centro de Serviço Social no Engenho Novo.
Boletim da LBA n° 112, de 1963, p. 10.

¹⁰⁹ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA n° 100*, de out. 1959, p. 23.

¹¹⁰ SILVA, Bruno Sanches Mariante da. *Assistência e modernidade nos boletins da Legião Brasileira de Assistência (1945-1964)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de São Paulo, Assis, 2018.



Figura 11 – Criança vencedora do Concurso de Robustez Infantil da Semana da Criança, na Gávea. *Boletim da LBA nº 93*, de 1958, p. 3.

Assim como a Semana da Criança, a celebração do Natal era uma ação constante e valorizada em festas organizadas pela instituição, com música, distribuição de presentes e lanches. Não são poucas as vezes que esses eventos aparecem no *Boletim da LBA* como sendo o “Natal dos Pobres”. Na cena seguinte, em Porto Alegre (RS), o periódico narra que a “sra. Fabiola Pinto Dorneles recepcionou, na sede da LBA, as delegações de crianças recolhidas aos asilos e orfanatos da capital, distribuindo-lhes balas, brinquedos e refrescos”. Nessa ocasião, “a Casa do Pequeno Jornaleiro” – instituição filantrópica fundada por Darcy Vargas, em 1939, que buscava prover moradia, assistência médica, educação básica, pátria, religiosa e moral, além de ensino profissional, aos vendedores de jornais e outros menores de até 18 anos que mantinham ocupações nas ruas¹¹¹ – “fez um bonito com seu conjunto musical”.



Figura 12 – Banda da Casa do Pequeno Jornaleiro, no Rio Grande do Sul. *Boletim da LBA nº 76*, de 1952, p. 3.

¹¹¹ SIMILI, Ivana Guilherme. *Mulher e política: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945)*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

Os fenômenos naturais extremos e as suas consequências diante da falta de planejamento e participação do Poder Público eram recorrentemente alvo da atenção pontual da LBA, que buscava dirimir minimamente as situações de calamidade pública, em especial as decorrentes de secas e enchentes. Ainda no Rio Grande do Sul, no extremo oeste, na cidade de Alegrete, a foto seguinte (figura 13) captou o presidente da LBA conversando com algumas das pessoas que ficaram desabrigadas em função de uma enchente.



Figura 13 – Mário Pinotti conversa com atingidos pela enchente em Alegrete, Rio Grande do Sul. *Boletim da LBA n° 95*, de 1959, p. 13.

A iconografia do *Boletim da LBA* também pode ser explorada numa perspectiva de entendimento das referências simbólicas que informavam a instituição a partir da apreciação das capas do periódico. Até a 19ª edição, o *Boletim* era impresso e diagramado como os jornais diários comuns, de modo que sua primeira página era composta de manchetes e notícias, sem maior elaboração pictórica. A partir da 20ª edição, toma o formato de uma revista e, a partir de então, passa a apresentar uma capa especialmente pensada para cada edição. Assim, se o *Boletim da LBA* era a expressão materializada daquilo que se queria que a LBA representasse no imaginário social, suas capas exerciam essa mesma função com uma força de síntese ainda maior e, por esse motivo, são bastante reveladoras. Nesse sentido, cabe observar, primeiramente, a figura 14, que faz referência a uma mãe “de oito filhos”, em um retrato de seu atendimento na agência de Serviço Social da Gávea.



Figura 14 – Mãe atendida pela agência de Serviço Social da Gávea.
Boletim da LBA nº 113, de 1964, p. 4.

Mais uma vez, percebem-se as manifestações da racialização dos papéis sociais, com a mulher branca trabalhadora da assistência social, integrante das “classes médias”, e a mulher negra trabalhadora atendida pela assistência social, das “classes populares”. Na capa apresentada a seguir, a revista buscou ilustrar justamente a ida de uma mãe e de seus filhos para essa Agência de Serviço Social na Gávea da figura 14, porém as pessoas escolhidas para representar essa ida possivelmente não o fazem da melhor forma. Embora haja uma diferença temporal significativa entre as duas imagens e não haja uma correspondência direta entre elas, exceto quanto à localização, o fato de que se prefere retratar uma família embranquecida, e não uma família negra, na capa do periódico não deixa de ser instigante.



Figura 15 – Capa do *Boletim da LBA* nº 91, abr. a jun. de 1958.

Ao se analisar os quase 100 exemplares da coleção, essa impressão de que pessoas brancas eram preferidas para estampar a porta de entrada do periódico de uma instituição de assistência social que lidava, em sua maioria, com os segmentos não brancos da sociedade é corroborada. Dessa forma, é possível constatar que uma e/ou várias crianças brancas juntas são retratadas 41 vezes e que em 22 oportunidades optou-se por uma delas tomada de forma individual, situações exemplificadas abaixo.¹¹²



Figura 16 – Capas do *Boletim da L.B.A.*

Em três oportunidades, crianças brancas em grande destaque são tomadas como exemplos bem-sucedidos da puericultura, em fotografias legendadas por meio de frases como “criada de acordo com os sãos princípios da puericultura”, “dois fortes e sadios garotos criados segundo os sãos princípios da puericultura” e “expressão eloquente de puericultura!”.¹¹³ Esse fato já relativiza ou joga luz ao contexto que se fez menção em relação à figura 11.

¹¹² Capas das edições nº 21, out. de 1946; nº 49, de nov. de 1949; nº 71, out. de 1951; nº 76, mar. de 1952; nº 80, out. a dez. de 1955; e nº 102, dez. de 1959.

¹¹³ Capas das edições nº 48, de out. de 1949; nº 50, de dez. de 1949; e nº 57, de julho de 1950.



Figura 17 – Capas do *Boletim da LBA*.

Existem apenas três capas com uma criança negra sozinha, três capas com crianças negras em grupo e quatro capas em que uma criança ou algumas crianças negras aparecem juntas de uma ou de algumas crianças brancas. Para se ter uma ideia, existem mais capas que retratam crianças loiras, quatro, do que capas com crianças negras.¹¹⁴

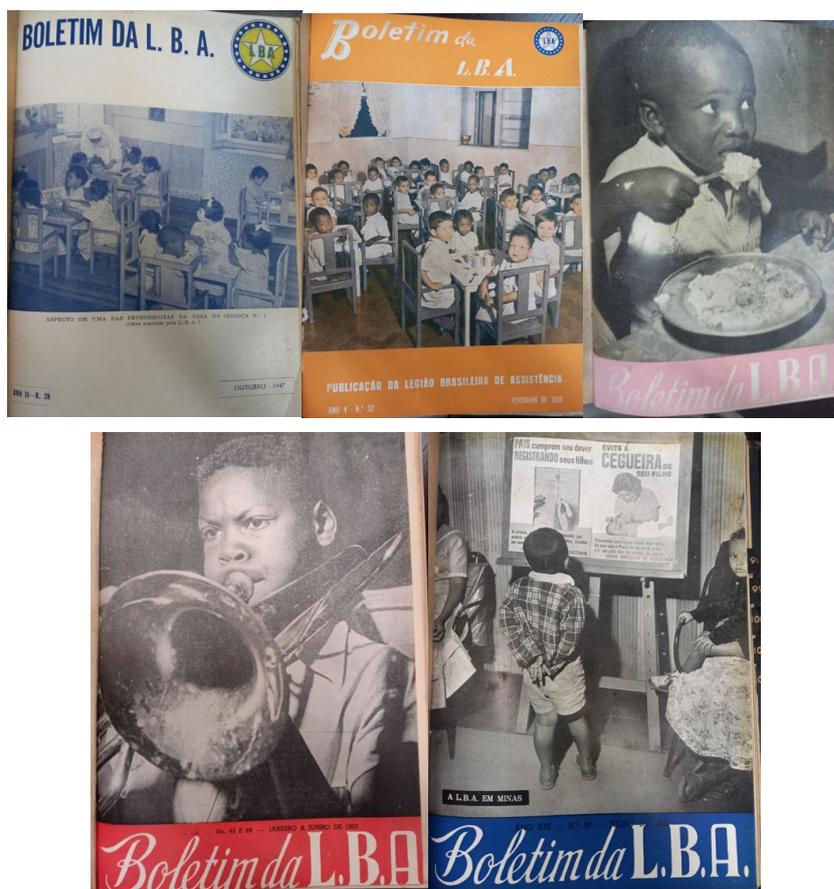


Figura 18 – Capas do *Boletim da LBA*.

¹¹⁴ Capas das edições nº 28, out. de 1947; nº 55, maio de 1950; nº 72, nov. de 1951; nº 85, jan. a jun. de 1957; nº 97, jul. de 1959.

A relação de imagens entre famílias brancas e negras também é reveladora. Em nada menos do que 14 capas há o retrato de um núcleo familiar de pessoas brancas tomadas de forma individual, seja pela composição da mãe com seus filhos, de crianças irmãs, ou do pai com filhos. A fórmula da mãe com os filhos é a mais comum, como na única reproduzida repetidas vezes no *Boletim da LBA* – nove entre 1948 e 1950 – apresentada a seguir.



Figura 19 – Capa do *Boletim da LBA* nº 33, mai. de 1948.

Em contraposição, não há uma única capa que retrate as pessoas de uma família negra tomada individualmente, e apenas um exemplar de famílias negras (mãe e seus bebês) em grupo. Em relação a esta última, a legenda que explica a composição é desabonadora das mães negras ao afirmar “Nossa capa: num Posto de Puericultura de Belém do Pará está-se ensinando às mães como deve ser preparada uma mamadeira [...] Porque muitas ainda não o sabem fazer [...]”.



Figura 20 – Capa do *Boletim da LBA* nº 98, ago. de 1959.

A análise das capas, mesmo que baseada centralmente em seu aspecto quantitativo, permite constatar a branquura como norma padrão a ser seguida, que existe uma ideologia da branquitude, em que a tonalidade da pele determina o espaço social que a pessoa deve ou pode ocupar. Esperava-se que pessoas e crianças brancas ocupassem a principal página de um periódico, justamente o de sua capa, pois os espaços de destaque deveriam ser destinados e ocupados por essas pessoas necessariamente, pois “a pele branca e o cabelo liso lhes dão privilégios num sistema que valoriza a branquitude, em detrimento da negritude”.¹¹⁵ A tentativa de apagamento dos segmentos sociais realmente atendidos pela LBA fazia-se concomitantemente à sua atuação, as capas das revistas são um exemplo materializado desse mecanismo.

¹¹⁵ COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2019, p. 167.

2. LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA E OS MUNDOS DO TRABALHO

2.1. ASSISTÊNCIA SOCIAL E UMA POSSIBILIDADE DE AMPLIAÇÃO DO CONCEITO DE TRABALHO

O manejo da questão racial no Brasil a informar a origem e o funcionamento da Legião Brasileira de Assistência (LBA) se faz perceptível em diferentes aspectos mesmo antes da sua fundação, como exposto no capítulo anterior. Entre esses aspectos, o fato de que essa instituição teve um presidente oriundo de uma família com histórico escravista, que propugnava a eugenia como um propósito, em suas múltiplas acepções, nenhuma das quais destituída de um componente racial, sob o guarda-chuva da proteção à maternidade e à infância; que reverberava, até mesmo por seus presidentes, concepções atreladas às leituras nacionais das teorias racialistas que surgiram e se desenvolveram a partir da década de 1870; bem como que elaborava a capa do seu principal periódico com pessoas e famílias não representativas do público majoritário de seus serviços, como os dados censitários e os registros fotográficos permitem supor com segurança. De agora em diante, o objetivo e a perspectiva teórico-metodológica a serem perseguidos nesta pesquisa passam por enxergar uma faceta da classe trabalhadora brasileira por meio da atuação dessa instituição, seja na preparação dos futuros trabalhadores e no atendimento aos trabalhadores de empregos não previdenciários que, por essa razão, recorriam aos seus serviços, assim como na forma como se construía um discurso sobre o trabalho e os trabalhadores ou até mesmo entendendo que o desemprego integra o conjunto de aspectos da realidade do trabalho.

Na história do trabalho, as experiências dos trabalhadores formais, associados a sindicatos e até mesmo atuando em greves e outras formas de protestos, a exemplo do registrado nas páginas da chamada “imprensa operária”, são recorrentemente analisadas. Apesar do mérito evidente desses estudos, em um país como o Brasil, com desigualdades e hierarquias étnico-raciais e de gênero complexas, faz-se imprescindível alargar o campo das investigações dos mundos do trabalho, de modo a considerar os sujeitos em situação de maior vulnerabilidade, desempregados, que recorriam às instituições de assistência social, a exemplo da LBA, como integrantes da classe trabalhadora, em sua vertente social mais vulnerável. Uma vez que a LBA previa atendimento a um público assim identificado e expressivamente negro, dar atenção ao vivido por essa parcela da classe trabalhadora abre possibilidades para o alargamento dos limites da construção de uma “história da participação do negro na formação dos mundos do trabalho” e da própria história social do trabalho, como argumenta o historiador Álvaro Pereira

do Nascimento¹¹⁶. Afinal, trata-se de um exercício de análise que encara o desafio de perceber as estruturas racializadas do mundo do trabalho.

Apesar de, a partir de 1946, a LBA ter concentrado seus esforços na maternidade e na infância, sua atuação foi estruturada em atividades que também serviam às famílias da classe trabalhadora como um todo, em equipamentos públicos, como postos de puericultura, ambulatórios, lactários, hospitais infantis, maternidades e abrigos; serviços como o de registro civil e colocação familiar; atividades como os clubes de mães e os cursos em diversas áreas; e a concessão de auxílios materiais em espécie, vestuário, equipamentos de trabalho, alimentos e remédios. Tudo isso acabava por mobilizar núcleos familiares também compostos por homens adultos, mulheres idosas, etc. Em geral, as pessoas deveriam ser matriculadas em postos de atendimento para iniciar o pedido de auxílio. A partir daí, seriam entrevistadas e eventualmente visitadas para que fosse possível certificar a necessidade do que estava sendo demandado. O serviço ou auxílio poderia ser ofertado pela própria LBA ou pelas instituições conveniadas, então denominadas “obras sociais”, entidades filantrópicas que recebiam subvenção financeira da LBA para comporem sua rede assistencial.

Tanto o Estatuto de 1942 como o de 1946, que ficará vigente durante o período analisado desta pesquisa, preservavam a função assistencial da LBA. No primeiro, em seu art. 2º, versava-se que “a LBA tem por finalidade promover, por todas as formas, serviços de assistência social – diretamente ou em colaboração com o poder público e as instituições privadas”.¹¹⁷ Em 1946, estabelecia-se que a LBA tinha como “principal finalidade a defesa da maternidade e da infância, através da proteção à família, procurando por todos os meios a racionalização de diretrizes e de ação tendentes a um perfeito aproveitamento da assistência social em suas diversas formas”, “podendo possuir serviços próprios de assistência”.¹¹⁸

À luz do exposto no capítulo anterior, analisar esse trabalho assistencial sob a perspectiva dos trabalhadores e das trabalhadoras alvo dessa atuação institucional é, portanto, avançar na compreensão acerca da atualização de práticas de controle social de longa data. Para tanto, o *Boletim da LBA* também se mostra uma fonte valiosa. Na edição número 83, de meados de 1956, há um artigo sobre a entidade assistencial Escola de Pesca Darcy Vargas, que integrava

¹¹⁶ NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil, p. 614. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 29, n. 59, pp. 607-626, 2016.

¹¹⁷ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Portaria nº 6013, de 1º de outubro de 1942. Estatutos*, art. 2º, 1942. Consultado no arquivo do Ministério da Cidadania.

¹¹⁸ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Portaria nº 1595, de 26 de janeiro de 1946. Reforma dos Estatutos*, arts. 3º e 4º. Consultado no arquivo do Ministério da Cidadania.

a rede parceira da LBA, localizada na ilha de Marambaia, Rio de Janeiro.¹¹⁹ Essa escola era mantida pela Fundação Abrigo Cristo Redentor, dirigida por Rafael Levi Miranda (1895-1969).¹²⁰ Na oportunidade, o próprio diretor guiou o redator do artigo, somente identificado como “o repórter”, desde a saída de barco do continente, no município de Mangaratiba, até a chegada à ilha de Marambaia.

Após a explicação de que a escola aplicava a trilogia “trabalho, religião e estudos” para o fortalecimento “físico, moral e intelectual” dos que estavam lá residindo, para se transformarem em “criaturas totalmente úteis à sociedade”, a narrativa é construída de modo a ressaltar que uma área antes abandonada teria passado a ser “uma colmeia de trabalho”, onde a fome, o crime e a ociosidade teriam sido banidos. A própria organização do espaço seria reforço dessa ideia. A vila abrigava “casas amplas” para os funcionários da Fundação, professoras e irmãs de caridade, bem como a estrutura da Escola de Pesca, integrada por pavilhões, estaleiro, indústria de farinha de peixe e fábrica de gelo. Quando o anfitrião Levi Miranda e “o repórter” do *Boletim da LBA* desembarcaram na ilha, uma guarda os recepcionava, sobre o que o diretor da Escola de Pesca explicou serem “monitores que auxiliam os mestres na parte disciplinar”. Não parecia ser um problema o fato de que o comércio se restringir a uma “cooperativa, que também [fornecia] refeições avulsas”, um armazém e um armarinho, que serviam a uma população de 2 mil pessoas. Além disso, a venda de bebidas alcólicas era proibida. Outra medida de manutenção da ordem estava associada à regra de que “somente as embarcações da Fundação [podiam atracar] no porto” – instruções que seriam religiosamente cumpridas pelos tripulantes.¹²¹ Um último detalhe importante, a Escola, a princípio, deveria receber apenas filhos de pescadores da localidade, mas teria começado a congregar crianças de diversas partes do litoral do país.

¹¹⁹ A ilha de Marambaia se localiza no município de Mangaratiba, e a construção da Escola se iniciou por volta de 1939, como um departamento da então denominada Fundação Obra de Assistência aos Mendigos e Menores Desamparados da Cidade do Rio de Janeiro – Abrigo do Cristo Redentor. Em 1942, passa a integrar a rede de ensino federal, como uma escola técnica de ensino profissional, que atendia entre 100 e 400 alunos. No ano seguinte, o patrimônio da entidade Cristo Redentor é incorporado pelo Governo Federal, que passa a financiar a instituição quase integralmente. O ingresso deveria ser feito por crianças que tivessem entre 12 e 14 anos. CAMINHA, Mônica Cruz. *Abrigo do Cristo Redentor: Estado e assistência social no primeiro Governo Vargas (1936-1945)*. Dissertação. Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Rio de Janeiro, 2012.

¹²⁰ Rafael Levi Miranda (1895-1969): nascido no interior da Bahia, iniciou suas atividades assistenciais em articulação com a Sociedade de São Vicente de Paulo, por ocasião da fundação do Abrigo do Cristo Redentor de Salvador, em 1934. Depois, chamado à Capital, segundo algumas fontes, pelo próprio Getúlio Vargas, articulou entre as elites políticas e religiosas a criação do Abrigo do Cristo Redentor, na Zona Norte do Rio de Janeiro, que tinha como principal objetivo a reabilitação de mendigos e menores através do trabalho. Era composto por diversas iniciativas como o Instituto Profissional Getúlio Vargas, a Escola de Pesca Darcy Vargas, a Escola de Lavradores e Vaqueiros Presidente Vargas, o Aprendizado Agrícola Sacra Família e a Instituto Natalina Janot. Idem.

¹²¹ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA* n° 83, jul. a set. de 1956, p. 48.

Havia a adoção de uma rígida disciplina, em regime de internato, dotada de um direcionamento profissionalizante e abertamente coercitivo em relação a concepções como o valor do trabalho, a importância de ser um bom trabalhador e a ojeriza à ociosidade, elementos centrais do discurso direcionado ao público da LBA. É preciso considerar que tal situação poderia estar em desacordo com o que era permitido pelo art. 403 da Consolidação das Leis do Trabalho, que vedava absolutamente o trabalho de menores de 14 anos e estabelecia as condições específicas para os que tivessem entre 14 e 17 anos:

É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

Parágrafo único. O trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola¹²².

Entretanto, a Constituição Federal de 1946 tornou o trabalho de menores de 14 anos possível, uma vez que estipulou que um “juiz competente” poderia definir os parâmetros para isso:

Art. 157. A legislação do trabalho e a da previdência social obedecerão os seguintes preceitos, além de outros que visem a melhoria da condição dos trabalhadores:

[...]

IX – proibição de trabalho a menores de quatorze anos; em indústrias insalubres, a mulheres e a menores, de dezoito anos; e de trabalho noturno a menores de dezoito anos, respeitadas, em qualquer caso, as condições estabelecidas em lei e as exceções admitidas pelo Juiz competente.¹²³

Uma vez que a Constituição prevalecia sobre norma infraconstitucional, a exemplo da CLT, depreende-se que o treinamento de menores a partir de 14 anos em alto-mar era possível caso houvesse autorização de uma autoridade, como um juiz de menores. Outra boa fonte coeva para a apreciação de alguns aspectos da escola é o documentário *Marambaia*,¹²⁴ produzido oficialmente pelo Instituto Nacional de Cinema Educativo, em 1948. Nele, argumenta-se que a Escola possibilitava o aproveitamento econômico da “valiosa indústria da pesca”, pela substituição do trabalho “atrasado, pobre e empírico”, baseado na aprendizagem familiar, pelo trabalho baseado no ensino profissional técnico. Ou seja, a escola representava um projeto de exploração econômica, baseado em mão-de-obra infantil, que tinha como premissa a ideia de

¹²² BRASIL. *Decreto Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943*. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 22 jul. 2022.

¹²³ BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de set. de 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 22 jul. 2022.

¹²⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=86qwT6jrSSM>.

que o trabalho de subsistência e pequeno comércio então realizado pelos moradores da Marambaia era “primitivo e atrasado”. Outro ponto importante para se notar é o nível de exigência física e técnica das tarefas do dia a dia, bem como se relata que o trabalho executado pelas crianças era remunerado e seu produto comercializado. Também é notório o fato de que numerosas crianças negras participavam das atividades da escola técnica.

Essas percepções se adensam e complexificam quando se retoma a leitura da reportagem do *Boletim da LBA* - por sinal, toda destinada a exaltar a qualidade da escola profissional – e “o repórter” relata uma passagem de sua estadia na ilha:

A longevidade é uma realidade: encontramos uma ex-escrava com mais de 100 anos de vida. Nada sofre. Sua mãe morreu com 146 anos, há pouco. Os garotos da Escola de Pesca Darcy Vargas são fortes, bem dispostos. Numerosos têm compleição atlética. Jogam futebol, basquete, vôlei. Frequentam a praia. Pescam, não como divertimento. Mas como trabalho.¹²⁵

A descrição acima contém algumas lacunas difíceis de serem preenchidas, mas também aponta aspectos sólidos, e uma prova disso é o fato de que, atualmente, inúmeras famílias da ilha encontram-se organizadas em torno da Associação da Comunidade dos Remanescentes de Quilombo da Ilha de Marambaia (ARQIMAR), que conseguiu a certificação como Comunidade Remanescente de Quilombo¹²⁶ em maio de 2005 e, após conturbada e dispendiosa luta contra órgãos do Estado, a titulação da posse da terra em 2015.¹²⁷ A ilha onde a Escola de Pesca funcionou tinha sido um entreposto escravista de um fazendeiro do Vale do Paraíba, cujas atividades foram registradas ao longo de todo o século XIX, mesmo com a proibição do comércio de africanos pela Lei Feijó, de 1831, e sua reafirmação pela Lei Eusébio de Queiroz, de 1850. Era, assim, pela privilegiada e escondida localização, um ponto propício para o contrabando humano desde o Atlântico, expediente característico de funcionamento do Estado monárquico brasileiro. De acordo com Flávio Gomes e Daniela Yabeta, “na Marambaia, ao que se sabe, foi estabelecida uma fazenda com escravos, além de barracões e instalações improvisadas para o comércio ilegal de africanos”.¹²⁸ Além disso:

Segundo a memória dos atuais e antigos moradores da Marambaia, que configuram uma comunidade negra rural, o comendador Breves, antes de morrer (1889), teria feito uma

¹²⁵ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA* n° 83, jul. a set. de 1956, p. 48.

¹²⁶ Conforme dispõe o art. 3^a, do Decreto n° 4.887, de 20/11/2003, em consonância com a Convenção n° 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

¹²⁷ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-11/quilombolas-da-marambaia-celebram-posse-de-terra-no-dia-da>. Acesso em: 13 jul. de 2022.

¹²⁸ GOMES, Flávio; YABETA, Daniela. Memória, Cidadania e Direitos das Comunidades Remanescentes (em torno de um documento da História dos Quilombolas de Marambaia). *Revista Afro-Asia*, n° 47, pp. 79-117, 2013, p. 82.

doação de boca, posto não formalizada em testamento ou cartório, das terras nas margens das praias para as famílias de ex-escravos que permaneceram vivendo na ilha.¹²⁹

Ou seja, o pequeno fragmento de texto do *Boletim da LBA nº 83* testemunha a agência pela permanência da população negra de Marambaia na terra para onde foram levados forçosamente seus antepassados, estabelecendo ali novas formas de vida. Segundo os relatos de memória, isso ocorreu em contexto recorrente do final do escravismo, quando escravistas, na busca por manterem vínculos, continuarem a explorar o trabalho ou simplesmente se colocarem como os responsáveis pelo destino dos que deixariam de ser sua propriedade, em estratégia fracassada, concediam terras ou alforrias. Uma das principais decisões a serem tomadas pela população trabalhadora negra no pós-abolição consistia justamente na decisão sobre a permanência nas cidades e zonas rurais em que residiam ou a migração. Em Marambaia, houve significativa permanência de pessoas que agiram segundo seus interesses, seja por conhecerem a região, por serem conhecidos e nela terem amigos e parentes, seja porque poderiam ter maior controle e autonomia sobre o próprio trabalho na subsistência da agricultura e da pesca, bem como no comércio do excedente.¹³⁰

Décadas depois, a menção repentina à “ex-escrava” e sua mãe no periódico da LBA como prova da longevidade que se atingia na ilha pode trazer algumas reflexões. À primeira vista, o repórter pretendeu simplesmente destacar os benefícios que a Escola de Pesca Darcy Vargas e o cenário tropical insular acarretavam para a saúde das pessoas que lá viviam. Mas, se a escola é de 1940 e a escravidão havia sido declarada extinta 52 anos antes, não há correlação significativa entre a longevidade delas e o funcionamento dessa instituição. A menção parece, assim, gratuita e, como tal, por que teria ocorrido? A escravidão aparece como um marcador da antiguidade e da longevidade que se quer demonstrar e é citada de forma prosaica, como se ser escrava tivesse sido uma ocupação laboral como outra qualquer. E, ainda, é citada em meio a um panorama de exaltação da saúde e das atividades físicas, bem como, por ironia, ao trabalho.

Como mencionado na parte final do capítulo anterior, a ideia de democracia racial erigiu premissas falaciosas para sustentá-la, propagandeadas em diversos meios, e cujos principais fundamentos vinham de obras como *Casa grande e senzala*, de Gilberto Freire. Uma dessas interpretações consiste no mito da escravidão portuguesa de caráter benevolente e humano no Brasil, nos termos da análise crítica de Abdias Nascimento. A prática da concessão de alforrias,

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Lugão. Experiência e narrativa – o pós-abolição como problema histórico. In: _____. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 13-34.

a tradição dos escravos domésticos, a liberdade de organização em irmandades religiosas, o suposto caráter harmônico da miscigenação e a influência da cultura africana no Brasil seriam os elementos citados para corroborar essa tese. Entretanto, é salutar considerar que essas características integram um arranjo de equilíbrio e controle social sobre o sistema escravista particular brasileiro ou simplesmente não coadunavam com a realidade. É o caso, por exemplo, da “miscigenação”, pois como não falar do papel da violência sexual nesse processo e das hierarquias raciais estabelecidas nesse processo? Quanto à concessão de alforrias, livre associação e manifestação cultural, sofriam severas restrições e eram manejadas, diversas vezes, para proveito próprio dos escravistas. Recorrentemente, recorreu-se à concessão de liberdade para que trabalhadores negros integrassem empreitadas militares. Dessa forma, o imaginário da escravidão branda, que transparece no comentário, servia para escamotear e distorcer as características raciais da desigualdade brasileira e mantê-las estabelecidas exatamente da forma como se encontravam.¹³¹

Outro aspecto que a menção à escravidão no trecho mencionado traz à tona diz respeito ao fato de que, na historiografia do trabalho brasileira, se considerou a existência de um abismo entre o período do trabalho compulsório e o período que se seguiu após o 13 de maio de 1888, sintetizado na ideia da “transição” do trabalho escravo para o trabalho livre ou de “substituição” do trabalhador escravo pelo imigrante. Assim, o marco inicial de análise consistia na chegada dos imigrantes para executarem o trabalho livre assalariado nas fazendas de café em substituição à mão de obra negra. Ou seja, embora os trabalhadores escravizados, juntamente com trabalhadores negros libertos e livres, tivessem gerado riquezas que construíram cidades – por eles erigidas –, não eram considerados sujeitos da história do trabalho. Esse modelo que, na realidade, é uma maneira simplista para explicar o que teria ocorrido em São Paulo, fora transposto como teoria interpretativa sobre o tema para todo o Brasil. Como decorrência, generalizou-se, também, uma interpretação elaborada pelos agentes sociais hegemônicos envolvidos no projeto racialista de branqueamento populacional por meio da imigração, de que o trabalhador brasileiro negativamente racializado seria incapaz para o trabalho livre.¹³²

Uma importante influência para essa consolidação consistiu nos estudos sociológicos das décadas de 1940, 1950 e 1960, alguns de tradição marxista. Por mais contraditório que possa parecer, ao mesmo tempo que essas pesquisas golpearam a ideia de democracia racial e atestaram o caráter racista da sociedade brasileira, defenderam um suposto desajustamento dos

¹³¹ NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

¹³² LARA, Sílvia Hunold. *Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil*. Projeto História, São Paulo, 1998. n° 16, p. 25-38.

trabalhadores negros diante da sociedade industrial. A opressão do sistema escravista os teria alienado e os tornado despreparados para o trabalho assalariado, culpando-os, de certa forma, por esse “desajustamento”.¹³³

Para além de ser uma explicação teleológica e generalista, desprovida das ações dos sujeitos envolvidos no processo histórico, trata-se de uma visão que coisifica os próprios escravizados, negligenciando seus papéis enquanto agentes da história. Como verificado pela historiografia brasileira que emergiu a partir dos anos 1980, mulheres e homens escravizados não foram agentes apáticos que estavam à mercê do que se fizessem com eles. Pelo contrário, foram sujeitos que se imiscuíram e procuraram, por diversas formas, determinar os rumos de sua trajetória, por meio dos procedimentos de alforria, das relações de compra e venda, das contestações aos castigos físicos, do direito à organização de famílias e comunidades, com rico manejo e apropriação da cultura legal de sua época.¹³⁴ Ou seja, essas premissas da sociologia desconsideravam um amplo espectro de atitudes entre a anomia e a rebeldia,¹³⁵ ausências que acabaram por consolidar interpretações errôneas a respeito da saída da escravidão e levadas para o período do pós-abolição.

A historiografia, talvez influenciada por essas premissas, seguiu itinerário parecido, pois somente após 1980, como acabo de mencionar, inovou vigorosamente os olhares para o trabalho escravo para iluminar a história do trabalho livre. Até então, também havia idealizado o sujeito da história do trabalho como sendo o trabalhador branco imigrante, no estudo de temas ligados à história política e econômica, como as oligarquias, as classes médias, a industrialização e a instituição do Estado burguês até a década de 1970; depois, com foco no movimento operário da Primeira República, anarquistas e anarco-sindicalistas; para, em seguida, surgirem as pesquisas que se afastaram das grandes explicações e se voltaram para grupos profissionais segmentados e específicos, diversificando os assuntos para as formas de organização, a composição da força de trabalho e o cotidiano operário em aspectos como cultura, educação e habitação. Entretanto, essa trajetória continuou silenciando sobre as questões raciais no mundo do trabalho e a presença dos trabalhadores negros em diversas ocupações no mercado de trabalho urbano e rural.¹³⁶

¹³³ Idem.

¹³⁴ CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL*, v. 14, n° 26, pp. 14-47, 2009.

¹³⁵ GOMES, Ângela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. *Estudos Históricos*, n. 34, jul-dez. de 2004, pp. 157-186, 2004.

¹³⁶ LARA, Sílvia Hunold. *Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil*. 1998. Projeto História, São Paulo, 1998. n° 16, p. 25-38.

Como destacado por Flávio Gomes,¹³⁷ o sociólogo Luiz Aguiar da Costa Pinto, do grupo do Projeto da Unesco sobre Relações Raciais no Brasil, ao pesquisar no Rio de Janeiro, conseguiu se distanciar das “narrativas da ausência” de trabalhadores e trabalhadoras negros ao ressaltar a presença dessa população no proletariado industrial fluminense. Entretanto, também postulava que havia uma contradição entre a sociedade complexa da cidade metropolitana e uma classe trabalhadora marcada pela experiência da escravidão, representante do tradicional que se contrapunha a uma modernidade. De certa forma, a exclusão social da classe trabalhadora negra que, quando muito, conseguia se tornar proletária, seria decorrência do déficit de preparação ocasionado pela escravidão. Ele, representante dos estudos sociológicos mencionados, também simplificava a experiência da escravidão, como se esta fosse um conceito autoexplicativo, unívoco, e não um universo de experiências. Ademais, considerava que todas as trabalhadoras e os trabalhadores negros tivessem em seu passado recente a experiência da escravidão, negligenciado o fato de que a população liberta e nascida livre era significativamente superior à população escravizada quando da Abolição.¹³⁸ Além disso, era como se nada tivesse ocorrido nos 60 anos que separavam sua pesquisa de 1888. A história do pós-abolição era pouco abordada como causa da realidade contra a qual se deparava.

E, ainda, parte da premissa de que o sistema escravista tivesse sido incompatível com as grandes densidades urbanas e com o nascente capitalismo industrial, o que não ocorreu, pois estudos demonstraram a participação de trabalhadores escravizados na manufatura e na indústria. Outros setores fortemente impactados e complexificados pelo crescimento das cidades, como o de serviços, também absorveram significativa mão de obra negra nos transportes, no abastecimento e no comércio. Ainda durante a escravidão, essas transformações eram evidentes na intensificação dos trabalhadores escravizados ao ganho ou escravos de aluguel, que atuavam justamente no comércio de alimentos, no transporte de cargas e na prestação de serviços, como o de lavadeira e outros ofícios, tais como alfaiates, marceneiros e pedreiros.¹³⁹ Como Álvaro Nascimento salientou, sobre a formação da classe trabalhadora brasileira:

Foram os historiadores da escravidão e do pós-abolição que mais investigaram mulheres e homens negros no processo. Encontraram-nos/as nas fábricas enquanto operários/as em meio a imigrantes e nacionais livres brancos/as (Andrews, 1998: 154-172), viram-

¹³⁷ GOMES, Flávio; NEGRO, Antonio Luis. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo Social*, v. 18, n. 1. São Paulo: 2006.

¹³⁸ SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

¹³⁹ GOMES, Flávio; NEGRO, Antonio Luis. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo Social*, v. 18, n. 1. São Paulo: 2006.

nos carregando sacas de café nos portos, fundando sindicatos e realizando greves históricas (Cruz, 2005), abrindo estradas de ferro (Souza, 2010), caçando baleias (Castellucci Junior, 2008), servindo patrões e sinhás nos sobrados das capitais (Graham, 1992; Damasceno, 2011), desenvolvendo ofícios liberais nas áreas de medicina, advocacia, engenharia, jornalismo (Gomes & Domingues, 2013) etc., montando e atuando em companhias de teatro ligeiro (Bongiovanni, 2014), gravando seus lundus e sambas em versão fonográfica (Abreu, 2010), dançando nas noites dedicadas aos Orixás (Reis, 2008). Negros e negras também esbordoaram ou enfiaram a faca naqueles que os preteriram na disputa pelo cargo melhor remunerada ou por vagas de emprego (Ribeiro, 1990; Chalhoub, 1986); utilizaram os tipos que imprimiram as folhas dos Homens de Cor (Santos, 2003; Pereira, 2010; Pinto, 2014), jogaram futebol e infernizaram as elites dos clubes (Pereira, 2000); enfrentaram as formas de disciplinamento de oficiais brancos na Marinha de Guerra (Nascimento, 2016). Percebe-se a riqueza e a diversidade de histórias reveladas através da investigação de trajetórias individuais e coletivas dessas pessoas no processo que extinguiu juridicamente a escravidão.¹⁴⁰

Nesse sentido, na primeira metade do século XX, essa população continuava a exercer o papel de trabalhadores em ofícios diversos, no setor de serviços, nas fábricas e nas indústrias. Pode-se argumentar com maior precisão para uma espécie de continuidade do que de transição no perfil das pessoas que ocupavam esses postos de trabalho frequentemente não formais. Para incluir esses grupos nos estudos sobre as classes trabalhadoras e ressaltar esse aspecto da participação negra no mercado de trabalho, é preciso atuar no sentido do proposto pelo balanço teórico e historiográfico exposto, ampliando o espectro das análises para além da história das ideologias, dos sindicatos, dos partidos, das lideranças e das movimentações organizadas. Na atuação da LBA, a perspectiva dessa continuidade se faz presente, e a própria passagem textual sobre a ilha de Marambaia é ilustrativa: evidenciava que aquele território continuou a ser um local destinado à preparação de mão de obra negra.

Além disso, o mercado de trabalho não foi forjado para absorver toda a mão de obra disponível, pois o excedente de trabalhadores e o desemprego são condições para o achatamento das remunerações. Nesse sentido, o desemprego e os desempregados são um aspecto da história do trabalho que não deve ser negligenciado. E mesmo as dissonâncias, os que decidem não se ocupar, poderiam integrar o escopo desse campo que busca discutir o mundo do trabalho, mas não numa perspectiva que individualiza e moraliza essa conduta, para controlá-la, sob o espectro da vadiagem, sempre direcionado às populações negras, até como forma de reforçar a ideologia do trabalho branco, mas como uma possibilidade interessante de buscar entender os comportamentos de sujeitos em condição de desemprego ou ocupação vulnerável como sinais emitidos no âmbito de um código de valores e comportamentos sociais estabelecidos.

¹⁴⁰ NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil, p. 610. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 29, n. 59, pp. 607-626, 2016.

É fato que o cerceamento das oportunidades educacionais e a estruturação racializada do mercado de trabalho, impulsionados por sistemas legais, concepções culturais, organizações sociais e projetos urbanísticos erigidos sob medida para a manutenção de hierarquias historicamente estabelecidas, dificultaram a mobilidade social dessa população para os postos de trabalho formais, com qualificação, no sistema de “cidadania regulada” propiciado pelo contrato de trabalho mediado pela Consolidação das Leis do Trabalho, após 1943. Apesar disso, em outra perspectiva, homens e mulheres negros também foram advogados, professores, jornalistas, médicos, empresários, entre tantas profissões dos estratos econômicos médios e superiores. A própria presença de um profissional da envergadura de Guerreiro Ramos, que oferece uma aula aos puericultores eugenistas no *Boletim da LBA*, como demonstrado no capítulo precedente, evidencia uma faceta desse outro aspecto da questão.

2.2. TRABALHO DOMÉSTICO NO BOLETIM DA LBA

A mãe preta, saudosamente lembrada nos desvãos domésticos, por ter amamentado com o seio negro o filho do patrão branco, não ficaria a merecer tão somente reverências culinárias pela alimentação láctea, porque iria também aos bancos de aulas e aos salões das conferências públicas, onde adquiriria conhecimentos técnicos, que lhe permitiriam criar, com critério, seus filhos e os da sua patroa. Ambas, a patroa e a empregada, teriam sido colegas, porque frequentaram os mesmos cursos e deveriam confiar-se num entendimento mútuo e se, por uma destas circunstâncias tão comuns no Brasil, a patroa for rica e ignorante, a empregada lhe ensinará os métodos racionais, aprendidos nos cursos populares, de conservar o bem mais precioso da sua fortuna que é o filho.¹⁴¹

A citação que nos serve como epígrafe deste tópico versa sobre o universo das trabalhadoras domésticas, significativo público da LBA, e consiste na conclusão da quinta parte de um conjunto de seis artigos intitulados “Aspectos Sociais dos Cursos Populares de Puericultura”. De autoria do médico Eduardo de Campos,¹⁴² profissional citado no capítulo 1, publicados entre as edições nº 34 e 39, em 1948, do *Boletim da LBA*, esses artigos fazem sentido separadamente, pois, apesar de terem o mesmo título e integrarem uma série, funcionam como conteúdos isolados.

Como o parágrafo evidencia, e em diálogo com o exposto na primeira parte deste capítulo, o trabalho doméstico no Brasil possui uma historicidade vinculada ao período escravista, materializada na referência à “mãe preta”. Essa menção, seguida da frase “a patroa

¹⁴¹ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA* nº 38, nov. e dez. de 1948, p. 8.

¹⁴² Chefe do Seção de Divulgação, do Serviço de Educação e Divulgação, da Comissão Central da LBA.

e a empregada teriam sido colegas, porque frequentaram os mesmos cursos”, sinaliza para uma forma de organização racial do trabalho, nas figuras da trabalhadora doméstica negra e da empregadora branca. Pouco antes, o autor apresentara a razão inicial para essa reflexão:

Estas considerações bailavam no meu espírito ao assistir a um curso popular de puericultura, patrocinado e orientado pela Legião Brasileira de Assistência. Foi numa rua de Copacabana e o salão estava cheio de senhoras, que enchiam e divertiam os olhos da gente pela variedade das cores de seus vestidos e de sua epiderme.¹⁴³

Cabe apreciar o artigo desde o começo, que se inicia inspirado em pensamento de Augusto Comte (1798-1857) sobre a perenidade das grandes personalidades, que poderiam “ser a expressão de uma época e de um povo”. Nessa lógica, Eduardo de Campos passa a evocar a memória de André Rebouças (1838-1898),¹⁴⁴ engenheiro que, durante o Segundo Reinado, realizou relevantes projetos e teria influência sobre a família de Dom Pedro II, razão por que era conhecido como o “Ministro sem pasta”. No entanto,

[...] se as virtudes morais e aprimoramento intelectual de um homem pudessem transparecer como revêrbero de uma luz interior, toda a emanação pessoal, como luminária reveladora, refratava-se diante da muralha escura dos preconceitos, porque escura era a pele de André Rebouças.¹⁴⁵

Nesses termos, o médico Eduardo de Campos anuncia explicitamente a questão de fundo que se propõe a abordar nesse artigo sobre a puericultura: o racismo ou o “preconceito”, em seus termos, que encobria as virtudes de André Rebouças. Dessarte, prossegue:

Negro ou pardo, gente de cor, como se diz, é uma cor triste e melancólica, porque traz consigo os atributos da incerteza e da dúvida, na expectativa de ser ou não ser, do valer ou não valer, na mirada preconceituosa dos valimentos sociais, porque o destino das raças, na idade contemporânea, deu ao negro nas Américas o fadário ainda mais negro da escravidão [...]¹⁴⁶

No Brasil e nos demais países da América, os negros e os pardos têm na epiderme a cor crepuscular ou noturna da indecisão e da desconfiança, por onde são apreciados seus merecimentos pessoais, como se a sua pele fosse janela pouco transparente ou porta opaca, que escondessem os predicados e as virtudes que os preconceitos, com frequente má vontade, somente reconhecem e dignificam, depois de longamente suputados. André

¹⁴³ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA n° 38*, nov. e dez. de 1948, p. 7.

¹⁴⁴ Nascido na Bahia, filho do advogado Antônio Pereira Rebouças (1798-1880) — ambos negros —, viveu no Rio de Janeiro e se tornou um importante abolicionista que exigia não só o fim da escravidão, mas também as medidas necessárias para garantir o acesso à cidadania após a emancipação, como a reforma agrária. In: ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FILHO, Walter Fraga. *Uma história do negro no Brasil*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

¹⁴⁵ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA n° 38*, nov. e dez. de 1948, p. 7.

¹⁴⁶ Idem.

Rebouças foi um desses homens de cor crepuscular e mal julgado aprioristicamente [...] ¹⁴⁷

Nesse argumento, por ser negro, André Rebouças tinha que conviver “na expectativa de ser ou não ser”, pois o julgamento que as pessoas brancas faziam dele, nos locais que frequentava, como profissional reconhecido, seria certamente depreciativo. E esse comportamento “entristecia” a cor de sua pele e a tornava “melancólica”. De fato, Eduardo de Campos se pôs a criticar o comportamento “preconceituoso”, porém, há uma frase reveladora das nuances pelas quais as ideias raciais compunham as ações concretas daquele tempo: “porque o destino das raças, na idade contemporânea, deu ao negro das Américas o fadário ainda mais negro da escravidão [...]”.

Ao analisar raça numa perspectiva de longa duração e frisar que se referia ao modo de organização delas “na idade contemporânea”, fica sugerida uma semântica desse termo que se aproxima mais de uma categoria biológica do que de um designativo social/cultural. Isto é, mesmo numa crítica ao preconceito, subjaz uma premissa de que existem diferentes raças na espécie humana, concepção elaborada no âmbito do racismo científico, que será retomada no artigo. Sendo isso bastante expressivo dos fundamentos ideológicos ali expressos, convém ainda expor como o escravismo foi caracterizado pelo autor, pois a forma como se entendia o passado diz muito sobre como se organizava aquele presente:

[...] (escravidão) que, enganosamente, parecia revelar a incapacidade e fraqueza, porém que indica, sob o ponto de vista histórico, uma forma de transição sociológica e um estágio necessário para os avanços da civilização. A escravatura de um povo ou de uma grei é uma luta em que se empenham e se batem valores humanos do mesmo jaez e em que a vitória final e consequente, que nem sempre, cabe ao dominador, porque muitas vezes, o vencido, por circunstâncias de maior força intelectual ou moral, acaba por impor-se ao vencedor. A história greco-romana nos ensina que a Grécia, embora escravizada pelas legiões de Roma, preponderou sobre o vencedor pela sua cultura artística e intelectual, pelos seus costumes e até pela própria língua. ¹⁴⁸

Nesse sentido, arroga-se ser a escravidão um estágio da civilização, originada de uma luta entre iguais de “mesmo jaez”, em que os escravizados podem prevalecer sobre os que escravizam por meio de sua cultura. A generalização do termo escravidão mascarava o fato de que a escravidão moderna, oriunda da expansão europeia iniciada no século XV, fora gerida como um sistema econômico global, em escala sem precedentes, que tinha como base a racialização dos sujeitos segundo a cor da pele. Derrubada sua institucionalização no século

¹⁴⁷ Idem.

¹⁴⁸ Idem.

XIX, foram elaboradas teorias que continuaram a subalternizar os não brancos e modular Estados-Nações. Novamente, percebe-se como a interpretação de que o preconceito deveria ser considerado individualmente, como manifestação de “má-vontade”, contribuiu para o estreitamento do entendimento do que significava a desigualdade racial e para a sua permanência.

A questão da cultura de matriz africana, subentendida na analogia entre gregos e romanos, costuma ser evocada como manifestação de tolerância e harmonia. Entretanto, expressões culturais, como o candomblé, a capoeira, o samba e o carnaval, foram, por vezes, perseguidas, tidas como uma cultura menor e até criminalizadas em códigos legais. Portanto, na verdade simbolizam atos de contraposição ao racismo. Como observado pela filósofa Lélia Gonzalez, a figura da mãe preta é elucidativa, uma vez que essas mulheres introduziram fonemas de línguas africanas ao português falado pelas famílias brasileiras, modificando de forma definitiva o idioma nacional e evidenciando o protagonismo da experiência de vida afro-brasileira no processo histórico de formação do país, ultrapassando os sistemas e códigos sociais, políticos e culturais que tanto fizeram para combatê-las.¹⁴⁹ E isso vale para as artes citadas, pois as trabalhadoras domésticas negras contribuíram para que muitas destas fossem, com o tempo, consideradas legítimas manifestações culturais “brasileiras”.¹⁵⁰

Feito o interlúdio e voltando ao texto, Eduardo de Campos insere o tema da puericultura, das trabalhadoras domésticas e das patroas nesse debate racial. Ao descrever a cena do curso em Copacabana, sua forma de diferenciar raças novamente se manifesta:

Era um mosaico de cores e de pessoas, cujas diferenciações se notavam à primeira vista. **A branca pura, fim da raça** (destaque meu), delgada e gentil; a crioula, anafada e musculosa; a mestiça; flutuante na escala colorimétrica, com caracteres raciais esquivos. Mas todas portadoras de beleza, desta beleza peculiar à mulher, especialmente à mulher brasileira, que já vem marcando traços definitivos e próprios no estalão das raças humanas.¹⁵¹

Então, a brancura aparece como a forma “pura”, a finalidade, o “fim da raça”, a última etapa da evolução, provavelmente a ser possibilitada pela eugenia, palavra de uso recorrente por Eduardo de Campos no *Boletim da LBA*. Sem dúvida, almejava-se à raça brasileira, aprimorada pelo embranquecimento. Sua argumentação contra o racismo esmorece, e o fato de que trata de forma tão natural a existência de trabalhadoras domésticas negras e patroas brancas

¹⁴⁹ GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, pp. 223-244.

¹⁵⁰ TEIXEIRA, Juliana. Trabalho doméstico. *Coleção Feminismos Plurais*. São Paulo: Jandaira, 2021.

¹⁵¹ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA n° 38*, nov. e dez. de 1948, p. 8.

se ilustra. E, por cima dessa realidade não questionada, aduz a uma solução para a erradicação do preconceito, qual seja, cursos educacionais como os de puericultura:

Sem dúvida, a instituição de conferências e cursos públicos, com caráter popular, em que sejam propagados assuntos científicos e artísticos, inteiramente gratuitos, com feição educativa, de natureza objetiva e imediata, poderá concorrer também para o desaparecimento do preconceito de cor, entre nós. Nas escolas primárias ou superiores, os indivíduos, por mais diversa que seja sua condição social e pigmentar, irmanam-se, em igualdade democrática, porque todos se nivelam e se integram no mesmo dever consciente de aprender, instruir-se e aperfeiçoar-se.¹⁵²

Num instante lúcido de aprofundamento de sua crítica, o autor constata que há uma estratégia para que o conhecimento fique em poder de determinados estratos e estes, por “egoísmo” ou “indiferença”, não o compartilhariam. Assim, os cursos de puericultura ajudariam a combater o insulamento do conhecimento, em que as mulheres teriam um papel estratégico:

No Brasil, são raríssimos os *self-made-man*, no sentido de autodidatismo, de modo que a cultura geral ou técnica é privilégio de grupos, que egoísta ou indiferentemente, não procuram difundir-la ou divulgá-la. Em se cogitando orientar educacionalmente a mulher brasileira, façamos dela um instrumento de cultura e de progresso, por onde a família e os homens que gozam de sua influência e intimidade, possam compreender o valor e os benefícios da educação, da instrução e da melhoria intelectual.

Nessa perspectiva, o autor conclui com sua distopia sobre a “mãe preta”, ao imaginar que, caso existissem “cursos de puericultura”, esta compartilharia aprendizados com patroas brancas e que o convívio entre as duas dirimiria as ocorrências do “preconceito”. Suas ideias acerca da elite econômica, que considera “rica e ignorante”, tinham sido apresentadas em seu desenvolvimento e merecem um novo parêntese:

Países de imigração, onde e quando os aventureiros fazem fortuna, a sociedade ressentese, frequentemente, da falta de seleção adequada e escrupulosa para constituição do escol social. Daí decorre como apanágio de classe e projeção declinatória em todos os casos, do preconceito de cor, com os vocativos da lembrança escrava e os ablativos dos méritos pessoais, para os indivíduos de cor.¹⁵³

Em outras palavras, a formação de uma elite a partir da imigração seria a causa do “preconceito”, e não o fato de que a imigração é um aspecto do processo que constituiu as diferenciações raciais que estava a criticar. Além disso, a mesma pessoa que abertamente

¹⁵² Idem.

¹⁵³ Idem.

advoga por um embranquecimento expressa certa xenofobia pelos imigrantes brancos que vieram justamente incentivados pelo projeto de embranquecimento. Por fim, reitera o preconceito como manifestação individual, uma “ignorância” isolada de sujeitos cujas famílias nem estavam aqui quando a escravidão vigorou por 300 anos. Trata-se de um caldo intricado de significados nas palavras de um importante integrante da LBA.

Porém, há um aspecto que informa como se construía o discurso sobre o racismo e como este ajudava a mantê-lo e reproduzi-lo: a existência das classes econômicas sociais é tida como um fato social dado. Ser “selecionado” para pertencer ao “escol” garante “apanágios” ou privilégios de classe, inclusive para a propagação de “preconceitos” e hierarquias raciais. Ao naturalizar a desigualdade econômica, naturaliza-se, por tabela, o racismo, pois se crê que os brancos foram vitoriosos numa disputa de mérito, bem como o torna uma patologia, uma deturpação pessoal de caráter, e não um modo de organização social, político e cultural que se reflete na economia e na formação das classes.

Ao fazer referência, em 1948, ao tempo da “mãe preta”, o autor pode ter aludido tanto ao passado escravista como ao período posterior, pois a figura da ama de leite “do seio negro” persistiu por um período. Para além dessa constatação, a leitura de Lélia Gonzales sobre os arquétipos de identidades femininas negras construídas a partir do escravismo ajuda a entender a história do trabalho doméstico: são eles o da mulata, a quem se relaciona o atributo da sensualidade; o da doméstica propriamente dita, projetada pelo papel da mucama;¹⁵⁴ e o da mãe preta, vista como assexuada, desprovida de beleza, solitária e, principalmente, a trabalhadora ideal que, por diversas vezes, era a ama de leite.¹⁵⁵ Segundo Juliana Teixeira, professora e pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab), da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), essas idealizações permaneceram, de modo que as trabalhadoras domésticas continuaram a ser vistas e a experienciarem a articulação desses tipos sobre elas.¹⁵⁶ Ademais, isso explica o fato de mulheres negras brasileiras de classe média e alta sejam tomadas como trabalhadoras domésticas, em qualquer contexto geográfico ou temporal,¹⁵⁷ pois seus fenótipos projetam o pensamento racista para essas figuras.

¹⁵⁴ Nome proveniente da língua quimbunda, que significa “amásia escrava”. No Brasil, era a escrava escolhida para os serviços domésticos, que poderia ser também a ama de leite dos filhos da família de senhores e senhoras de escravo. Gonzales se refere à doméstica como a mucama permitida, pois havia a figura da mucama que engendrava disputas sexuais entre senhores brancos e escravizados negros, entre senhoras brancas e mucamas, provocadora de conflitos na família e violências extremas contra os escravizados. In: GONZÁLES, Lélia.

¹⁵⁵ GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, pp. 223-244.

¹⁵⁶ TEIXEIRA, Juliana. *Trabalho doméstico*. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Jandaira, 2021.

¹⁵⁷ GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, pp. 223-244.

Não por acaso, o artigo recorre à mãe preta para explicitar sua proposta de utilizar os cursos de puericultura para dirimir o racismo e educar as mulheres brancas a partir da presença das mulheres negras. Nessa alegoria, estabelece-se umnexo que une as trabalhadoras domésticas entre três épocas distintas: a do escravismo, em que emerge a figura da mãe preta, e a de um passado recente, em que esta permanece; e a do presente em que escreve, na observação das patroas brancas e trabalhadoras domésticas negras em um curso de puericultura. E esse nexoo, por evidente, é a cor.

Nesse sentido, o fim da escravidão não extinguiu a prática da servidão com matiz racializado. Por oportuno, outra evidência simbólica desse fato é a divisão simbólica das casas abastadas, onde continuaram a existir as dependências destinadas a quem executa o trabalho doméstico, em geral, um cômodo anexo à cozinha, diminuto e sem ventilação.¹⁵⁸ Diante disso, inevitável citação de Lélia Gonzales vem à tona:

Cabe de novo perguntar: como é que a gente chegou a este estado de coisas, com abolição e tudo em cima?¹⁵⁹

Pelo visto, e respondendo à pergunta que a gente fez mais atrás, parece que a gente não chegou a esse estado de coisas. O que parece é que a gente nunca saiu dele.¹⁶⁰

Pelos últimos dados disponíveis, ainda hoje, após a transição demográfica, a mudança do estatuto legal do trabalho doméstico e a consequente diversificação das trabalhadoras, 64% delas se autodeclararam negras.¹⁶¹ Outros aspectos que se relacionam ao caráter racializado da profissão podem ser apreciados nos demais artigos e autores do *Boletim da LBA*, como as diferenciações culturais entre patroas e trabalhadoras domésticas.

No trecho a seguir, que aparece em uma nota informativa, sem autoria explicitada, intitulada “Missão da Mulher”, escrita por ocasião da “Primeira Semana de Estudos sobre a Família”, na cidade de São Paulo, em 1951, colocava-se a patroa branca acima das trabalhadoras domésticas e as tratava com ironia depreciativa. Desse modo, consegue situar o artigo anterior de Eduardo de Campos em um espectro mais progressista, ao fazer uma recomendação “à cooperação da família brasileira” para:

¹⁵⁸ TEIXEIRA, Juliana. Trabalho doméstico. *Coleção feminismos plurais*. São Paulo: Jandaira, 2021.

¹⁵⁹ GOZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira, p. 231. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, pp. 223-244.

¹⁶⁰ Idem, p. 233.

¹⁶¹ TEIXEIRA, Juliana. Trabalho doméstico, p. 20. *Coleção Feminismos Plurais*. São Paulo: Jandaira, 2021.

[...] 3) que rogue às famílias confederadas queiram facilitar a progressiva integração das empregadas domésticas na unidade familiar proporcionando-lhes a elevação de seu nível cultural e espiritual.¹⁶²

A presunção dessa disparidade cultural revela os estigmas que recaíam sobre as trabalhadoras no exercício de sua profissão e a suscetibilidade em que se encontravam às violências simbólicas cotidianas, o que a referência à elevação “espiritual”, uma ingerência no plano íntimo de seu modo de ver o mundo expõe. Anos depois, em artigo intitulado “Relações Humanas na Família”, assinado por Rute Cardoso Fontes, uma provável assistente social, também há um tom de prece por um tratamento “humano”, ao mesmo tempo em que se atesta e justifica as ditas diferenças culturais. A permanência do assunto e da intenção estabelecida nos textos distanciados no tempo indica o sólido panorama dessa situação.

A convivência em comum impõe tratarmos o próximo de conformidade com o temperamento de cada um, com o meio social em que tais pessoas vivem. É o caso por exemplo de nossos empregados domésticos, estes é bem de ver, merecem de parte do patrão; um tratamento humano. Tivemos a felicidade de uma assistência constante da parte de nossos genitores, de quem recebemos educação e carinho, o que nem sempre acontece a essas pessoas de nível mais humilde e menos afortunado [...].

Para lidarmos com pessoas de mentalidade diferente da nossa, é necessário que sejamos indulgentes, considerando o seu nível intelectual inferior ao nosso, que estudamos, frequentamos ambientes mais elevados, tendo outro descortino de tudo que nos cerca; somos, portanto, seres socialmente ajustados, o que não ocorre aos indivíduos acima mencionados.¹⁶³

Os estereótipos acionados pela pobreza e pela aparência foram se intensificando, e os mais comuns eram aqueles que relacionavam as pessoas encarregadas por esse trabalho à disseminação de doenças e a maus hábitos.¹⁶⁴ No segmento abaixo, o texto “Objetivo e prática da colocação familiar”, escrito pelo dr. J. Freire de Vasconcelos, menciona-se a prestadora de serviços domésticos da trabalhadora doméstica, a cuidadora de seus filhos. Ao fazer referência à “ignorância” e ao “ambiente” em que vive essa cuidadora, a preocupação concentra-se, também, no que isso poderia representar para a “contaminação” da casa do patrão.

Assim como as aparadeiras, as criadeiras existem em toda a parte. Vivem à custa das mães pobres que precisam trabalhar durante o dia e que não têm com quem deixar os filhos. Cuidam destas crianças mediante pagamento. Sua ignorância e o ambiente anti-higiênico onde mora, em geral barracões ou casas de cômodos, são os mais inadequados às crianças.

[...]

¹⁶² LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA nº 68*, jul. de 1951, p. 15.

¹⁶³ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA nº 90*, jan. a mar. de 1958, p. 26.

¹⁶⁴ TEIXEIRA, Juliana. Trabalho doméstico. *Coleção Feminismos Plurais*. São Paulo: Jandaira, 2021.

Da mesma forma que o combate às curiosas tem sido ineficiente, procurando-se, ao contrário, aproximá-las dos médicos, para com eles cooperarem, as criadeiras não devem ser perseguidas, e sim atraídas para os serviços de puericultura, para que adquiram algumas noções de higiene, alimentação, etc.¹⁶⁵

As curiosas a que se faz referência são as parteiras, símbolo do manejo tradicional da maternidade que os serviços da LBA procuravam combater. As ressalvas nunca eram contra a pobreza em si, mas com as ameaças físicas e morais que a proximidade com a pobreza acarretava. A instituição de cursos foi uma das respostas encontradas para fazer frente ao “perigo e à ameaça” que representavam essas trabalhadoras como forma de disseminar padrões de um modelo familiar burguês, higienista e racialmente hierarquizado. Para isso, exerciam esse papel tanto os cursos destinados às trabalhadoras e patroas – mas, sobretudo, às trabalhadoras – a exemplo do curso de puericultura, como àqueles em que as mulheres de classe média e alta eram ensinadas sobre como cuidar dos filhos e controlar suas “criadas”.¹⁶⁶

A LBA habitualmente dedicou parte de sua atenção ao financiamento e à subvenção de creches, equipamento que está vinculado, desde sua criação, ao trabalho feminino. Destinavam-se, principalmente, às famílias pobres e, em especial, às famílias de trabalhadoras domésticas, pois as mulheres economicamente favorecidas ou não trabalhavam e/ou utilizavam justamente os serviços de uma trabalhadora doméstica para isso. Apesar de o *Boletim da LBA* conter frequentemente relatos de atividades em creches, a oferta desse serviço era absolutamente insuficiente. Em 1952, menciona-se que “a própria LBA, [contava], entre suas benemerências, 37 instituições desse gênero”.¹⁶⁷ Mas, ainda assim, importante pontuar que, em raras ocasiões, as trabalhadoras domésticas tinham esse recurso:

A Casa da criança nº 1, à Rua Salvador, 56, é uma das obras próprias da Legião Brasileira de Assistência. Ali, passam o dia 75 menores, filhos de mães domésticas.¹⁶⁸

Realizou-se em 12 de novembro, na creche “Antonieta Magalhães” (Santo Amaro, Recife), mantida pela Legião Brasileira de Assistência, a festa que mensalmente é promovida pelo clube das mães, ali existente. Tem essas reuniões como principal finalidade, um contato entre o Serviço Social da instituição e as mães pobres, cujos filhos ficam sob a guarda da creche enquanto elas (domésticas, lavadeiras, operárias) trabalham fora do lar.¹⁶⁹

¹⁶⁵ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA nº 80*, out. a dez. de 1955, p. 29.

¹⁶⁶ TEIXEIRA, Juliana. *Trabalho Doméstico. Coleção Feminismos Plurais*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

¹⁶⁷ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA nº 76*, mar. de 1952, p. 12.

¹⁶⁸ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA nº 46*, ago. de 1949, p. 14.

¹⁶⁹ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA nº 101*, nov. de 1959, p. 31.

À creche "Antonieta Magalhães", uma das obras próprias da LBA em Pernambuco, as empregadas domésticas confiam seus filhos de zero a um ano de idade e se dirigem tranquilamente a casa de seus patrões.¹⁷⁰

Como evidenciado, a história do trabalho doméstico é atravessada por condições da existência mediadas pelo gênero, pela classe e pela raça: o gênero feminino é tido como o do cuidado, vocacionado para o trabalho doméstico; as negras são vistas, *a priori*, como trabalhadoras domésticas; e a pobreza e a necessidade empurram as pessoas para soluções nem sempre saudáveis de subsistência. Tal contexto consolidou a prática de se transferir crianças às casas das famílias de classe média e alta para que executassem trabalhos domésticos em troca de alimentação e moradia. Ademais, com frequência, esse expediente se camufla sob a figura de uma adoção, ao propagandear que essa pessoa seria tratada “como se fosse da família” quando, na verdade, era uma trabalhadora em situação próxima da mucama colonial, às vezes, permanecendo a infância, adolescência e vida adulta nessa condição.¹⁷¹

Apenas nas últimas décadas, o número de trabalhadoras domésticas residindo na casa dos patrões, mesmo que de forma remunerada, diminuiu sensivelmente. No trecho a seguir, escrito pela assistente social Walda Paixão Lopes da Costa, funcionária e colaboradora assídua do *Boletim da LBA*, denominado “Centro de Colocação Familiar – Manutenção de menores no próprio lar”, a percepção de que moradia e comida são contrapartidas supostamente valiosas fica evidente:

De modo geral, as pessoas que recorrem ao Centro de Colocação Familiar não têm recurso suficiente para manter o menor, ou não têm sequer um lar para abrigá-lo: são mães solteiras, viúvas, ou que ficaram de uma hora para outra com o lar desfeito, com a deserção do chefe. Para esse tipo de cliente, o lar substituto é o mais indicado. A mãe em geral doméstica encontra abrigo e sustento no local de trabalho, ficando o ordenado livre para ajudar e manter o filho (vestir, calçar, etc.). Com o auxílio e orientação do DDF, no fim de certo tempo consegue reorganizar sua vida. São numerosos os casos de reajustamento verificados no CCF.¹⁷²

O tema do trabalho feminino constitui um aspecto que joga luz à dinâmica desigual do trabalho doméstico. Enquanto para as mulheres das classes média e alta a inserção no mercado de trabalho foi uma reivindicação, pois, conforme Juliana Teixeira, buscavam extrapolar o ambiente domiciliar a que estavam confinadas; as mulheres pobres, majoritariamente negras, eram força de trabalho desde o advento de um sistema produtivo no Brasil. Uma das razões que mantiveram as mulheres dos estratos ricos em casa foi o fato de que não lhes eram oferecidos

¹⁷⁰ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA n° 102*, dez. de 1959, p. 11.

¹⁷¹ TEIXEIRA, Juliana. Trabalho doméstico. *Coleção Feminismos Plurais*. São Paulo: Jandaira, 2021.

¹⁷² LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA n° 109*, jan. a mar. de 1963, p. 24.

empregos qualificados,¹⁷³ como evidenciado abaixo, nas palavras de Newton Potsch, médico assíduo colaborador do periódico:

[...] a transformação da economia agrária brasileira em economia do tipo industrial, cuja aceleração nos últimos tempos é um fato inconcusso, traz em seu bojo uma série de consequências sociais, entre as quais distinguimos a generalização do trabalho feminino extra-domiciliar. Este, até há bem poucos anos, era restrito à classe operária e, ainda assim, limitava-se a um número de atividades, sobressaindo os trabalhos nas indústrias de fiação e tecelagem, nas atividades de acondicionamento nas fábricas, ao comércio ou no magistério primário.¹⁷⁴

Essa perspectiva aparece também nesta fala em primeira pessoa, resposta à carta enviada à redação, de uma articulista identificada como Rute de Booz, também em 1956:

Hoje em dia, minha amiga, com a vida que nos colocou em plano de igualdade, no mesmo campo de serviço e de estudo, com os do sexo masculino, não há desdouro no fato de uma moça procurar elevar-se e se manter.¹⁷⁵

Essa divisão racial do trabalho naturalizada engendrou o fato de que as famílias da elite econômica branca se escoraram em trabalhadoras precarizadas negras e as exploraram a fim de disporem de tempo para experienciar dimensões da vida, como a cultura, o lazer, o estudo, e se prepararem para, cada vez mais, se estabelecerem na posição em que estavam. Mulheres brancas foram trabalhar apenas quando empregos reservados aos homens brancos de classe média e alta lhes foram oportunizados.¹⁷⁶

Embora a condição de trabalhadora doméstica tenha sido impelida a ser transmitida intergeracionalmente – o que apenas se alterou nas últimas décadas, com medidas como a democratização do acesso à educação e políticas de transferência de renda – não faltou mobilização dessa categoria na busca por direitos. Em 8 de julho de 1936, sob a liderança de Laudelina de Campos Melo (1904-1991), criou-se a Associação de Empregados Domésticos de Santos, ao que se seguiu outras entidades locais. Estas organizaram diversos Congressos Nacionais das Trabalhadoras Domésticas que, em 1997, originaram a Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos (Fenatrad), principal representação sindical da categoria, na atualidade.¹⁷⁷

¹⁷³ TEIXEIRA, Juliana. Trabalho doméstico. *Coleção Feminismos Plurais*. São Paulo: Jandaira, 2021.

¹⁷⁴ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA n° 82*, abr. a jul. de 1956, p. 18.

¹⁷⁵ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA n° 81*, jan. a mar. de 1956, p. 51.

¹⁷⁶ TEIXEIRA, Juliana. Trabalho doméstico. *Coleção Feminismos Plurais*. São Paulo: Jandaira, 2021.

¹⁷⁷ BERNARDINO-COSTA, Joaze. *Sindicatos das Trabalhadoras Domésticas no Brasil: Teorias da descolonização e saberes subalternos*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

Pela vinculação com a subalternidade, as conquistas trabalhistas não vieram nos primeiros dispositivos do Direito do Trabalho, na década de 1930, e na Consolidação das Leis do Trabalho, de 1943. Apenas a Lei nº 5.859/1972 veio tipificar o trabalho doméstico e lhe conferir os primeiros direitos: assinatura do contrato de trabalho, acesso à Previdência Social e férias de 20 dias. Por sua vez, a Constituição Federal de 1988 ampliou o rol de conquistas, mas, ainda assim, tratou as trabalhadoras como profissionais de segunda categoria, pois somente atribuiu nove das 34 garantias conferidas aos demais trabalhadores.¹⁷⁸ Em 2006, ampliou-se novamente sem estabelecer igualdade, com a obtenção do descanso remunerado nos feriados, férias de 30 dias corridos, garantia de emprego à gestante e garantia do não desconto de despesas com alimentação e moradia. Finalmente, a Emenda Constitucional nº 72, de 2 de abril de 2013, conhecida como “PEC das Domésticas”, relatada e negociada pela – mulher e negra – deputada Benedita da Silva, regulamentada pela Lei Complementar nº 150/2015, estabeleceu a isonomia entre as trabalhadoras domésticas e os demais trabalhadores urbanos e rurais do art. 7º da Constituição de 1988.¹⁷⁹ Além de lutar contra retrocessos e combater a informalidade com que muitas continuam a executar o seu trabalho, em desobediência à legislação, um desafio atual é garantir que as diaristas possam também ter acesso aos direitos trabalhistas e deixem de trabalhar em caráter informal, pois o vínculo empregatício e a extensão desses direitos apenas são considerados quando o trabalho é feito mais de duas vezes por semana.

2.3. ASSISTÊNCIA SOCIAL NA DIVISÃO DO TRABALHO E A IMAGEM DO CIDADÃO ÚTIL

Não me surpreendem os belos e lisongeiros conceitos externados pelo Dr. Euvaldo Lodi, nome aureolado das classes conservadoras.

[...]

A Legião está a serviço do Brasil hoje, como esteve ontem. Vamos entrar num período de intensa atividade, criando postos de assistência sanitária, escolas-hospitais e granjas agrícolas, aqui e em todo o Brasil, na proporção dos recursos que dispusermos. À medida que esses assuntos forem solucionados, ampliaremos nosso programa de modo a abranger o incentivo à maternidade e à proteção das proles numerosas. **O Brasil precisa de famílias numerosas** (grifo meu). Os povos de filhos únicos, afirmou um grande pensador, são povos medíocres.¹⁸⁰

¹⁷⁸ Salário mínimo, 13º salário, repouso semanal remunerado, férias, licença-maternidade, licença-paternidade, aviso prévio, aposentadoria e integração à Previdência Social. In: TEIXEIRA, Juliana.

¹⁷⁹ Por meio das quais foram consolidados direitos como jornada de trabalho regulamentada, horas extras, aposentadoria por tempo de contribuição, idade ou invalidez, pensão por morte, auxílio em acidentes de trabalho, salário-maternidade, auxílio-doença, Fundo de Garantia do Tempo de Serviços, seguro-desemprego, adicional noturno, adicional de viagens e salário-família. In: Idem.

¹⁸⁰ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA nº 19*, mai. de 1946, p. 5.

“O Brasil precisa de famílias numerosas” parece uma frase que contradiz o que foi abordado no Capítulo 1, sobre o fato de que as “proles numerosas” de famílias empobrecidas, de maneira geral, eram vistas como um problema social – porque racial – nas opiniões e práticas que transparecem no *Boletim da LBA*. Entretanto, é preciso considerar outro aspecto do tema da reprodução do público da LBA que essa passagem valiosamente sugere: na ótica dos proprietários dos meios de produção, para utilizar uma terminologia marxista – dos industriais, financistas, empresários e latifundiários – era preciso assegurar a multiplicação da força de trabalho, pois somente uma oferta abundante de mão de obra poderia manter salários baixos e garantir a existência de um exército industrial de reserva.¹⁸¹ E esse aspecto permeia a trajetória da instituição na preocupação com a puericultura, na construção de uma ideia de hipervalorização do trabalho e na formação da mão de obra para as profissões de baixa remuneração. E todos esses aspectos aparecem de maneira racialmente marcada.

Tratava-se, na ocasião, do discurso proferido por Pedro Luiz Correa e Castro (1881-1953), no dia de sua posse como presidente da LBA, em 3 de maio de 1946, quando chegava à instituição como reconhecido operador financeiro, após presidir o Banco do Brasil. Ficou apenas dois meses no cargo: a cerimônia em que assume o posto é motivo de longa reportagem na Edição nº 19; a sucinta carta de renúncia, sem justificativa, de 19 julho de 1946, aparece na edição seguinte;¹⁸² e, por sua vez, na subsequente, sua indicação para ser ministro da Fazenda do Governo de Eurico Gaspar Dutra (1883-1974) é objeto de nota,¹⁸³ o que sugere o motivo pelo qual saíra.¹⁸⁴ Suas palavras eram indicativas do papel exercido pela assistência social numa perspectiva da divisão social do mundo do trabalho:

Não basta, com efeito, criar siderurgias e outras indústrias básicas, construir fábricas, adquirir máquinas industriais e agrícolas, importar animais de raça, abrir estradas, etc., se não tivermos para movimentar todas essas realizações um povo alfabetizado, bem nutrido, forte enfim, física e moralmente. **O homem é, na verdade, o fator econômico de valor máximo** (grifo meu), tendo por isso, a maior significação do problema de nossa emancipação econômica.

Assim não é apenas por dever de humanidade, e ainda em defesa da nacionalidade que nos cumpre cercá-la de elementos da vida desde o berço até a maioridade, educando-o, cultivando-o com carinho de modo a conseguirmos uma raça bela forte e sadia.¹⁸⁵

¹⁸¹ IAMAMOTO, Marilda Villela. *Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

¹⁸² LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA nº 20*, ago. de 1946, p. 5.

¹⁸³ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA nº 21*, out. de 1946, p. 15.

¹⁸⁴ Seu sucessor seria Otávio da Rocha Miranda.

¹⁸⁵ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA nº 19*, mai. de 1946, p. 4.

Correa e Castro fazia a menção ao papel que a LBA tinha em tornar disponível uma força de trabalho apta a ser explorada economicamente. E, nesse intuito, vale ressaltar, não faltava o componente eugênico comumente evocado pelas figuras de destaque na instituição. A ideia do cuidado com a reprodução como um componente para multiplicação da oferta de trabalhadores é perceptível explicitamente em outros momentos. No trecho abaixo, de artigo sem autoria, chamado “Limitação de nascimentos”, versa-se sobre a diminuição da taxa de natalidade em países da Europa, nos Estados Unidos e no Brasil – embora não apresente os dados dessa afirmação – e, principalmente, combate-se o uso de anticoncepcionais. Ao fazê-lo, é apresentada uma crítica tardia ao projeto imigratório de formação de mão de obra no Brasil que revela como este era um tema central, bem como as implicações e tensões raciais que devem ser consideradas inerentes à discussão do trabalho no país:

De outro lado, porém, surge um acontecimento inaudito: o governo federal e os estaduais consideram questão fechada, para o progresso do país, a imigração em massa. Chamamos chineses e japoneses, letões, finlandeses, turcos e sírios, húngaros e italianos, gente de todas as raças, de todos os credos, de todas as línguas, que venham amanhar nossos campos, dar incremento às nossas indústrias. Precisamos urgentemente de braços, desses braços que vamos procurar no estrangeiro, mas que nós mesmos, por nós mesmos, recusamos oferecer à nação.¹⁸⁶

Essa concepção também desponta atrelada ao assunto da mortalidade infantil, sendo que uma das principais razões pela qual essa questão ficava em destaque era justamente porque o combate a ela poderia significar o incremento da força de trabalho. Nesta ocasião, em texto informativo sobre discussão legislativa na Câmara dos Deputados no final de 1955, denominado “A mortalidade infantil ceifa 300 mil vidas”, outra vez há uma crítica ao projeto imigratório, articulando argumentos similares aos do enxerto anterior, proferido anos antes:

Quarenta e um mil e cinquenta e um imigrantes vieram para o nosso país sob o patrocínio do CIME, desde a sua instalação. Deste total, 4444 são operários, 7302 lavradores e 29305 são dependentes de imigrantes já radicados no Brasil, declarou na Comissão de Economia da Câmara o deputado Newton Carneiro, ao relatar a mensagem que submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constitutivo do Comitê Intergovernamental para as Migrações.

Discutindo a matéria, o deputado Drault Ernany chamou a atenção da Comissão para os altos índices de mortalidade infantil registrados no Brasil. Se de um lado trazemos, anualmente, 14 mil europeus, por outro perdemos quase 300 mil crianças, pelo que, embora não fosse contra a assinatura do convênio em discussão, entendia que seria mais lógico dedicássemos todos os esforços e recursos na diminuição das causas da mortalidade infantil, que situou mais na ignorância dos métodos de higiene do que na subnutrição.¹⁸⁷

¹⁸⁶ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA n° 72*, nov. de 1951, p. 11.

¹⁸⁷ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA n° 80*, out. a dez. de 1955, p. 50.

Portanto, o advento de uma instituição de assistência social do porte da LBA relaciona-se, com intensidade, ao intuito de que as elites econômicas referidas tinham de absorver e controlar trabalhadores pauperizados num contexto de crescimento urbano e mudanças demográficas. De acordo com a pesquisadora do Serviço Social brasileiro Maria Villela Iamamoto:

O Estado passa a intervir não só na regulamentação do mercado de trabalho, através da política salarial e sindical, mas também no estabelecimento e controle de uma política assistencial, intimamente vinculada às organizações representativas das “classes produtoras”. Surgem nesse processo: o Conselho Nacional de Serviço Social, a LBA, o Senai e o Sesc.¹⁸⁸

Significativamente, o presidente interino que ocupava o posto desde a saída de Darcy Vargas, ao final de 1945, e que passava o cargo a Correa e Castro na cena inicial deste tópico, era o engenheiro Euvaldo Lodi (1896-1956). Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) entre 1938 e 1954, político do PSD e empresário da siderurgia, Lodi era considerado um fundador da LBA, juntamente com Darcy Vargas e João Daudt de Oliveira (1886-1965), representante da Associação Comercial do Rio de Janeiro e, posteriormente, da Confederação Nacional do Comércio:¹⁸⁹ o artigo inicial, do primeiro Estatuto, de 1942, afirmava que a LBA era “criada sob a inspiração da Exma. Sra. D. Darcy Sarmanho Vargas e por iniciativa das Associações Comerciais do Brasil e a Confederação Nacional de Indústria”.¹⁹⁰

Nesse sentido, o protagonismo da iniciativa era atribuído às associações de classe, o que demonstra a estreita sintonia da organização com os interesses patronais, o que, outrossim, se exprimia pelo fato de que, estatutariamente, os presidentes da Confederação Nacional do Comércio e da Confederação Nacional das Indústrias eram vice-presidentes da LBA. Nessa qualidade, participavam tanto da Comissão Central como do Conselho Deliberativo, órgão colegiado em que as duas confederações detinham, além dos vice-presidentes, quatro representantes dotados de capacidade para votar e decidir.¹⁹¹

¹⁸⁸ IAMAMOTO, Marilda Villela. *Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos*, p. 108. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

¹⁸⁹ Tanto Euvaldo Lodi como João Daudt de Oliveira seriam alçados à condição de membros vitalícios do Conselho Deliberativo da instituição.

¹⁹⁰ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Portaria nº 6013*, de 1º de outubro de 1942, que aprova os Estatutos da Legião Brasileira de Assistência, art.º 1.

¹⁹¹ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Portaria nº 25*, de 3 de outubro 1946, que aprova o Regimento da Legião Brasileira de Assistência, art. 8, caput; art. 9, b); e art. 10, b).

Retomando-se a descrição da cerimônia, o então presidente da LBA e da CNI, Euvaldo Lodi, também discursara e fizera a vinculação da ação assistencial aos interesses da elite econômica, ao afirmar, sobre a LBA, que “foram as classes produtoras o seu berço e sua sustentação”.¹⁹² Na perspectiva dessas “classes”, a LBA concorria para socializar os custos de reprodução da força de trabalho, pois seu financiamento era realizado com recursos do incipiente aparato previdenciário dos trabalhadores brasileiros e do orçamento da União. Assim, foram estabelecidas cotas mensais obrigatórias a serem descontadas de 0,5% dos salários dos segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões; 0,5% a ser pago pelos empregadores sujeitos aos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões sobre o montante dos salários pagos a seus empregados; e por um aporte da União de igual valor à contribuição dos segurados, proveniente do orçamento federal arrecadado da população.¹⁹³ Em novembro de 1945¹⁹⁴, aboliu-se o desconto sobre os salários dos trabalhadores; manteve-se a cota mensal de 0,5% a ser paga pelos empregadores; e a mensalidade da União passou a ter o valor da contribuição dos empregadores. Além disso, a LBA sempre poderia contar com eventuais doações e recursos adicionais eventualmente providos pela União, pelos estados e pelos municípios.

Por conseguinte, a ação assistencial ajudava a manter o rebaixamento dos salários, pois a tímida ampliação da rede de segurança social amenizava a pressão pela obtenção de melhorias diretamente com a classe patronal. A LBA se apropriava das lutas legítimas por melhores condições de salário, saúde, lazer e educação na distribuição de benefícios, envolvidos pelo discurso da benemerência e da bondade cristãs das elites econômicas, numa perspectiva paternalista.¹⁹⁵ E, além disso, acrescentava a essa prática a noção de ajustamento psicossocial dos trabalhadores – de forma acentuadamente racializada, como visto anteriormente –, buscando induzir a interiorização dos valores por ela propalados e moldar trabalhadores à feição para sua absorção pelo mercado de trabalho, a baixos salários. Tanto esses, em virtude do arrocho na remuneração, como os que não conseguiam se inserir no mercado de trabalho e experienciavam o pauperismo absoluto do desemprego necessitavam dos serviços da LBA, que

¹⁹² LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA n° 19*, mai. de 1946, p. 4.

¹⁹³ BRASIL. *Decreto-Lei n° 4830, de 15 de outubro de 1945*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De18252.htm. Acesso em: 3 jan. 2022.

¹⁹⁴ BRASIL. *Decreto-Lei n° 8252, de 29 de novembro de 1945*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De18252.htm. Acesso em: 3 jan. 2022.

¹⁹⁵ IAMAMOTO, Marilda Villela. *Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

era uma das únicas vias de apoio do Estado para a obtenção de direitos.¹⁹⁶ Esse pano de fundo está expresso na continuidade do discurso de Euvaldo Lodi:

Não pode a Legião descuidar-se de dois importantes problemas ligados à assistência à infância: o primeiro deles é o ensino pré-vocacional, a fim de absorver o tempo das crianças no período entre o curso primário e o aprendizado de qualquer ofício profissional. São em geral, de dois anos de intervalo, espaço durante o qual a criança perde tudo o que conseguiu aprender na escola primária, além de, por falta de defesa social, atirar-se na perdição, no vício e na deformação do caráter.¹⁹⁷

Nela, Lodi evidencia sua ânsia por formar novos trabalhadores, por meio do “ensino pré-vocacional”, e de moralizá-los, ao estimulá-los a vender sua força de trabalho para que não sejam tidos como dados à “perdição”, ao “vício” e à “deformação de caráter”. Essas duas linhas argumentativas conjugadas – valor moral do trabalho e preparação profissional – darão a tônica da forma como a questão do trabalho, enquanto dimensão da vida, é mostrada no *Boletim da LBA*. A primeira, por exemplo, aparece no canto inferior da última página de uma edição de 1945, em que se afirma: “O bom funcionário produz cem por cento em seu trabalho. Não discute, não conversa, não se afasta do seu posto de honra”.¹⁹⁸

A segunda, sempre ocorre com a exaltação do ensino profissional, inclusive para crianças, como nesta passagem escrita pelo diretor do *Boletim da LBA*, Lobivar Matos, em outra publicação sobre a instituição, também de 1945: “Órfãos ou abandonados moral e materialmente pelos pais têm sido encaminhados pela instituição a estabelecimentos de ensino profissional”.¹⁹⁹ O ensino profissional seria, assim, a saída para o abandono “moral” e material do indivíduo, a partir de uma relação direta entre trabalho e moralidade, em que os atributos morais de uma pessoa cresceriam proporcionalmente à dedicação dispensada ao trabalho, consequentemente entendido como ferramenta para a moralização.

Dois momentos ajudam a colocar numa perspectiva histórica essas concepções. O primeiro se situa no imediato pós-abolição e o segundo a partir de 1930, quando a dinâmica do trabalhismo é forjada. O exame de Sidney Chalhoub sobre a difusão da ideia de uma valoração positiva do trabalho é significativo e dotado de uma materialidade factual, representada pelo fato de que, apenas dois meses após a abolição, aprovou-se a lei de repressão à ociosidade. Esta partira da ideia de que a classe trabalhadora nacional, formada por negros e negras, em especial

¹⁹⁶ Idem.

¹⁹⁷ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA n° 19*, mai. de 1946, p. 3.

¹⁹⁸ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA n° 16*, set. de 1945, p. 8.

¹⁹⁹ MATOS, Lobivar. *A Legião Brasileira de Assistência e os soldados do Brasil*, sem página. Rio de Janeiro: LBA, 1945.

no Rio de Janeiro, de onde se legislava para o país, era eivada de vícios e despreparada para a vida em sociedade, concepções que, como vimos anteriormente, perduraram em diagnósticos que reforçavam o paradigma da ausência, influenciado, por seu turno, pela premissa do escravo-coisa. Naquela circunstância, buscava-se obrigar ao trabalho por meio da repressão e da obrigatoriedade e, para isso, recorreu-se à tipificação da ociosidade como uma transgressão penal, materializada no crime de vadiagem, cuja pena consistia na internação em colônias de trabalho. Ademais, foram estabelecidas duas condições de sua incidência: o hábito e a indigência, isto é, transgredia a ordem quem fosse, cumulativamente, ocioso e pobre.²⁰⁰

Sobre isso, cabe ponderar que se verifica a reprovação social da ociosidade em diferentes contextos históricos e sociedades. De acordo com abordagem do sociólogo Robert Castel, a ideia da necessidade do trabalho e da condenação à ociosidade daqueles que não integram a ordem dominante está presente, por exemplo, na Bíblia. Sua pesquisa, entretanto, com robusta documentação e bibliografia, versa sobre uma história de longa duração da pobreza e da assistência na França e, nesse sentido, aponta para premissas que acompanham a reprovação à ociosidade em diferentes contextos, adaptados aos processos históricos próprios locais:

O que é um vagabundo?

[..]

Uma primeira, ou uma das primeiras tentativas de sistematização é proposta num decreto de Francisco I, de 1534, estigmatizando “todos os vagabundos, ociosos, sem fé nem lei e outros que não têm nenhum bem para mantê-los e que não trabalham nem lavram a terra para ganhar a vida”. Os dois critérios da categoria de vagabundo tornaram-se explícitos: a ausência de trabalho, isto é, a ociosidade associada à falta de recursos, e o fato de ser “sem fé nem lei”, isto é, sem pertencimento comunitário.²⁰¹

Observa-se, no trecho anterior, a repressão à ausência de trabalho associada à pobreza, assim como exposto por Chalhoub, bem como o não pertencimento a um grupo hegemônico. Portanto, impressiona como duas situações díspares apresentam concepções semelhantes, bem como cumpre constatar que os “sem fé nem lei” do antes e do pós-abolição são a classe trabalhadora precarizada majoritariamente negra, sem vínculos seguros de trabalho, alvos da assistência social. Nesse sentido, direciona-se a essas pessoas as formas de persuasão elaboradas para que aceitassem as piores condições de sustento, de tal modo que muitas vezes seria preferível fazer outra coisa ou não fazer absolutamente nada, comportamentos que

²⁰⁰ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 3. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2012.

²⁰¹ CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 119-120.

naturalmente representam agências sociais possíveis e esperadas num contexto de busca pela coerção.

Como complemento a essa noção sobre a ociosidade, utilizada hegemonicamente, portanto, como exercício de poder e manejo social, o arrefecimento do capitalismo e a necessidade de se caminhar no sentido de um discurso que supere o das relações servis levam à construção de uma noção positiva do trabalho. Isso porque essa atividade poderia ser comumente associada a um fardo a ser executado pelos excluídos de uma dada elite econômica ou cultural. Dessa forma, o processo de apagamento de uma semântica negativa para a ascensão de uma positiva do trabalho passou pelo entendimento que ele é a fonte geradora da riqueza e que ser uma pessoa útil é participar da geração dessa riqueza.²⁰² Assim, seriam vistos como pessoas moralmente elevadas, ordeiras, promotoras do progresso, disciplinadas, dedicadas, obedientes, entre outros adjetivos que compunham os símbolos dessa ética do trabalho.²⁰³

O segundo momento a ser mencionado consiste no processo histórico que consolidou o reconhecimento dos trabalhadores organizados como atores políticos, dotados de direitos sociais, e não como questão de segurança pública a ser resolvida pela polícia, como destacou Ângela de Castro Gomes. Esse movimento, iniciado com a Lei Eloy Chaves, de 1923, se intensificaria sobremaneira na década seguinte e culminaria na Consolidação das Leis do Trabalho, de 1943, no arranjo sindical brasileiro, bem como na própria criação do Partido Trabalhista Brasileiro. Nesse período, o discurso trabalhista, veiculado e difundido oficialmente como uma cultura política, também tinha como alicerces “uma ética do trabalho; a figura do trabalhador como homem honesto e sofredor; a centralidade de seu papel econômico na criação das riquezas do país; sua importância na sociedade em geral, e, por fim, a naturalidade de sua cidadania”.²⁰⁴ Especialmente entre 1942 e 1945, essas imagens são vinculadas como um projeto de poder, a partir da máquina estatal, ainda no contexto de uma ditadura, de modo que foram acentuadamente solidificadas e, em algum grau, aceitas pelos próprios trabalhadores que viram nelas real possibilidade de inserção material, social e política, e prova disso é o fato de que, até hoje, o trabalhismo é tido como um aspecto integrante do panorama político brasileiro.

Como exposto, a LBA, nesse contexto, far-se-á presente justamente sobre aqueles que não se integravam a essas conquistas da cidadania trabalhista, pois precarizados em trabalhos inconstantes ou não formalizados, bem como simplesmente desempregados. De fato,

²⁰² Idem.

²⁰³ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 3. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2012.

²⁰⁴ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 25.

empregados, precarizados e desempregados constituíam o mercado de trabalho: o mercado propriamente dito e o exército industrial de reserva. Assim, a moralização pelo trabalho e a transformação da pessoa útil está presente desde a primeira referência aos cursos que seriam implementados pela LBA, em nota de canto de página com o título “Trabalhos manuais”:

O setor de trabalhos manuais foi recém-criado. Seu objetivo é disseminar conhecimentos às famílias assistidas em torno de trabalhos manuais, os quais poderão ser úteis em vários sentidos. Um curso prático já se encontra em plena atividade e o número de pessoas matriculadas é bastante expressivo.²⁰⁵

Nessa fala proferida por ocasião “da entronização da imagem de São José na sede do posto de trabalhos manuais” – com a presença de Otávio da Rocha Miranda, então presidente da LBA, em Ricardo de Albuquerque, zona norte do Rio de Janeiro –, o chefe do setor, Gerhard Salomon, abordou a realização dos cursos de costura e bordado, em três turnos, para 350 alunas, no bairro de 20 mil habitantes. Então, ressaltou o aspecto de que a utilidade deriva da produção de riqueza e que muitas “não esperam pela conclusão do curso, mas procuram trabalho, já com os conhecimentos recebidos”:

Nada melhor que estes poucos dados podem testemunhar o alcance e as finalidades dos Cursos de Trabalhos Manuais. Pois eles fazem de famílias desamparadas e necessitadas elementos úteis à vida econômica do país, que sabem assumir a responsabilidade por si mesmo e trabalhar pelo seu próprio sustento.²⁰⁶

Em outra oportunidade, em reportagem denominada “Diplomada mais uma turma de trabalhos manuais” – na presença do já citado presidente, Elmano Cardim, de representantes do Departamento Nacional de Educação, da Ação Social Arquidiocesana, de diretores e servidores da LBA –, novamente o chefe do setor de Trabalhos Manuais, Gerhard Salomon, expõe a carga moral que se atribui a essa atividade, ao afirmar que as alunas “não farão vergonha às professoras”:

Convidando a sua Exe. O Snr. Presidente da LBA a entregar os diplomas, congratulome com vocês, por terem alcançado o fim de seu aprendizado, por terem aprendido uma profissão útil e honrosa, em cujo exercício, disso tenho certeza, não farão vergonha às suas professoras, e aproveito para formular os mais ardentes votos, de que esta profissão traga inúmeros benefícios para vocês e vossas famílias.²⁰⁷

²⁰⁵ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA n° 15*, 28 de agosto de 1945, p. 5.

²⁰⁶ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA n° 24*, abr. e mai. de 1947, p. 9.

²⁰⁷ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA n° 55*, mai. de 1950, p. 10.

E não somente atrelada ao ensino profissional a apologia da utilidade se fazia presente, pois também era vinculada à percepção de que o recebimento a determinado auxílio assistencial estimularia a acomodação. Nesse sentido que se fazia necessário, também, sob essa ótica hegemônica, reforçar a necessidade de ser útil “à sociedade humana”, o que significava o “reajustamento” pelo trabalho, de modo a reforçar o juízo de que tal benefício era uma concessão extemporânea, benemérita, bondosa e cristã, somente ocorrido por uma situação cuja responsabilidade maior era do “desajustado” que não tinha ou procurava emprego fixo. Em alguma medida, essa tese também se evidencia neste trecho do artigo “Vista panorâmica sobre serviço social e escola de serviço social”, escrito pelo diretor da Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica:

O serviço social é a mais antiga e a mais nova das atividades humanas. É a mais nova porque só nos últimos anos vem constituindo um ramo específico de trabalho, com um campo delimitado de ação e uma técnica. É a mais antiga porque data do advento do Cristianismo o grande desenvolvimento tomado pelas instituições de auxílio ao próximo. Auxílio não é só para minorar a sua miséria, mas sim para sair dela, para levantar-se, para reajustar-se à vida social e tornar-se (ou voltar a ser) um cidadão prestante, útil a si mesmo, à sua família e à sociedade humana.²⁰⁸

Nesse diapasão, relacionava-se a inatividade à inutilidade, como em artigo denominado “Criança e Favela”, escrito por Antônio Filgueira-Filho, médico puericultor que chegou a ser o responsável pelo *Boletim da LBA* como chefe do Setor de Divulgação da LBA até sua morte, no final de 1948. Neste, o autor postula que as crianças moradoras de locais tais como as “cabeças de porcos” e “favelas do Rio”, “malocas de Alagoas ou dos mocambos do Recife” teriam:

Pais doentes, vadios ou viciados, responsáveis supostos por esses menores, são também figuras que devem despertar interesse de quem se decida a uma grande tarefa de recuperação humana e reeducação social. E junto a eles impõe-se maior acuidade nas pesquisas além de ser possibilitada uma indispensável seleção de elementos aproveitáveis que, **por ignorância ou displicência, atingiram o nível dos inúteis**, entregando-se insensivelmente à inatividade dos que não sentiram ainda que é possível integrar-se na sociedade como elemento de força e de trabalho. (grifo meu).²⁰⁹

A condenação da ociosidade seria uma constante, atribuindo-se a ela o lugar da desordem, como nesse alerta sobre a realização de atividades extracurriculares com crianças,

²⁰⁸ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA* n° 39, jan. de 1949, p. 24.

²⁰⁹ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA* n° 33, mai. de 1948, p. 7 e p. 10.

tais como recreação, “treinamentos apropriados a ocupações úteis” até a idade que possam trabalhar:

[...] muitas outras atividades sociais, educativas e culturais, a fim de que elas aproveitem as horas vagas aplicando suas próprias energias em labores úteis e construtivos, evitem a ociosidade (a mãe de todos os vícios) e a contaminação social, e adquiram a mais completa e harmoniosa educação possível.²¹⁰

Em “Afugentado o ócio”, uma inserção de 1957, sem autoria, que aparenta ser a propaganda de uma ideia-força que permeia a missão institucional, vê-se a foto de duas crianças negras desenvolvendo uma atividade de tecelagem artesanal tradicional, onde se lê, como uma apologia ao trabalho, que “as indústrias rudimentares e caseiras desenvolvem-se no interior de nosso país, sobretudo longe dos meios de comunicação mais fáceis. Nelas são quase sempre aproveitadas crianças, que, assim, se subtraem ao ócio e colaboram eficientemente com seus pais”:²¹¹



**AFUGENTANDO
O ÓCIO**

As indústrias rudimentares e caseiras desenvolvem-se no interior de nosso país, sobretudo longe dos meios de comunicação mais fáceis.

Nelas são quase sempre aproveitadas crianças, que, assim, se subtraem ao ócio e colaboram eficientemente com seus pais.

Cestos, jucás, embornais, balaios, pé-

Figura 21 – Afugentando o ócio.

Naquele mesmo ano, houve ainda uma passagem em que novamente se recorre à imagem da favela para se criticar a ociosidade, no caso representada pelo costume de se escutar o rádio. No texto “Favelas”, sem autoria, que trata de uma pesquisa que contabilizou “640.000” favelados do Rio de Janeiro em 64 favelas, afirma-se que essas seriam um “caldo de cultura para os agitadores sociais”. Ao apontar que, por mês, a população moradora nas favelas

²¹⁰ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA nº 61*, nov. de 1950, p. 12.

²¹¹ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA nº 87*, jul. a set. de 1957, p. 17.

aumenta em quase 4 mil pessoas, um dos diretores da pesquisa explica, com explícita depreciação racial dos sujeitos-alvo de sua crítica:

A grande maioria dos favelados está constituída por gente cor, de origem camponesa, que procede dos estados do Leste e do Nordeste.

[..]

Contudo, a situação dos camponeses assim deslocados apresenta-se no Rio com cores diferentes. Com efeito, o neo proletariado europeu, e no que diz respeito à população branca, o norte americano manifestaram um afã e uma capacidade de adaptação ao seu novo ambiente que lhes permitiu superar, pelo menos em parte, as dificuldades surgidas da irradiação. Tal afã se nota, em geral, entre os favelados do Rio. Procuram algo brilhante na vida citadina, mas desinteressam-se pelo essencial. Consideram o rádio mais importante que as instalações higiênicas.²¹²

Diante desses exemplos, é importante reforçar que essa apologia ao trabalho e crítica à ociosidade se fazia, na verdade, em um cenário de desemprego e precarização. A instituição lidava, portanto, como o manejo social de uma maioria de pessoas cuja subsistência instável era uma condição estrutural. Na mesma edição da gravosa inserção anterior, há uma rara reportagem – “Vida de assistente social não é fácil” – em que as pessoas atendidas são ouvidas e suas falas transcritas para o periódico. Novamente, o ambiente é uma favela do Rio de Janeiro, o morro de São Carlos. Nela, a assistente social Léa Cotecchia conversa com Dona Maria:

As crianças não têm roupa?

Têm sim, senhora. Mas nós estamos economizando para os dias de frio.

Não, vista as crianças e depois vamos ao Porto Central tratar disto.

A energia inicial surte efeito. A garotada fica e Léa começa a parte mais difícil de sua missão: o levantamento completo da situação da família, até que se conheçam todos os detalhes. As dificuldades são imensas.

Quanto ganha seu marido?

Bom, há dois meses ele não trabalha, mas na semana passada encerrou uma casa. Antontem... Deixa eu ver... Não lembro bem quando foi, ele pintou uma parede... Depois, teve de pagar a prestação do Jorge Turco. É, não sei quanto ele ganha.²¹³

Vê-se, portanto, que impingir desajustamento a essas pessoas era uma forma de não questionar o porquê dessa realidade e transferir a reponsabilidade para quem mais sofria as consequências da pobreza, reproduzindo estigmas de longa duração, considerando serem pessoas que não se adequavam ao progresso e ao moderno. Na virada dos anos 1950 para os anos 1960, esse ufanismo com o progresso se acentua, assim como os estereótipos de atrasados com que são impingidos os quem não se beneficiam das benesses do “progresso”, que constitui a maioria, num país que se organiza de forma a manter inalteradas hierarquias sociais e raciais.

²¹² LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA n° 85*, jan. a jun. de 1957, p. 87.

²¹³ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA n° 85*, jan. a jun. de 1957, p. 14.

Nas palavras abaixo, proferidas pelo diretor-superintendente da LBA, Eugênio Gomes de Carvalho, essa estratégia discursiva que isenta reais responsáveis e culpabiliza aqueles sem oportunidades de inserção nos benefícios da modernidade se evidencia:

Num país como o nosso, em crescimento acelerado e, por isso mesmo, às vezes desordenado e incontrolável, impossível se torna ao Poder Público atender sozinho aos desajustes socioeconômicos que se formam à margem da corrente do progresso, criando verdadeiros quistos humanos que se atrasam pelo caminho carregando às costas o peso de suas frustrações e de suas misérias físicas e morais, verdadeira legião que é preciso orientar, amparar e reintegrar no seio da sociedade que não puderam acompanhar em sua marcha para a frente.²¹⁴

A atribuição dos estereótipos é uma das estratégias que grupos hegemônicos, como a branquitude, no Brasil, se utilizaram para continuar atribuindo características generalizáveis aos que eram considerados como estranhos e alheios à sua cultura. Nesse sentido, eles reduzem e fixam as diferenças comportamentais e culturais. A classificação do desajustamento carrega a força de um estereótipo, no qual diferenças econômicas e sociais, de nítido matiz racial, restam justificadas.²¹⁵ Nesse período, um evento marcou a história nacional como paradigma do advento do progresso e da modernidade: a construção de Brasília. E a LBA levaria suas premissas de atuação para essa cidade, conforme se verá no próximo capítulo.

²¹⁴ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA n° 92*, jul. a set. de 1958, p. 2

²¹⁵ TEIXEIRA, Juliana. Trabalho doméstico. *Coleção Feminismos Plurais*. São Paulo: Jandaira, 2021.

3. NOVOS VELHOS PARADIGMAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: O ADVENTO DA LBA EM BRASÍLIA (1965)

3.1. A CRIAÇÃO DO SERVIÇO ESPECIAL EM BRASÍLIA

Os funcionários da LBA trabalham dia e noite, incansáveis, confeccionando modelos de recibos, empacotando víveres separadamente, para maior facilidade na distribuição. Depois de tudo isto pronto, toma-se o caminhão com destino às zonas flageladas. Transposta a zona da mata, por toda parte se encontram tropas humanas chorando por alimentos. São velhos caindo de fome. São crianças que não comem há dois dias. É o desespero estampado em cada face.²¹⁶

A realidade expressada nessas palavras aborda o trabalho da Legião Brasileira de Assistência no Estado de Alagoas, no início dos anos 1950, quando uma estiagem de grandes proporções provocou outra temporada de falência da agricultura e escassez alimentar na Região Nordeste, deixando milhares de pessoas em risco de vida. Ilustra a dimensão humana desse tipo de tragédia manchete exclamativa do *Boletim da LBA*, de julho de 1951, sobre os “300.000 flagelados só no Ceará!”²¹⁷ Nesse mesmo ano, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), então sob o segundo período da presidência de Darcy Vargas, criara uma instância descentralizada denominada Assistência às Vítimas da Seca (Avis), que seria organizada em cada município a partir do direcionamento de sua Comissão Central. Entre 1951 e 1953, a atuação da Avis consistia na assistência alimentar às populações “flageladas”, um enorme contingente de pessoas em risco de vida, como captado nas imagens abaixo, que registram a ação da AVIS em Alagoas:



Figura 22 – Centenas de pessoas em frente à sede municipal da LBA, Mata Grande (AL).

²¹⁶ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Comissão Estadual de Alagoas. *Relatório da Comissão Executiva de Assistência às Vítimas da Seca (Avis)*. Período de fevereiro de 1953 a 30 de outubro de 1954, p. 3. Recife: 1955.

²¹⁷ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA nº 68*, jul. de 1951, p. 19.

Relatório da Comissão Executiva de Assistência às Vítimas da Seca (Avis) da Comissão Estadual de Alagoas, março de 1953.



Figura 23 – Mata Grande, março de 1953, Relatório da Comissão Executiva de Assistência às Vítimas da Seca (Avis) da Comissão Estadual de Alagoas, março de 1953.

Além disso, tentava-se planejar ações dirigidas à região a fim de enfrentar situações semelhantes, como a construção de açudes. Para isso, era exigido que as próprias populações em insegurança alimentar trabalhassem nas obras, pois “passada à primeira fase aguda da calamidade, em que era necessária a distribuição gratuita de víveres às multidões esfomeadas, o fornecimento será feito em troca de trabalho”. De acordo com redatores de relatório de 1955 produzido pela Avis em Alagoas, isso traria a vantagem da “1º) seleção natural do verdadeiro flagelado; 2º) não viciar e nem humilhar o nosso valoroso sertanejo; 3º) deixar algumas obras úteis para a coletividade e de defesa contra a seca”.²¹⁸ Como se vê, não foram necessárias muitas palavras para que deixassem explícito o entendimento de que, mesmo nas situações mais extremas, as pessoas pobres, mais do que responsabilizadas, eram culpabilizadas pela sua condição e vistas com desconfiança, como se não produzissem e trabalhassem por escolha ou como se simular a pobreza fosse algo corriqueiro nesse contexto.

Em entrevista de 1951, ao tratar da atuação da Avis, a própria presidente da LBA, Darcy Vargas (1895-1968), ressaltava essa ideologia do trabalho. Ela asseverou que “a assistência é prestada, assim, sem o caráter de esmola, procurando-se obter, por pequena que seja, a cooperação dos próprios beneficiados, por exemplo, mediante trabalho ou por qualquer outra forma”.²¹⁹ A aplicação desse modelo pode ser vista na execução de obras como as da construção de estrada em Palmeiras dos Índios, município do Estado de Alagoas, distante 100 quilômetros

²¹⁸ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Comissão Estadual de Alagoas. *Relatório da Comissão Executiva de Assistência às vítimas da seca (Avis)*. Período de fevereiro de 1953 a 30 de outubro de 1954. Recife: 1955. p. 3.

²¹⁹ CPDOC, Arquivo Getúlio Vargas, GV e c 1951.04.13/4, fl. 14. In: SILVA, Bruno Sanches Mariante, 2018, p. 77.

de Maceió, em abril de 1953. Ou ainda na também alagoana Mata Grande, quando da limpeza e aprofundamento de um açude naquele mesmo ano. Tal como registrado na Figura 24, havia uma marcante presença de mulheres e crianças negras envolvidas nesse trabalho em troca de assistência social. Mas a participação masculina não era inexistente, como registrado na Figura 25.



Figura 24 – Construção de estrada, Palmeira dos Índios, Relatório da Comissão Executiva de Assistência às Vítimas da Seca (Avis) da Comissão Estadual de Alagoas, abril de 1953.



Figura 25 – Limpeza e aprofundamento de açude, Mata Grande, Relatório da Comissão Executiva de Assistência às Vítimas da Seca (Avis) da Comissão Estadual de Alagoas, maio de 1953.

É importante observar que o termo “sertanejo” tem uso costumeiro como designador das populações migrantes do interior, e que ele aglutina “pessoas diversas encapsuladas sob a categoria de sertanejo pobre”.²²⁰ Trata-se de uma forma de racialização, empregada no Sul do país, que se direciona a um grande contingente de descendentes de negros e indígenas.

²²⁰ NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. In: *Estudos Históricos*, p. 616. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 29, n. 59, pp. 607-626, 2016.

Os períodos de aguda carestia provocada pela desregulação da agricultura e da criação de animais decorrentes das estiagens nordestinas historicamente impulsionou processos migratórios. Por certo, a atuação da Avis não resolveu essa situação e, durante toda a década de 1950, esse fenômeno natural previsível e contornável seria também responsável pela mudança de milhões de pessoas das zonas rurais para as cidades brasileiras. Estima-se que, entre 1940 e 1950, 10 milhões de pequenos agricultores e famílias que viviam da agricultura de subsistência, como os que residiam no semiárido, realizaram esse movimento. Ao final da década de 1950, a população brasileira era de 50 milhões de pessoas, o que indica a significativa migração.²²¹

Esse fluxo migratório também se direcionou para novas cidades brasileiras, planejadas a partir de uma ideologia de modernização e desenvolvimento, embora mantivessem as dicotomias e estratificações das cidades coloniais e imperiais. São os casos de Belo Horizonte, que substituiu Ouro Preto como capital de Minas Gerais em 1897; Goiânia, fundada em 1933; e, finalmente, Brasília.²²² Sobre esta, os contundentes testemunhos de pessoas que chegaram em seus primeiros anos, colhidos pelo cineasta Vladimir Carvalho no documentário *Conterrâneos Velho de Guerra*, lançado em 1992, dão conta do peso da fome sentida durante as secas severas e como isso impeliu a movimentação de famílias inteiras. Havia ali a marca do nexo entre a realidade exposta a partir do trabalho da Avis e as histórias de vida da população que viria a residir na capital do país. Além dos migrantes nordestinos, Brasília receberia grande fluxo de pessoas vindas de Goiás e do norte de Minas Gerais, com trajetórias e origens semelhantes às dos “sertanejos” nordestinos.

De acordo com o IBGE, a população do Distrito Federal foi de aproximadamente 6 mil habitantes em julho de 1956 para 64.314 pessoas em maio de 1959. Desse contingente de 1959, 23% teriam vindo de Goiás, 20,3% de Minas Gerais e 37,9% de estados do Nordeste. Não fica evidente qual o critério utilizado, se atribuição ou declaração, mas, de acordo com o mesmo levantamento, 33% dessas pessoas eram pardas e um pouco menos de 10%, pretas, o que demonstra a já significativa população negra presente na capital.²²³

Assim, se os fatos e atores sociais da LBA dos dois primeiros capítulos desta dissertação estavam bastante relacionados ao Rio de Janeiro como primeiro território do Distrito Federal,

²²¹ SILVA apud GOMES, Ângela Castro. População e sociedade. In: GOMES, Ângela Castro (coord.). Olhando para dentro: 1930-1964. *Coleção História do Brasil Nação: 1808-2010* (coord. Lilia Moritz Schwarcz). Madrid: Fundación Mapfre. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

²²² LEMOS, Guilherme Oliveira. *No dilacerar do concreto: as histórias dos apartheids entre as satélites de Brasília e as townships de Joanesburgo (1955-1971)*. Tese de Doutorado em História, Universidade de Brasília, 2022.

²²³ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Experimental de Brasília, 1959. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/censobrasilia1959.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2022.

criado pela primeira Constituição de 1891, a partir de agora estarão ligados ao novo Distrito Federal, inventado no centro do estado de Goiás, de longínqua ocupação humana pelos povos originários e pela população de cidades coloniais e imperiais, como Goiás, Pirenópolis e Planaltina, esta última parcialmente integrada ao novo ente da Federação.

A ideia de transferência da capital da República vinha sendo amadurecida desde o século XIX. No contexto do centenário da independência, uma “pedra fundamental” foi assentada na região de Planaltina justamente no 7 de setembro de 1922. Posteriormente, o projeto foi constitucionalizado em 1934 e 1946. Mas seria em 1956 que ganharia impulso definitivo com a aceleração das obras de construção que desaguariam na cerimônia realizada em 21 de abril de 1960. Desde a criação da LBA, em 1942, seus regulamentos previam a existência da Comissão Central, com sede no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, como órgão de direção que promovia ações em todo o território nacional, e as instâncias descentralizadas, denominadas Comissões Estaduais, Comissões Territoriais e Comissões Municipais da LBA, vinculadas aos respectivos governos subnacionais. Como mencionado no primeiro capítulo, a administração da LBA no Distrito Federal era atribuição da Comissão Central, e não do Governo Estadual ou Municipal, por meio de uma unidade específica que teve diferentes nomenclaturas ao longo desse período, tais como Departamento Assistencial do Distrito Federal (1942), Serviço da Capital (1946) e Serviço do Distrito Federal (1950).

Brasília não contou com um aparato administrativo da LBA até a criação do Serviço Especial de Brasília (SEB), em dezembro de 1964,²²⁴ mas a direção nacional se fazia presente por meio de atividades esporádicas. Em 1957, por exemplo, *Boletim da LBA* noticiava que se encontravam em fase final “os estudos para assinatura de um convênio com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), para a construção de um posto de puericultura”, no qual caberia à LBA “construir e equipar o posto” e à Novacap, doar o terreno e arcar com as despesas de pessoal para o seu funcionamento.²²⁵ Em meados de 1961, o periódico nacional desmentia o “noticiado pela imprensa” de que a Comissão Central da LBA havia sido instalada em Brasília. Explicou-se, então, que a presidente da LBA, Eloá Quadros, havia instalado um Gabinete de Trabalho no Pavilhão de Metas – prédio que viria a ser depois a sede do SEB e do Centro Social nº 1, do Plano Piloto. Complementa, ainda, que Eloá havia instituído “uma sala para confecção de roupas, por senhoras da sociedade, amigas da primeira-dama do país”,

²²⁴ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Atas das Sessões da Comissão Central*. Ata da Sessão Ordinária, realizada em 12 de fevereiro de 1964, pp. 9-10. Rio de Janeiro: 1965. Consultada no arquivo do Ministério da Cidadania.

²²⁵ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA* nº 89, nov. e dez. de 1957, p. 65.

testemunho do arquétipo da assistência social como lugar de atuação pública de mulheres brancas da elite econômica, e “uma cantina destinada à distribuição de sopa gratuita aos pobres”.²²⁶ No final daquele mesmo ano, a LBA organizou uma festa de Natal em Brasília, e o *Boletim da LBA* apresentou um relato a respeito sob o título *Natal da LBA em Brasília e Guanabara*, insinuando a transição de modos de atuação da instituição da velha para a nova capital, valendo-se das seguintes informações:

No dia 22 passado, realizou-se em Brasília, o Natal da LBA, a 36 mil crianças pobres. A distribuição de presentes, constituídos de corte de fazenda, roupinhas confeccionadas, brinquedos biscoitos, balas e refrigerantes, fora realizado no Teatro Nacional que ficou superlotado de crianças que após receberem os sacos com os mimos, assistiram a um show, com artistas da Rádio Nacional
Foi essa a primeira vez que a LBA realizou um Natal às crianças pobres da Novacap, promovido por D. Maria Tereza Goulart.²²⁷

Entretanto, antes que o SEB fosse criado, outras instituições públicas de assistência social atuaram na capital, como o Departamento de Assistência Social, vinculado à Novacap, empresa pública criada para gerenciar as obras da construção a partir de 1956. Nesse departamento, propôs-se a organização do Conselho de Bem-Estar Social de Brasília (CBESB), colegiado que agregava representantes dos setores públicos, filantrópicos e classistas, destinado a coordenar e decidir as ações assistenciais do Distrito Federal. A esse respeito, o *Boletim da LBA* deu até mesmo notícia do recebimento do primeiro *Boletim do Conselho de Bem-Estar Social de Brasília*, publicado em maio de 1959:

A criação do CBESB, em cumprimento à deliberação do I Seminário de Assistência Social e Representantes de Serviços Assistenciais de Brasília, realizado em agosto de 1958, denota o elevado propósito dos que dele participaram de envidarem todos os esforços no sentido de oferecerem à população de Brasília condições de vida que dignifiquem e enalteçam a majestosa obra que se está construindo.²²⁸

Em 1961, a Prefeitura do Distrito Federal instituiu a Fundação do Serviço Social,²²⁹ que seria a principal instituição assistencial local preexistente ao advento do Serviço Especial de Brasília, da LBA. A iniciativa para criação do SEB havia sido tomada em 1964, por Maria Luiza Moniz de Aragão, primeira assistente social a presidir a LBA, empossada após o golpe

²²⁶ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA n° 107*, jul. a set. de 1961, p. 4.

²²⁷ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA n° 108*, out. a dez. de 1961, p. 28.

²²⁸ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA n° 100*, out. de 1959, p. 28.

²²⁹ Artigo História de Brasília – XXVI. Assistência Social, de Ernesto Silva, diretor da Novacap no período da construção. In: *Correio Braziliense*, de 14 de novembro de 1965, p. 2. Consultado em: 27 abr. 2022.

civil-militar, indicativo do caráter conservador das Escolas de Serviço Social, sobre o que se falará adiante. Para isso, ela empreendeu visitas à Brasília, conforme relato a seguir:

A sra. Maria Luiza Moniz de Aragão [...] esteve recentemente em Brasília, onde manteve entendimentos com diretores de diversas obras assistenciais ali existentes, para traçar com os mesmos o programa a ser desenvolvido pela LBA não só em Brasília como em suas cidades satélites.

A LBA propõe-se a realizar na nova capital amplo trabalho assistencial, em colaboração com os órgãos do Governo e entidades particulares, na solução de um dos mais aflitivos problemas da região, o da família desamparada.²³⁰

Interessante observar a locução “não só em Brasília como em suas cidades satélites”, pois essa partição constitui um aspecto central do trabalho das instituições de assistência em Brasília. Nesse sentido, tal dicotomia pode ser percebida no final de 1964, quando a LBA finalmente abriu sua representação na capital, e não foram outros os termos utilizados para a demarcação dos espaços onde estariam os sujeitos a demandar maior atenção.

A comissão central da LBA tem dispensado cuidados especiais aos problemas sociais da Novacap. A presidente criou grupo de trabalho destinado ao estudo e a planificação dos serviços a serem prestados não só no perímetro urbano de Brasília, mas também nas cidades satélites, onde mais acentuadamente vêm se revelando e se avolumando os problemas sociais.

Passando do estudo à concretização das medidas, dona Maria Luiza [a presidente da LBA] propôs ao Conselho Deliberativo a criação do Serviço Especial da LBA em Brasília, no que foi apoiada unanimemente, havendo baixado então, Resolução nº 10/64, que regulamenta as atividades da LBA na Novacap.²³¹

Assim, o Conselho Deliberativo da LBA, por meio da Resolução nº 10, de 22 de dezembro de 1964, determinou que a Comissão Central elaborasse o Programa de Trabalho para “ser executado na Capital do País”, programa este aprovado em 14 de fevereiro de 1965,²³² que continha orientações gerais para a atuação do Serviço Especial de Brasília, conforme se lê:

- 1 – Promoção do reajustamento social da clientela, visando seu equilíbrio na família, no trabalho e na sociedade.
- 2 – Assistência médico-social visando à melhoria das condições de saúde da clientela, nas suas várias fases etárias.
- 3 – Preparo profissional prático, compatível com a capacidade e a opção manifestada pelos clientes.
- 4 – Educação moral, cívica e social que condicione ambiente sadio, de compreensão de deveres.

²³⁰ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA nº 114*, jul. a out. de 1964, p. 26.

²³¹ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA nº 115*, out. a dez. de 1965, p. 10.

²³² LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Atas das Sessões da Comissão Central*. Ata da Sessão Ordinária, realizada em 12 de fevereiro de 1965, pp. 9-10. Rio de Janeiro: 1965. Consultado no arquivo do Ministério da Cidadania.

5 – Alfabetização e ensino supletivo, quando necessário à aquisição de conhecimentos indispensáveis ao preparo profissional.²³³

Os termos empregados para a definição dos sujeitos atendidos pela assistência social e dos objetivos das ações apontam para a operacionalização de costumes por meio dos quais se individualizava a abordagem de problemas relacionados à precarização social de forma doutrinária e moralizadora,²³⁴ estruturalmente racista e patriarcal, como a própria intenção de “reajustamento” revela. Para isso, o trabalho educativo a que se faz referência está menos ligado à formação educacional para a cidadania plena, e mais a uma perspectiva de indução de um *éthos* de subalternidade entre a chamada “clientela”. Dessa forma antes de, ou mesmo, em vez de priorizar o reconhecimento de direitos, o reajustamento a ser promovido por meio da “educação moral, cívica e social” tem a finalidade de inculcar o entendimento de deveres entre o público-alvo. A oferta de “alfabetização e ensino supletivo” somente “quando necessário” pode ser lida como evidência de que a democratização da educação formal estava longe de ser uma prioridade para a instância brasileira da LBA. A necessidade premente era formar quadros para o mercado de trabalho em profissões mal remuneradas, hierarquizadas, de baixa qualificação e provedoras sobretudo dos serviços domésticos. Não se tratava de melhorar substancialmente as condições de vida dessas pessoas, de modo a promover a equidade entre todos os cidadãos e cidadãs.

Não sendo essa uma novidade trazida pelo SEB ou pela própria LBA, importa reconhecer como a trajetória de constituição do campo profissional do Serviço Social joga um pouco de luz nesse ambiente em que o SEB inicia sua atuação. Este se desenvolveu, a partir dos anos 1920, no seio de um movimento reformista liderado pela Igreja Católica, que buscava se colocar como formuladora de uma resposta à questão social, às desigualdades sociais e ao empobrecimento de grandes segmentos populacionais. Tal direcionamento era dado pela cúpula, mediante a mobilização de textos doutrinários de sua autoridade máxima: as encíclicas papais.²³⁵

A mais antiga delas para esse contexto foi a *Rerum Novarum*, de 1891, que propunha uma conciliação reformadora, por meio do fortalecimento das instituições cristãs, da moralização dos indivíduos, da criação de obras de caridade e do fomento a causas que aliviasses a pobreza. Não havia qualquer questionamento à ordem social vigente. Pelo contrário, interessava

²³³ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Experiência da LBA no Distrito Federal*. Serviço Especial de Brasília: 1965, p. 25.

²³⁴ IAMAMOTO, Marilda Villela. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

²³⁵ CASTRO, Manuel Manrique. *História do serviço social na América Latina*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

reproduzir as hierarquias sociais, raciais e de gênero estabelecidas, que deveriam ser aceitas e naturalizadas, porém em bases um pouco mais solidárias, mediadas pela caridade e pela filantropia. A aptidão e inaptidão para o trabalho era tratada de forma individualizada, com destaque à formação social, moral e intelectual da família. Ou seja, buscava-se na história familiar os elementos explicativos de comportamentos que não se enquadravam no que era tido como padrão pela filosofia cristã conservadora.²³⁶

Por tabela, esse projeto buscava conter insatisfações populares que poderiam estimular rebeliões socialistas e comunistas, pouco atreladas ou até opostas à ingerência política da religião. Por sua vez, a *Quadragesimo Anno*, de 1931, renovou o estímulo à formação de assistentes sociais e escolas de Serviço Social pelos movimentos católicos a partir da sistematização de seus conhecimentos e de suas disciplinas. Na América Latina, a primeira escola católica de Serviço Social surgiu no Chile, em 1929; no Brasil, Escola do Serviço Social de São Paulo, em 1936.²³⁷

O reformismo social da estrutura oficial da Igreja Católica era também uma tentativa de recuperação de prestígio diante da progressiva laicização do Estado nos séculos XIX e XX. Dessa forma, as instituições de assistência social, campo legítimo de atuação secular da Igreja, eram uma via para essa recuperação de influência, como divulgadoras de um discurso pretensamente educativo dirigido às famílias pobres. No Brasil, esse caldo de cultura veio de encontro a teorias raciais que estavam sendo elaboradas exatamente no mesmo momento em que se viviam os primeiros anos do pós-abolição. Foi nessa confluência que a tradição católica conservadora, dogmática, proveniente diretamente de Roma, do Serviço Social e as teorias do racismo científico e do racismo cultural foram postos a interagir na conformação do manejo social nas cidades brasileiras. Passaram-se algumas décadas até que as críticas a esse *modus operandis* ganhassem alguma proeminência.

Foi na segunda metade da década de 1960 que as escolas de Serviço Social experimentaram uma inflexão nesse modo de prescrever correções para as manifestações consideradas negativas e indesejáveis. A partir de então, a figura do assistente social como apóstolo assumiria, paulatinamente, um caráter de agente da mudança, no âmbito de um movimento que aproximará o Serviço Social da tradição marxista.²³⁸ Entretanto, instituições públicas, como a LBA e o SEB, foram mantidas distantes dessas mudanças. É o que podemos

²³⁶ Idem.

²³⁷ Idem.

²³⁸ NETTO, João Paulo. *Ditadura e serviço social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

observar na documentação institucional de meados dos anos 1960, em que a influência daquela cultura impulsionada no fim do século XIX se mantinha.

Pouco tempo após o início das atividades do SEB, a equipe do Setor de Serviço Social, em especial a chefe do setor, Júlia Santos de Salles Abreu, e três “assistentes sociais que colaboraram na elaboração”, Maria Ofélia Costa Araújo, que aparece na figura 26, Maria Helena Góis de Oliveira, presente na figura 29, e Maria Francisca Teresa Sousa Costa ²³⁹, produziram um relatório oficial, relativo aos meses de junho a setembro de 1965. O material seria divulgado entre servidores e parceiros nacionais da LBA no Seminário de Serviço Social organizado pela Comissão Central, ocorrido na sede do Rio de Janeiro. Intitulado *Experiência da LBA no Distrito Federal*, datado de 1º de dezembro de 1965, esse documento buscava descrever e problematizar o contexto socioeconômico em que operava o Serviço Especial de Brasília, bem como relatar as atividades até então realizadas pelos profissionais de que dispunha, tais como os assistentes sociais, médicos, dentistas, advogados, enfermeiras e sua burocracia administrativa. Na imagem abaixo, a Chefe do Serviço Social, anteriormente referida, e o Chefe do SEB, Roberto Luiz Lago Meira de Castro, evidenciam a forma e o espaço em que eram despachadas questões cotidianas do trabalho, como pode ter sido, por exemplo, a aprovação da redação final do documento em comento.



Figura 26 – Chefe do SEB e chefe do Setor de Serviço Social do SEB, 1965 ou 1966.

Era o Setor de Serviço Social e os seus respectivos trabalhadores assistentes sociais que selecionavam as pessoas que poderiam ser atendidas pela LBA e as encaminhavam aos Serviços da instituição ou a outras iniciativas de caridade e filantropia disponíveis. No momento da elaboração do relatório, a LBA no Distrito Federal dispunha de 10 assistentes sociais, sendo uma chefe do Setor de Serviço Social, três assistentes sociais no Centro Social nº 1, do Plano

²³⁹ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Serviço Especial de Brasília. *Experiência da LBA no Distrito Federal*. Brasília, 1965. p. 41.

Piloto, que funcionava no SEB (Figura 27), três no Centro Social nº 2, de Taguatinga, e três no Centro Social nº 3, do Gama: não foi possível confirmar de qual ou de quais desses Centros Sociais provinham as profissionais que ajudaram a Chefe do Serviço Social na elaboração de *Experiência da LBA no Distrito Federal*.



Figura 27 – Sede do Serviço Especial de Brasília e do Centro Social nº 1, Pavilhão de Metas, em frente ao Palácio do Planalto, 1966. Álbum de fotografias do arquivo do Ministério da Cidadania.

A pessoa que procurava os serviços da LBA teria que apresentar carteira profissional, certidão de casamento e registro de nascimento dos filhos, demonstrar não possuir nenhum vínculo empregatício e ser reconhecidamente pobre. Ou seja, atendiam-se famílias atingidas pela ausência de renda causada pelo desemprego. Na falta de documentação, encaminhava-se o solicitante para o Serviço Jurídico para que este ajudasse essa pessoa a providenciar. Após essa triagem, seria matriculado e receberia um cartão.

Assim, o relatório *Experiência da LBA no Distrito Federal* objetivou explicitar de que forma o corpo técnico do Serviço Especial de Brasília estava executando as diretrizes mencionadas anteriormente, quais sejam, reajustar as pessoas no trabalho e na sociedade, melhorar suas condições de saúde, prepará-las para uma profissão, educá-las moral, cívica e socialmente, inculcar nelas a compreensão de deveres, e alfabetizá-las, somente para que pudessem exercer determinadas profissões. É importante observar que a ajuda material propriamente dita era sempre considerada secundária, pois deveria ser dada ênfase no “trabalho educativo para o seu reajustamento e valorização; para a sua integração à vida social e ao processo de desenvolvimento, colocando sempre em segundo plano a assistência material”.²⁴⁰

²⁴⁰ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Serviço Especial de Brasília. *Experiência da LBA no Distrito Federal*, p. 24. Brasília, 1965.

Para isso, o documento em análise foi dividido em recortes temáticos. Primeiramente, caracterizou-se a realidade do Distrito Federal por meio de uma abordagem das causas, consequências e medidas adotadas para o que se considerou “problemas de Brasília”: desemprego, saúde, mãe solteira e habitação. As pessoas que eram consideradas um problema social: os desempregados, os que não podiam pagar por uma consulta médica, as mães de uma sociedade patriarcal abandonada por seus companheiros ou cônjuges ou com famílias desestruturadas pelas condições precárias de vida, e os favelados, que não tinham recebido nenhum auxílio para ter moradia digna na capital e eram comumente tratados como invasores.

Em termos quantitativos, embora trate de um período significativamente curto, de junho a setembro de 1965, os dados do relatório demonstram quão tímida seria a interferência do SEB na realidade a que se propunha modificar. As áreas técnicas de trabalho abarcavam o Setor de Serviço Social, o Setor Médico e o Setor de Educação para o Trabalho. O primeiro era subdividido em diferentes estratégias. O Serviço Social de Casos, por exemplo, lidava diretamente com as famílias, fazia inscrição e matrícula, assim como orientava sobre procedimentos relativos à adoção. Na ocasião, tinha feito 2.246 entrevistas, com apenas 353 “casos continuados”.²⁴¹ A articulação com a rede filantrópica era denominada de Desenvolvimento e Organização da Comunidade. Para lá, foram feitos 290 encaminhamentos.²⁴² Em relação à Educação para o Trabalho, que visava dar “conhecimentos básicos indispensáveis ao exercício de uma profissão digna”,²⁴³ 114 pessoas teriam participado de cursos preparatórios e apenas 38 tinham sido encaminhadas para um emprego. Mais do que perceber o caráter incipiente e relativamente inócuo das ações de assistência social propriamente ditas, *Experiência da LBA no Distrito Federal* vale pelo que revela em suas premissas de atuação construídas pela longa duração e que ajudam a compreender e explicar os processos históricos de formação do tecido social brasileiro.

3.2. ASSISTÊNCIA NO CONTEXTO DE SEGREGAÇÃO

Na capa de *Experiência da LBA no Distrito Federal*, está evidenciada a ambiguidade semântica que expõe a divisão social interseccionada por questões econômicas, raciais e de gênero sobre as quais se assenta a denominação da cidade criada para ser a capital do país. Ao

²⁴¹ Idem, p. 35.

²⁴² Idem, p. 36.

²⁴³ Idem, p. 27.

passo em que as autoras falavam em nome do “Serviço Especial de Brasília”, elas relatavam a experiência da LBA no “Distrito Federal”:

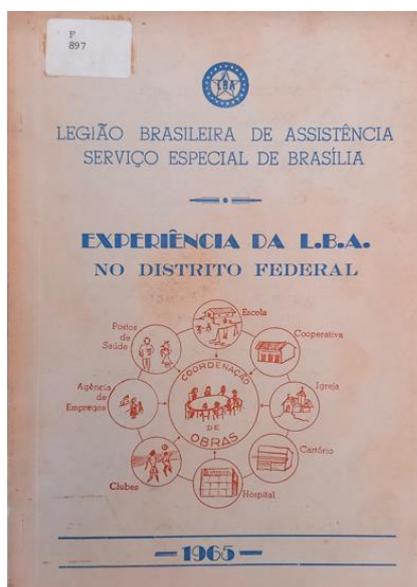


Figura 28 – Capa do relatório *Experiência da LBA no Distrito Federal*.

Brasília e Distrito Federal seriam sinônimos ou coisas distintas? Por que o órgão público local de uma instância nacional, sediado no Plano Piloto, e os seus servidores são considerados como sendo “de Brasília” e o espaço em que se incluem as populações das outras localidades que compõem a capital, “Distrito Federal”? Não pretendo solucionar essa questão, mas destacar que, para que se constituísse essa ambiguidade e lacuna explicativa sobre a intercambialidade, ou não, dos termos – que reflete uma segregação racial e social do território –, as instituições de assistência social e o Serviço Especial de Brasília concorreram extensivamente. No início do relatório, busca-se explicar essa dualidade e apresentar os termos como sinônimos, pois a soma de Plano Piloto e cidades-satélite poderia ser chamada de Brasília ou Distrito Federal:

[...] a Legião Brasileira de Assistência está presente na Nova Capital através do Serviço Especial de Brasília, e estende seu âmbito de ação a todo o Distrito Federal. Brasília, capital da República, é constituída de uma área denominada Plano Piloto e de outras chamadas Cidades Satélites.²⁴⁴

Mas a explicação continua a suscitar polissemia, pois, se a lógica de que os termos representam a mesma coisa for verdadeira, a informação de que a LBA “está presente na Nova Capital através do Serviço Especial de Brasília, e estende seu âmbito de ação a todo o Distrito Federal”, se torna redundante. Essa dificuldade em definir com precisão quando se deva usar

²⁴⁴ Idem, p. 9.

um e outro ou se os dois podem ser usados aleatoriamente, sem que, com isso, haja qualquer ruído na mensagem,²⁴⁵ está no cerne da criação de Brasília. Tanto é assim que a Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, dispôs que “ao Distrito Federal, no desempenho de sua missão de promover o bem comum, incumbe zelar pela cidade de Brasília, pelas cidades satélites e comunidades que a envolvem, no território do Distrito Federal”, fazendo uma evidente diferenciação entre Brasília, implicitamente entendida como Plano Piloto, e as cidades-satélite, sendo a junção dessas partes separadas o Distrito Federal.²⁴⁶

Essa diferenciação se assenta no fato de que, desde sua construção, a institucionalidade estatal, incluindo as instituições de assistência social, empreenderam medidas para distinguir quem poderia ou não residir no Plano Piloto. Em razão do fluxo de pessoas não funcionárias públicas que vinham para capital e a negação estabelecida de que estas pudessem residir nos espaços projetados pelos arquitetos e urbanistas modernistas, foram empreendidas medidas para um significativo apartamento espacial, “a pelo menos 22 km do Plano Piloto”,²⁴⁷ por meio da criação das cidades-satélite. Além disso, existiram até mesmo tentativas de expulsão dessas pessoas de qualquer área do Distrito Federal. *Experiência da LBA no Distrito Federal* demonstra isso de forma nítida, quando se menciona que o desemprego no Distrito Federal seria causado pelo crescimento populacional e pelas características pessoais das pessoas que compunham esse crescimento, taxando-as de despreparadas, oportunistas e analfabetas. Ao tratar das medidas solucionadoras efetivadas, o relatório assistencial confere destaque ao que ficou conhecido como “operação retorno”, no qual instituições estatais, como a Secretaria de Segurança da Prefeitura do Distrito Federal, se articularam para remover as pessoas para os seus estados de origem ou simplesmente impedirem se fixassem no território da capital:

Buscando solucionar o problema, a Secretaria de Segurança da PDF (início de 1964) chamou a si a responsabilidade no que diz respeito à concessão de passagens e de toda a sorte de ajuda, para facilitar o retorno à cidade de origem das famílias desempregadas, ou a remoção para outras localidades. Encarregando-se, ainda, da proibição do desembarque de pessoas que chegassem a Brasília em busca de emprego.²⁴⁸

²⁴⁵ Esta é a opção que preferi utilizar neste capítulo – ora posso me referir a Brasília, ora ao Distrito Federal com o mesmo significado, sinalizando para o território que compreende o Plano Piloto e as atualmente denominadas Regiões Administrativas.

²⁴⁶ BRASIL. Lei nº 3751, de 13 de abril de 1960. *Dispõe sobre a organização administrativa do Distrito Federal*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13751.htm. Acesso em: 2 jun. 2022.

²⁴⁷ OLIVEIRA, Diego Martins dos Santos. *Brasília entre traços, regimes e o concreto: a segregação socioespacial como projeto de Capital (1958-2010)*, p. 72. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, 2021.

²⁴⁸ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Experiência da LBA no Distrito Federal*, p. 10. Serviço Especial de Brasília: Brasília, 1965.

Tanto o retorno quanto a proibição do desembarque que, destaca-se, são as primeiras medidas de cunho prático em torno da questão social a que o relatório faz menção, evidenciam os termos do projeto segregacionista que se estava a consumir na nova cidade planejada. As autoras do documento incluíram até alguns comentários acerca da discutível legalidade da última medida. Todavia, mesmo após problematizá-la, concluíram que a atitude se comprovou efetiva, não só porque proibiu o desembarque de desempregados, mas também por ter servido para espalhar pelo interior a notícia de que o desembarque estava proibido, inibindo a vinda de pessoas que, antes dessas informações, estavam pensando em mudar-se para o Distrito Federal:

As pessoas não podiam ser obrigadas ao retorno. A proibição do desembarque seria legal perante a Constituição Brasileira? O retorno de algumas famílias resolveria o problema daquelas que aqui permanecessem? Em todo caso, verificou-se a diminuição da carga de desempregados em Brasília. Também a notícia pelo interior de que estava sendo proibido o desembarque em Brasília, de pessoas que viessem em busca emprego, reteve durante algum tempo a procura da Capital Federal por parte daqueles que vinham aventurar a sorte.²⁴⁹

Como se poderia afirmar que houve diminuição da “carga de desempregados em Brasília”? Disponha-se, naquele momento, de algum dado estatístico que corroborasse essa afirmação? Provavelmente, não. O comentário talvez representasse uma mera manifestação de endosso a esse tipo de medida, para não falar de certo regozijo com o impedimento da permanência e do ingresso de “desclassificáveis sociais”. Legitimava-se, também, uma ação cujo amparo constitucional poderia inexistir até mesmo aos olhos dos próprios redatores do documento. E não só.

A julgar pelo que ficou registrados nas páginas do *Correio Braziliense*, primeiro jornal diário da nova capital, impressiona como as atividades estatais de assistência social eram destacadas pelo papel que elas exerciam na logística das remoções de populações. Isso explica, de certo modo, como se naturalizavam medidas inconstitucionais, pois era a partir de providências desse tipo que o trabalho assistencial mostrava resultado no contexto brasiliense.

Desde 1963, a Fundação do Serviço Social aparece como ente integrante do arranjo que possibilitaria a “operação retorno”. Sobre isso, uma manchete publicada em maio daquele ano dá atestado de como a interdição do direito de ir e vir a determinados grupos de cidadãos era visto como positiva:

Apresentada afinal solução concreta para o problema do desemprego no Distrito Federal: Retorno do trabalhador ao local de origem, reinício e início de várias obras em

²⁴⁹ Idem, p. 10.

Brasília e colocação de excedentes em outros pontos do território nacional, alguns dos itens sugeridos ao prefeito Ivo de Magalhães.²⁵⁰

Em seguida, a matéria do periódico relata o papel da Fundação do Serviço Social no cadastramento das pessoas e famílias potencialmente alvos da “política pública” de expulsão do território da capital:

Trabalhos iniciais. Inicialmente devem ser realizados os seguintes trabalhos:

I – Cadastramento de toda mão-de-obra desocupada no DF, a ser realizado na Divisão de Coordenação de Mão-de-obra, com o auxílio dos Postos do CDOC, da Fundação do Serviço Social, este trabalho já está em andamento.²⁵¹

Em abril de 1964, o tema mais uma vez é tratado e novamente esse papel é reforçado, já no contexto de execução do plano de retorno:

Com referência ao problema da mão de obra desempregada em Brasília, que chegou a gerar há pouco tempo graves tumultos na Cidade Livre e em Taguatinga, a sala de imprensa da Prefeitura do Distrito Federal vem distribuir a seguinte Nota Oficial.

O Grupo de trabalho esclarece à população de Brasília e das Cidades Satélites do Distrito Federal o seguinte:

1 – Em virtude da falta de emprego para atender à mão de obra dos desempregados de Brasília, está sendo providenciado sob a responsabilidade da PDF e da Novacap, o retorno dos desempregados que desejam voltar para seus lugares de origem.

[...]

4 – Os interessados deverão procurar a Fundação do Serviço Social em suas cidades satélites ou Serviço Social na Estação Rodoviária para os residentes no Plano Piloto.²⁵²

Dessa forma, entende-se o porquê de a *Experiência da LBA no Distrito Federal* mostrar, em suas primeiras páginas, essa faceta do que era considerado um trabalho assistencial. Apesar de o trecho acima ressaltar que o desejo de voltar era uma premissa para a medida, o que ocorria era um ambiente tenso de coerção para o retorno e, nesse aspecto, a referência aos “graves tumultos” deixa muito espaço para problematizações. E o que dizer de “esclarece à população de Brasília e das Cidades Satélites”? Novamente, manifesta-se a visão implícita, bastante difundida naquela época, de se considerar Brasília como sendo o Plano Piloto.

A história oficial do Distrito Federal costuma dar ênfase ao Plano de Metas e à decisão política de Juscelino Kubitschek para a mudança da capital, como se tivesse havido uma recuperação repentina da ideia concebida pela conhecida missão chefiada por Luís Cruls, no século XIX. Entretanto, a transferência da capital, além de ter sido constitucionalizada na

²⁵⁰ *Correio Braziliense*, de 26 de maio de 1963, p. 7. Consultado em: 28 de abril de 2022.

²⁵¹ *Correio Braziliense*, de 26 de maio de 1963, p. 7. Consultado em: 28 de abril de 2022.

²⁵² *Correio Braziliense*, de 14 de abril de 1964, p. 7. Consultado em: 28 de abril de 2022.

Primeira República e em 1946, foi sendo amadurecida por meio de, pelo menos, quatro estudos realizados nas décadas de 1940 e 1950 que antecederam a eleição de JK. Ademais, existiam obras de infraestrutura e uma pista de pouso destinada a servir para visitas técnicas de planejamento antes do pleito de 1955, da elaboração do Plano de Metas e da realização do concurso para escolha do projeto urbanístico do Plano Piloto, vencido pelo escritório de Lúcio Costa.²⁵³

Como derivação da ideia de que o referencial urbanístico único de Brasília tenha sido o projeto vencedor do concurso feito no Governo JK, narra-se comumente que a criação de cidades-satélite - distantes do centro, a partir de remoções de populações que moravam perto das obras - tenha sido feita no improviso, sob o argumento de que o célebre plano que gerou o conjunto urbano tombado em 1987 como Patrimônio Mundial da Humanidade não as previa. Ocorre que projetos de remoção foram materializados antes mesmo da transferência da capital, com a criação de Taguatinga, em 1958, Sobradinho, em 1959, seguidas pelo Gama, já em 1960. Assim, no ano em que o relatório do Serviço Especial de Brasília apreciado neste capítulo foi escrito, esses eram os três núcleos que haviam recebido pessoas removidas do Plano Piloto.²⁵⁴

A justificativa da imprevisibilidade foi sendo construída desde o início da existência da cidade, com suporte em ideias como a de que as pessoas que trabalhariam para construí-la voltariam para os seus locais de origem após a realização do trabalho. No próprio documento *Experiência da LBA no Distrito Federal*, essa formulação é apresentada. Assim, uma vez que os fatos não coadunaram com as expectativas, supostamente por culpa daqueles que não retornaram, teria sido produzida, abruptamente ou por acidente, a segregação entre Plano Piloto e cidades-satélite.

Ocorre que, como demonstrou o historiador Guilherme Oliveira Lemos, a configuração socioespacial e racial do Distrito Federal não seria exclusivamente tributária da Carta de Atenas, manifesto modernista de 1933 que inspirara o projeto do Plano Piloto. Nesse sentido, destaca-se a escola urbanística anglo-saxônica, constituída inicialmente pelos trabalhos do inglês Ebenezer Howard (1850-1928) e do escocês Patrick Geddes (1854-1932), e que tinha na criação dos núcleos-satélites um paradigma. Assim, a segregação centro (Plano Piloto) e periferia (cidades-satélite) empreendida no Distrito Federal teve como subterfúgio principal a preservação do “cinturão verde” em torno da área central, a ser deixado inabitado, numa organização socioespacial conhecida pela expressão “cidade-jardim”. Esse esquema é, precisamente, a maior

²⁵³ LEMOS, Guilherme Oliveira. *No dilacerar do concreto: as histórias dos apartheids entre as satélites de Brasília e as townships de Joanesburgo (1955-1971)*. Tese de Doutorado em História, Universidade de Brasília, 2022.

²⁵⁴ Idem.

herança de Ebenezer Howard para o urbanismo moderno, tendo inspirado incontáveis reformas urbanas e construções de novas cidades no decorrer do século XX. Sendo um produto da segunda metade do século XIX, o urbanismo da “cidade-jardim” não se constituiu de forma impermeável ao contexto oitocentista europeu em que o “racismo científico” exercia ingerência sobre amplas áreas do conhecimento. Sabe-se que tanto Ebenezer Howard como Patrick Geddes mantinham relações com a Sociedade Eugênica Britânica e, portanto, simpatizavam com a racionalização das teorias raciais pelas quais, de fato, se procedeu à substituição do racismo colonial, surgido entre os séculos XV e XVI, por um racismo adaptado aos novos tempos de primazia do pensamento científico.²⁵⁵ O próprio Francis Galton (1822-1911), considerado o primeiro teórico da eugenia, propunha um modelo de cidade, denominado *Kantsaywhere*, em que “os cidadãos se guiam pela raça e não por ações individuais. Os casamentos arranjados conforme melhora genética são a garantia da descendência de uma raça superior. O objetivo final dessa comunidade é a criação de humanos perfeitos”.²⁵⁶

Por sua vez, Geddes introduziu a noção de que as cidades são organismos vivos especializados nas transmissões sociais, e que essas transmissões, no sentido da hereditariedade do termo, que dizem respeito à cultura, à nacionalidade, à raça, à religiosidade e ao caráter, devem ser manipuladas à moda eugênica. Assim, como sintetizado por Lemos, “se a cidade é objeto primário da evolução humana e se ela transmite as heranças ancestrais para os seus descendentes, seria necessário o controle das heranças indesejadas que permeiam as cidades”.²⁵⁷ Esse debate, dentro das divisões próprias da eugenia, entre os que acreditavam que caracteres podem ser adquiridos do meio ambiente e os que negavam a possibilidade de alterar qualquer traço geracional na interação social, corporificou-se em duas vertentes de manejo urbano. Ao passo que a primeira vertente influenciou as reformas e remoções urbanas, a segunda fez um pilar das políticas de segregação. Esse quadro pode ser observado tanto em Brasília como em Johannesburgo, objetos do estudo transnacional em referência.

A ideia de cidade-jardim nasce, com efeito, como tentativa de solucionar o problema da atratividade que os centros urbanos exerciam sobre as pessoas em busca de salário, oportunidades e diversão, acarretando, segundo essa perspectiva, disfunções, como o desemprego, trabalhos distantes e especulação imobiliária. Para isso, Howard prescrevia um modelo de “Cidade-Campo”, onde a atratividade exercida pelo “campo”, em atributos como beleza natural, água abundante, ar puro e baixos aluguéis, equilibraria a sobrecarga causada

²⁵⁵ Idem.

²⁵⁶ Idem, p. 112.

²⁵⁷ Idem, p. 116.

pela cidade. Acontece que essa “lei da atratividade” postulada era completamente distópica. É incomum que as pessoas escolham onde morar a partir de suas preferências, mas sim pelas suas necessidades. Essa foi, aliás, uma motivação importante do êxodo rural, como o contexto de atuação da instância Avis da LBA evidenciou.

Essas falsas premissas levaram Howard a prescrever os cinturões ambientais em torno das cidades-jardim e a sua permanente preservação, sob o pretexto da melhor interação homem/ambiente, biologizando o manejo urbano mediante conceitos abstratos de matiz darwinista social. Dessa forma, conforme Guilherme Oliveira Lemos:

A criação desses espaços livre e amplos no ambiente urbano promove, ao contrário do que Howard imaginava, o crescimento da especulação imobiliária.

[..]

As áreas de moradia próximas aos parques e espaços amplos tem, no mercado, um valor agregado, já que estão disponíveis, em determinados horários, apenas para os moradores daquele setor. Moradores selecionados segundo princípios eugênicos

[...]

A tradução das ciências eugênicas para o urbanismo foi realizada sob o pretexto e forte argumento da preservação ambiental.²⁵⁸

No *Plano para Localização da Nova Capital*, de 1955, um dos quatro estudos mencionados anteriormente que antecede o concurso do Plano de Metas já se considerava que as remoções forçadas seriam necessárias e que, para isso, seriam feitos núcleos-satélites. Outra evidência explícita da solidez desse direcionamento seriam os conselhos do sul-africano William Holford (1907-1975), consultor do concurso urbanístico para a construção da Nova Capital, que também adiantavam a intenção de segregar populações para longe do Plano Piloto.²⁵⁹

É notória a semelhança da descrição das cidades-jardim, com seus amplos espaços verdes e o Plano Piloto. Da mesma forma, ao longo dos primeiros anos de existência, bem como no decorrer de sua trajetória, Brasília teve sua organização espacial justificada aparentemente pela necessidade de preservação ambiental das águas da bacia do Lago Paranoá (represa artificial criada com as águas de quatro ribeirões, próxima ao centro da cidade), estando esse argumento articulado com o da inevitável remoção e expulsão de populações do perímetro do Plano Piloto e de seu “cinturão verde”. Essa associação ilumina parte das razões pelas quais esses novos núcleos urbanos criados de forma precarizada, denominados cidades-satélite, foram sendo colocados a dezenas de quilômetros. Não fossem a articulação interna de seus habitantes,

²⁵⁸ Idem, p. 123-125.

²⁵⁹ Idem.

as reivindicações e as invenções de novas formas de existência e compartilhamento do espaço, a trajetória desses locais poderia ter sido de prolongado abandono estatal.

A digressão ora realizada sobre o advento da ideia de “cidade-jardim” serve para consolidar a percepção de que, nesse contexto, não restaria outro papel a ser exercido por uma instituição de assistência social oficial do Estado que não participar do procedimento de higienização do centro do Distrito Federal. A menção que *Experiência da LBA no Distrito Federal* faz às remoções e expulsões da cidade integram uma trajetória da assistência no exercício desse papel. Ernesto Silva, um dos primeiros diretores da Novacap, em artigo escrito em 1965, sobre a história da assistência social no Distrito Federal, testemunha esse fato já na criação de Taguatinga, em 1958:

Em junho de 1958, quando após muita luta e muito persuadimento (sic), iniciamos a transferência de milhares de migrantes, instalados junto ao Núcleo Bandeirante, para a localidade que depois se denominaria Taguatinga, as primeiras famílias que lá chegaram já encontraram o carro volante das Pioneiras Sociais, com médicos, dentistas e medicamentos.²⁶⁰

Sob o argumento da preservação ambiental e estabelecida de forma precária, sem equipamentos públicos, Taguatinga se situava a cerca de 30 quilômetros do Plano Piloto, na margem externa da Estrada Parque do Contorno (EPCT), justamente criada para delimitar o cinturão verde que isolaria Plano Piloto de outros núcleos urbanos do Distrito Federal.²⁶¹ A assistência social participava pacificamente convencendo os moradores a realizarem a mudança, bem como articulando para que tímidas ações de ajuda material ocorressem na chegada das pessoas ao novo local de moradia, no caso, com a Fundação Pioneira Sociais, instituição filantrópica fundada pela então primeira-dama brasileira, Sarah Kubitscheck.

Quando as obras de Brasília estavam ocorrendo, a Novacap realizava um processo de triagem para a eventual colocação profissional dessas pessoas no Instituto de Colonização e Imigração. Os que eram encaminhados para as obras geralmente dispunham de alojamento feitos pelas empresas construtoras. Entretanto, muitos foram os que tiveram que improvisar moradia, de modo que surgiram as denominadas “Vilas”, como a Vila Telebrasilíia, Cidade Livre, Vila Planalto e Vila Amaury. Esta última, cujo nome faz referência ao funcionário da Novacap Amaury Almeida, que trabalhava diretamente com os novos ingressos na capital, seria

²⁶⁰ Depoimento de Ernesto Silva. *Correio Braziliense*, de 14 de novembro de 1965, p. 2. Acesso em: 27 abr. 2022.

²⁶¹ OLIVEIRA, Diego Martins dos Santos. *Brasília entre traços, regimes e o concreto: a segregação socioespacial como projeto de Capital (1958-2010)*. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília: 2021.

inundada pelas águas do Lago Paranoá, e a remoção de seus moradores não passou despercebida pelo *Boletim da LBA*, o principal periódico oficial de assistência social do país:²⁶²

Visando à transferência da população de Vila Amaury para as cidades satélites de Taguatinga e Sobradinho, uma comissão especial foi constituída para proceder aos estudos necessários, tendo já entregue seu relatório ao diretor da Novacap, sugerindo as medidas de ordem prática para a efetivação da medida.

Vila Amaury, solução de emergência para resolver o problema das favelas de Brasília, situa-se em terrenos próximos à Praça dos Três Poderes da futura Capital Federal, a serem inundados pelas águas do lago. São cerca de 4000 famílias a se deslocarem, exigindo, portanto, um planejamento de sua instalação nas novas áreas que lhes estavam destinadas.

As medidas de ordem social foram objeto de estudos da Comissão especial em referência, que chegou a conclusões inclusive quanto aos critérios de prioridade para mudança, incumbindo-se o Serviço Social do CBESB da seleção.²⁶³

Atividade de “ordem social” era como se denominavam as remoções dos moradores. Tratava-se de uma instituição de assistência social, à época representada pelo Conselho de Bem-Estar Social de Brasília, que deveria contribuir para a imposição da “ordem” hegemônica social com a seleção e o cadastramento dessas pessoas. Em 1961, seria criada a Fundação do Serviço Social, e o relato do dirigente Valter Cruz, que liderou tanto o CBESB como posteriormente a Fundação, confirma que a pobreza no Distrito Federal era encarada precipuamente como um tema de higienização, de afastamento do “problema” da área central, e como esse trabalho ocupava a maior parte do manejo assistencial na capital.

Lamentou o senhor Valter Cruz, presidente do Conselho de Bem-Estar Social de Brasília (CBESB), organismo fundado nesta Capital já há três anos que a nova Fundação do Serviço Social, criada pelo Prefeito Paulo de Tarso, dentro da estrutura administrativa de Brasília, não tenha ainda os recursos indispensáveis para o seu trabalho. Não será com uma assistente social que resolverá o problema dos desajustamentos de Brasília, nem será com os recursos atuais que se transferirão para as cidades satélites os trabalhadores da Cidade Livre ou das invasões que enfeiam o Plano Piloto. Esse trabalho de transferência compulsória foi feito de forma bem planejada pelo CBESB, nos primórdios de Brasília, programa que só não foi levado a cabo, por dificuldades de ordem administrativa que surgiam, sem que os responsáveis quisessem adotar soluções lógicas, sempre em circunstâncias alheias às possibilidades do CBESB.²⁶⁴

²⁶² BASQUES, Victoria. *Vila Amaury, uma cidade submersa*: a 38 metros de profundidade, o Lago Paranoá esconde um lugar que um dia abrigou mais de 15 mil trabalhadores. Brasília, 2018. Disponível em: <https://medium.com/esquinaonline/vila-amaury-uma-cidade-submersa-9b3e48dc8d12>. Acesso em: 4 jun. 2022.

²⁶³ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA nº 103*, jan. de 1960, p. 30.

²⁶⁴ *Correio Braziliense*, de 25 de julho de 1961, p. 7. Consultado em: 28 de abril de 2022.

Cabe ressaltar que a Cidade Livre, a que se faz referência, foi um dos exemplos exitosos de articulação entre os moradores para impedir a expulsão da área central, constituindo a cidade do Núcleo Bandeirante.²⁶⁵ Na expressão “invasões que enfeiam” o Plano Piloto, a ideologia excludente (invasões) e racialmente marcada (enfeiam) se torna bastante evidente. No ano seguinte, à frente da Fundação do Serviço Social, reporta-se como o dirigente destaca o apoio prestado para solucionar a questão do “excedente de mão-de-obra”, por meio da expulsão de moradores do Plano Piloto para as cidades-satélite.

A documentação firmada pelo diretor da entidade, sr. Walter Cruz, adiante inicialmente, que o quadro do pessoal da Fundação do Serviço Social totaliza 136 funcionários com 29 funções gratificadas, informa também o relatório encaminhado ao curador de resíduos do DF: o órgão colaborou com a colocação, em outras partes do país, do excedente de mão-de-obra de Brasília a fim de aliviar a crise do desemprego nesta Capital; realizou a chamada “operação barraco”, transferindo conjuntamente com outros órgãos municipais, invasores do Plano Piloto para as Cidades Satélites.²⁶⁶

Em matéria de 1965 intitulada “Interiorização”, na qual se relata a ida da então presidente da LBA a Brasília, no contexto da criação e do início de funcionamento do Serviço Especial de Brasília, o *Boletim da LBA* noticia a construção dos Centros Sociais, que funcionariam no Plano Piloto, em Taguatinga e no Gama:

Também os desajustamentos causados pelas populações flutuantes de Brasília e cidades satélites vêm sobressaltando as autoridades e aos encarregados do Bem-Estar Social. À LBA, o fato não está passando despercebido. Tanto é assim que a Sra. Presidente por várias vezes, têm viajado à Brasília e cidades circunvizinhas, onde está sendo construída uma rede de Centros Sociais, destinada a assistir às populações daquelas localidades.²⁶⁷

Ocorre que as atividades que se transcorriam nesses centros, como cursos de alfabetização, de formação de empregadas domésticas, corte e costura, cursos para adolescentes, artesanato, não ofereciam qualquer suporte material ou imediato a essas pessoas. As únicas perspectivas que propiciavam eram de médio e longo prazos, para futura integração num mercado de trabalho de serviços.

Por fim, cabe destacar que o Poder Público que autoriza remoções e impede o desembarque de pessoas era o mesmo que construía e financiava de maneira amigável imóveis confortáveis na região central da cidade para funcionários públicos que nem mesmo tinham vindo para Brasília ainda. Antes de partirem do Rio de Janeiro, qualquer empecilho habitacional

²⁶⁵ OLIVEIRA, Diego Martins dos Santos. *Brasília entre traços, regimes e o concreto: a segregação socioespacial como projeto de Capital (1958-2010)*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, 2021.

²⁶⁶ *Correio Braziliense*, de 10 de julho de 1962, p. 8. Consultado em: 28 abr. 2022.

²⁶⁷ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Boletim da LBA nº 116*, jan. a dez. de 1965, p. 18.

seria resolvido de antemão pelo Poder Público, como evidencia esse relato sobre a construção de casas, para funcionários públicos, de mais de 250 m², evidencia:

300 casas serão construídas na Asa Norte – comercial: HP3. O diretor do departamento Imobiliário da Caixa Econômica informou que cerca de 300 casas serão construídas proximamente na avenida W3-Norte, em local equivalente ao das HP3 da Asa Sul, dando início às construções residenciais naquela artéria da Asa Norte. Esclareceu que estas casas estão destinadas aos funcionários do Ministério da Educação e Minas e Energia.²⁶⁸

Ironicamente, a página anterior àquela que fazia referência ao alto padrão de acomodação da burocracia certamente composta pela metade branca da população menciona o nível insalubre de moradia que certamente compõe a metade negra da população. E, nesse caso, a própria reportagem traz uma fotografia que corrobora essa afirmação, infelizmente em péssima resolução.

Invasão degradante: A invasão das superquadras 309 e 310, que abriga mais de cem famílias, em sua maioria, de desempregados, constitui um dos mais tristes e deprimentes quadros da Capital Federal. A ausência de condições sanitárias ali é completa, Crianças brincam nos monturos de lixo espalhados em toda área e a única água que dispõem os que ali residem é cedida pelo pastor da Igreja Episcopal. A foto acima dá uma ideia daquele núcleo habitacional, que está a reclamar a atenção das autoridades competentes.²⁶⁹

O contraste é gritante no tratamento dado aos “funcionários” e aos “invasores”. A questão que se coloca é sobre qual seria a “atenção” convocada às “autoridades competentes”: a concessão de habitações dignas na região central, ajuda assistencial e oportunidade de trabalho para os moradores das favelas do Plano Piloto ou a imediata remoção dessas pessoas para um lugar distante, com lote não regularizado e sem ajuda para mão de obra e material de construção? Sabemos a resposta.

3.3. PROBLEMAS DE BRASÍLIA

Experiência da L.B.A no Distrito Federal é um texto técnico em que os agentes públicos se colocam de forma próxima ao trabalho cotidiano e elucida como as pessoas objeto da atuação da instituição eram entendidas, os estigmas que lhes eram imputados, o direcionamento de suas oportunidades e a colocação desses na hierarquia social. Produzido em um contexto de

²⁶⁸ *Correio Braziliense*, de 17 de setembro de 1965, p. 8. Consultado em: 28 de abril de 2022.

²⁶⁹ *Correio Braziliense*, de 17 de setembro de 1965, p. 9. Consultado em: 28 de abril de 2022.

pauperização generalizada, abordava a resposta da instituição assistencial a essa situação. Entretanto, essa resposta a “Alguns problemas de Brasília” - título sob o qual são organizadas as informações sobre desemprego, saúde, mãe solteira e habitação - reproduzia uma estratégia de segregação e exclusão.

Nesse sentido, o fim das obras de construção da cidade e o fluxo contínuo de pessoas são sempre colocados como elementos centrais desses “problemas”. Relata-se que, entre 1956 e 1961, teria sido possível absorver os trabalhadores que vinham para a capital, uma vez que as “empresas responsáveis ofereciam alojamento e alimentação para seus funcionários”.²⁷⁰ A inauguração da cidade teria falido as firmas construtoras, “interrompendo suas obras, deixando centenas de desempregados, de uma hora para outra, sem nada”.²⁷¹ Além dessa externalidade conjuntural, passa-se a culpabilizar os trabalhadores que não foram embora após o término das obras:

Como é de se esperar, muitos foram os que fizeram suas economias e conseguiram retornar à sua terra em boas condições econômicas, capacitados a comprar sua casa, seu sítio, ou mesmo se estabelecer-se. Por outro lado, uma imensa maioria cuidava apenas de gastar o que ganhava, sem a mínima preocupação com o futuro que os aguardava.²⁷²

Esse trecho demonstra que a ideia creditada por Lúcio Costa (1902-1998) ao presidente da Novacap, Israel Pinheiro (1896-1973), de que “um terço dos trabalhadores voltariam a seus locais de origem”,²⁷³ não era mera abstração de um dirigente, mas integrava a racionalidade do período. E mesmo os que voltavam para seus “locais de origem” eram responsabilizados pela continuidade do fluxo migratório, pois

[...] se encarregavam de fazer a falsa propaganda a respeito da Capital, propiciando aos mal avisados que vendessem o pouco que tinham e se deslocassem com famílias inteiras nos tristes paus de arara em viagens intermináveis à procura deste Eldorado que pensavam ser Brasília.²⁷⁴

²⁷⁰ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Serviço Especial de Brasília. *Experiência da LBA no Distrito Federal*. Brasília, 1965. p. 14. Novamente, o valor histórico do filme *Conterrâneo velhos de guerra* concorre para ressaltar que não houve momento idílico na construção de Brasília, havia alta periculosidade e mortandade na lida das obras. E não há estatísticas disponíveis, pois se agia para que os cadáveres dos trabalhadores fossem rapidamente ocultados após acidentes fatais. Esse crime de ocultação também teria ocorrido em 8 de fevereiro de 1959, quando reclamações sobre a qualidade da comida levaram a Guarda Especial de Brasília a metralhar o acampamento da empresa Pacheco Fernandes.

²⁷¹ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Serviço Especial de Brasília. *Experiência da LBA no Distrito Federal*. Brasília, 1965. p. 15.

²⁷² Idem.

²⁷³ OLIVEIRA, Diego Martins dos Santos. *Brasília entre traços, regimes e o concreto: a segregação socioespacial como projeto de Capital (1958-2010)*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, 2021. p. 38.

²⁷⁴ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Serviço Especial de Brasília. *Experiência da LBA no Distrito Federal*, p. 15.

Tinha-se a percepção de que a migração para Brasília era um erro de “indivíduos à procura de vantagens conferidas pela Nova Capital”,²⁷⁵ que tinham sido “impelidos por informações errôneas e ilusórias”²⁷⁶ de que a nova cidade daria “boas oportunidades e melhoria de vida”.²⁷⁷ Nesse sentido, entendia-se a migração como uma escolha, e não como uma necessidade, e ressaltava-se que o desemprego, a raiz dos problemas identificados pelo relatório, cuja causa era o fim das obras e a migração, seria causado pela

[...] grande afluência de pessoas sem qualquer preparo profissional, atraídas pela possibilidade de fácil colocação durante a construção da Nova Capital; analfabetismo; não conhecimento da Legislação Social e Trabalhista; nenhum preparo especializado quanto à mão-de-obra, o que gerou o operário improvisado e a consequente desvalorização do trabalho.²⁷⁸

Nesse sentido, a saída dessas pessoas do território do Distrito Federal e, especialmente, do Plano Piloto, era considerada uma grande solução, e a primeira atividade diante do desemprego destacada no relatório seria o “valioso encaminhamento ao Estado do Paraná” de alguns trabalhadores:

A Fundação do Serviço Social concedeu ajuda ao desempregado que quisesse se deslocar para trabalhos no Estado do Paraná, que oferecia mão-de-obra (fins de 1961 e início de 1962), e promoveu o estímulo ao artesanato, cursos de corte e costura a artes domésticas; cursos de bombeiros, eletricitas e refrigeração, em convênio com o Ministério da Educação e Cultura, tecelagem, em colaboração com a Novacap, e, recentemente, criou o Serviço Social do Trabalho.²⁷⁹

A população de Brasília se aproximava de 300 mil pessoas, muitas das quais taxadas pelo SEB como despreparadas, responsáveis pelos roubos, pela mendicância e pelo surgimento das “favelas, as chamadas invasões, em todos os cantos do Plano Piloto e nas Cidades Satélites”.²⁸⁰ Essa particularidade de denominar os assentamentos pobres de Brasília como invasões indica a severidade com que a questão do possível pertencimento ao local era tratada. Esse apartamento da maioria não era passivamente aceito, e o próprio relatório faz referência

²⁷⁵ Idem, p. 16.

²⁷⁶ Idem, p. 17.

²⁷⁷ Idem, p. 20.

²⁷⁸ Idem, p. 9.

²⁷⁹ Idem, p. 11.

²⁸⁰ Idem, p. 15.

aos casos de “subversão” e de “quebra-quebra pelo não atendimento dos pedidos de ajuda dessa população”.²⁸¹

Para além dos juízos acerca da migração, suas causas e consequências, como o SEB entendia seu papel – e, portanto, o da assistência social – nesse contexto? Uma passagem sobre a insuficiente oferta de atendimento nos três hospitais existentes, o do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), o Hospital Distrital de Brasília e o Hospital São Vicente de Paula, construído pelas Pioneiras Sociais, sintetiza essa resposta apropriadamente:

[...] concluímos que a criação do SEB, com seus setores funcionado em conjunto e harmonicamente, veio a significar mais um esforço no sentido de melhorar as condições de vida da grande parcela de desempregados, de mães e crianças desamparadas que vivem no Distrito Federal, procurando, antes de tudo, darem condições de proverem seu próprio sustento, sem apelar para a caridade alheia ou eternamente às expensas de Instituições de Assistência Social. Atingindo tal propósito, tais indivíduos deixarão de significar um peso para a sociedade, tornando-se elementos capacitados a produzir em prol do bem comum.²⁸²

Para o SEB, os sujeitos de sua atuação eram os desempregados, para os quais este deveria dar “condições de proverem seu próprio sustento”, o que o SEB fazia muito mais da ótica do reajustamento, da educação moral, cívica e social, do que de outras formas. Eram quase inexistentes ações que propiciassem alimentação, habitação e educação dignas, sem as quais seria impossível interromper o ciclo da pobreza. Assim, diante de um plano urbano segregacionista, restava alimentar a ideologia de que essas pessoas eram culpadas pela própria situação e que se aproveitariam o quanto pudessem da “caridade alheia”.

Além de serem culpabilizados, constituiriam um “peso para a sociedade”. E quem seria “a sociedade”: os funcionários públicos dos estratos mais altos que vieram do Rio de Janeiro, com casa e emprego garantidos? Percebe-se uma controversa diferenciação entre quem é “a sociedade” e quem não o é, e esse “peso” existiria justamente porque aqueles que compõem o segundo grupo superlotam os hospitais que deveriam ser apenas da “sociedade”. Por evidente, não brancos conformam o contingente do “peso”, percepção que organiza a realidade, as instituições, as cidades e a vida nacional em diferentes períodos e contextos históricos, de forma ininterrupta, e condiciona a existência de todos, brancos e não brancos, redatores e não redatores do relatório do Serviço Especial de Brasília. Não se pode individualizar os juízos presentes no relatório apenas às pessoas que efetivamente o escreveram – eles expressam a disposição das

²⁸¹ Idem, p. 10.

²⁸² Idem, p. 17.

relações interpessoais e institucionais da coletividade, bem como sua organização política e econômica.²⁸³

A despeito do que o termo pode sugerir, os desempregados – apresentados como sujeitos-problema – trabalham, de forma precarizada, sem vinculação à Previdência Social e à Legislação Trabalhista, auferindo quantias insuficientes para a manutenção de suas famílias:

Os três tipos de trabalho mais utilizados como recursos para a subsistência da família, cujo chefe está desempregado, são: o trabalho do homem como biscateiro, trabalho do menor como engraxate, jornaleiro etc. trabalho da mulher como lavadeira, passadeira, costureira.

Famílias passaram a viver do trabalho dos Chefes, como biscateiros, isto é, faxina em apartamentos, venda ambulante de frutas, verduras, arranjos florais etc.²⁸⁴

O termo “biscateiros”, associado aos homens, significa trabalho ou serviço de pequena importância e não regular. Também tem o sentido de restos de qualquer coisa. Deriva da palavra “biscato” – a comida que as aves trazem no bico para os filhos; e a origem latina seria *vescus*, algo que come pouco. As mulheres, mesmo que fazendo trabalho análogo ao que é considerado biscate para os homens, não são assim designadas, talvez porque, para elas, o termo se referiria à vida sexual promíscua. Nos dois gêneros, há uma conotação desclassificatória. Chama a atenção que diversas palavras da gramática desta pesquisa, tais como eugenia, puericultura, cidades higienizadas, reforma social da Igreja, relacionam-se, na longa duração, com o final do século XIX. Biscate pode ser outra dessas quando se verifica, por exemplo, que as ocupações assim classificadas guardam semelhança com as que eram realizadas pelos ganhadores e ganhadoras, descritos por João José Reis na cidade de Salvador:

Como os domésticos, os trabalhadores de rua eram, sobretudo, escravos e libertos nascidos na África e seus descendentes. Foram chamados ganhadores e ganhadeiras. Os homens se ocupavam em geral do carregamento de pessoas (em cadeiras de arruar) e objetos de todo tipo e tamanho, enquanto as mulheres deambulavam pelo espaço urbano a vender toda sorte de mercadoria, entre outros afazeres que as obrigavam a sair às ruas.²⁸⁵

Não se trata de aprisionar pretos e pardos, que eram muitos dos migrantes, ao escravismo. O ganho foi responsável pela liberdade e pela conquista da alforria de inúmeras pessoas e em torno do qual se deu a primeira ou uma das primeiras greves de trabalhadores no

²⁸³ ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

²⁸⁴ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Serviço Especial de Brasília. *Experiência da LBA no Distrito Federal*. Brasília, 1965. p. 12 e p. 10.

²⁸⁵ REIS, João José. *Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Brasil. Esse foi, inclusive, um feito de escravizados e libertos e quem sabe até nascidos livres. O argumento é de que as condições de vida e de trabalho dos sujeitos não brancos (e, por consequência, também os da branquitude) carregam camadas de significados, que perpassam os períodos. A história do trabalho é a história do ganho, assim como o é também a dos biscates.

Um desses sentidos que *Experiência da LBA no Distrito Federal* apresenta em abundância é a ideia de que esses trabalhadores eram irresponsáveis, oportunistas e resistentes ao trabalho. Lúcio Kowarick, ao tratar do trabalho livre no Brasil na virada do século XIX para o XX, argumenta que “ao longo dos tempos formou-se um imaginário social que colocou essa população livre despossuída na categoria de vadios, e sobre ela desaba a pecha de indigentes, indolentes e desqualificados para o trabalho disciplinado e regular”.²⁸⁶

Como dito anteriormente, em 1965, a LBA adentrava no paradigma da “educação para o trabalho”, com a criação do Departamento de Educação para o Trabalho, e o Serviço Especial de Brasília contava com o Setor de Educação para o Trabalho. Um dos cursos que se pretendia desenvolver era justamente de “senso de responsabilidade”, pois havia o entendimento de que seu público era descompromissado e oportunista. E qual era a categoria considerada mais irresponsável? Justamente a dos biscateiros:

A falta de responsabilidade é notada, com maior frequência no biscateiro que na mor das vezes, sem apresentar justificativa, descumpra os compromissos assumidos. Outras vezes, movidos pela necessidade de ganho ou impressionados com a aparência das casas, cobram preços exorbitantes.²⁸⁷

Essa “educação para o trabalho” visava à preparação profissional apenas para as profissões incompatíveis com outros segmentos sociais e a baixos salários. Por exemplo, o SEB pretendia organizar cursos, como o de formação para o lar e de empregadas domésticas, sapateiro, corte e costura e artesanato.²⁸⁸ Nesse contexto, o serviço doméstico tem centralidade, mas sobre ele também incidia o estigma da incompetência, com menção ao “despreparo da moça da hinterlândia para o trabalho em casas de família”.²⁸⁹ Senão vejamos, um exemplo:

Esta tem, em Brasília, situação idêntica à das empregadas de outras cidades, no tocante à segurança do trabalho, somente que as da Nova Capital, são provenientes, na maioria,

²⁸⁶ KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2019. p. 133.

²⁸⁷ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Serviço Especial de Brasília. *Experiência da LBA no Distrito Federal*, p. 13. Brasília, 1965.

²⁸⁸ Idem.

²⁸⁹ Idem, p. 9.

do interior, apresentando os mesmos problemas dos demais trabalhadores, isto é, falta de preparo para o exercício da profissão.²⁹⁰

Já as trabalhadoras domésticas que mantinham boas relações com empregadores eram tidas como automaticamente empregáveis, supostas exceções às regras do despreparo e da irresponsabilidade, como se a culpa pelo desemprego fosse da própria pessoa desempregada:

Nesse aspecto, as mulheres se revelam mais responsáveis. Em geral, cumprem melhor seus compromissos. Quando boas passadeiras e costureiras, não lhes falta trabalho em casas de família, que chegam a pagar três a quatro mil cruzeiros por dia.²⁹¹

O que se percebe é que, frequentemente, as resistências dos trabalhadores e das trabalhadoras em se adequar a um modelo que lhes imputava o papel de solícito serviçal - trabalhando em condições insalubres, sem tempo para cuidar de si próprios e dos seus, ganhando, vivendo e se alimentando muito mal - são classificadas como mera expressão de irresponsabilidade. Afirma-se, por exemplo, que há desinteresse, pois “os preconceitos contra o trabalho doméstico e o pouco valor que lhe é atribuído pela própria classe são causas do desinteresse pelos cursos de especialização, que lhes são propiciados, pelo menos na medida em que seria de se esperar”.²⁹² E complementa:

Entretanto pedem altos salários e fazem muitas exigências. Em geral são liberadas cedo das tarefas domésticas para as aulas de alfabetização, e outros cursos à noite. Tudo indica que já se verifica certo abuso quanto a isto e, não raramente, surpreendem-se anúncios em jornais da cidade com os dizeres: Precisa-se de empregada não estudante.²⁹³

Ou seja, a resistência de empregadas domésticas e biscateiros a se conformarem ao molde que lhes é destinando, impondo-se em negociações de trabalho, em aspectos como a jornada, remuneração e o tempo para estudo, é justamente uma das causas para que sejam taxados de irresponsáveis, ignorantes e despreparados. Esses qualificativos servem, portanto, para impingir-lhes a serem dóceis, a aceitarem os salários e as condições de trabalho oferecidas. Trabalhadores bons são aqueles que não contrariam a hierarquia social e racial que estabelece, por exemplo, quem pode estudar.

Na imagem abaixo, pode-se observar um provável grupo de empregadas domésticas na companhia de um médico e de uma das redatoras de *Experiência da L.B.A no Distrito Federal*,

²⁹⁰ Idem, p. 13.

²⁹¹ Idem.

²⁹² Idem, p. 11.

²⁹³ Idem, p. 13.

a assistente social Maria Helena Góis. Como se nota, a quase totalidade das mulheres que eram assistidas pelo SEB eram pretas ou pardas, o que evidencia que a segregação “social” e “econômica” tinha cor e evidente caráter racial, impulsionada pela permanência histórica da racialização dos papéis sociais no tecido social brasileiro.



Figura 29 – “Grupo de clientes” com assistente social e médico do Centro Social nº 3, no Gama, 1965 ou 1966.

Álbum de fotografias consultado no arquivo do Ministério da Cidadania.

A acusação sobre o despreparo também atingia trabalhadores da construção civil, para os quais se apontava “falta de capacidade profissional, a ausência de mão de obra especializada, ocasionando a improvisação motivada pela necessidade de ganho”. E aqui se nota o uso da palavra ganho de uma maneira impressionantemente semelhante ao uso de outras épocas. E acrescenta:

O que releva notar é o fato de o nosso operariado, na sua maioria improvisado, consignar na carteira profissional – isto quando a possui – a profissão de servente. Tratando-se de gente vinda do interior do Nordeste, Minas Gerais e Goiás, regiões inteiramente desprovidas de recursos mais imediatos, não poderia, jamais, não fossem as facilidades da lei, apresentar-se com credencial tão genérica e dúbia.²⁹⁴

Como se nota, os operários são classificados como burladores da legislação trabalhista, em sintonia com as demais observações sobre Setor de Educação para o Trabalho. As crianças e os adolescentes eram direcionados para ocupações como auxiliares de bombeiros-hidráulicos, eletricitas, pedreiros, carpinteiros, alfaiates e sapateiros. Eles eram vistos como mais fáceis de serem disciplinados, pois seriam um grupo “bem integrado e despertado para suas

²⁹⁴ Idem, p. 12.

responsabilidades”. Informa-se que a Ação Social do Planalto, ligada à igreja, apoiava o “Pequeno Trabalhador”, orientando engraxates, que recebiam “uniforme e caixa de engraxate financiada. Algumas dessas crianças pertencem ao Serviço Social de Grupo da LBA”²⁹⁵. A imagem abaixo, portanto, capta esse contexto em que a instituição de assistência social e uma organização da igreja promovem o trabalho infantil de crianças pretas e pardas por meio do “Serviço Social de Grupo” como estratégia de disciplinarização de futuros trabalhadores a serem subalternizados:



Figura 30 – Crianças do grupo de “Pequeno Trabalhador” – jornaleiros, 1965 ou 1966, no Centro Social nº 1, Plano Piloto.

Álbum de fotografias do arquivo do Ministério da Cidadania.

Essa perspectiva da preparação profissional seria adequada se conjugada com políticas educacionais, habitacionais, de segurança alimentar, bem como uma política de colocação profissional propriamente dita. No entanto, tudo isso era praticamente inexistente. Como não se resolviam ou dirimiam a escassez de tudo, estereótipos e estigmas eram usados para justificar a inoperância e revelar a ideia de desclassificação de todo um contingente populacional. Chegase a denominá-los de “massa inculta e ignorante”:

O Setor de Serviço Social, com suas pesquisas, suas reuniões de grupo, inculindo nessa massa inculta e ignorante da população um pouco de conhecimento de ordem geral, atuando com seus programas de aulas sobre rudimentos de higiene, conduta profissional, economia doméstica, etc., vem também preparando seus grupos para o Setor de Educação para o Trabalho, selecionando-os segundo suas aptidões, a fim de atingirem às finalidades desse setor, que são aquela de liberá-los da eterna dependência em que vivem por parte da comunidade.²⁹⁶

²⁹⁵ Idem, p. 13.

²⁹⁶ Idem, p. 17.

Ao abordar o “problema da mãe solteira”, os julgamentos que aliam falta de preparo e irresponsabilidade como causas da situação se avultam. Constata-se que, apesar de Brasília ser uma cidade nova, já apresenta “casos tão numerosos e desumanos” que teriam como motivo a “falta formação geral nas mulheres inexperientes vindas do interior do Brasil, somado ao espírito de aventureirismo até hoje reinante em Brasília”. Embora relacione alguns fatores que, de fato, podem ser considerados estruturais para essa situação, como a segregação social, a falta de boas relações de amizade, de recreação sadia, de um bom emprego e de lazer, enfatiza-se que os hospitais atendiam gratuitamente às mulheres grávidas, “sem nenhuma exigência na admissão, nem mesmo quanto à parte material”. Isso era visto como um incentivo para que engravidassem indiscriminadamente. Além disso, as crianças poderiam ser deixadas para a adoção de maneira muito facilitada, no próprio hospital, “sem nenhuma dificuldade para as próprias mães”, o que também constituiria um incentivo.²⁹⁷

De acordo com o que é apresentado como a avaliação da instituição, isso explicaria a ocorrência de fatos como: “As creches estão superlotadas. O desespero diante do problema tem levado certas mães a se livrarem das crianças recém-nascidas ou não, abandonando-as na Estação Rodoviária, atirando-as no roçado ou nas lixeiras dos edifícios de apartamento”.²⁹⁸ O trecho evidencia a dimensão da calamidade que se estava presenciando. Entretanto, o trabalho do Serviço Social da LBA consistia na organização de grupos de mães com foco na importância de se regularizar a situação conjugal. Ou seja, o problema não era a criança ser abandonada e apartada da família, mas o fato de a mãe ser solteira, e entendia-se que um simples papel resolveria a situação. Essa atuação preventiva e jurídica pouco influenciava nas questões de fundo, como a precariedade e instabilidade social. A ênfase na regularização decorria de viés moral, o que fica evidente na afirmação de que “a atuação do Serviço Social da LBA junto à mãe solteira é feita em colaboração estreita com o Serviço Jurídico, que procura neutralizar, por meios hábeis, a sua condição de pária da sociedade”.²⁹⁹

Ao abordar o déficit habitacional que, como relatado no item anterior, tinha destinatários muito bem definidos – os “desempregados” racializados, cujo não lugar era informado por raça e origem regional – e eram alvos de expulsão para as cidades-satélite ou do próprio Distrito Federal, as causas apontadas convergem para a das demais situações, bem como as soluções propostas são igualmente inócuas e segregadoras. A despeito desses fundamentos da exclusão,

²⁹⁷ Idem, p. 18.

²⁹⁸ Idem.

²⁹⁹ Idem, p. 19.

chega-se a sugerir o funcionamento de uma dinâmica inclusiva para os diferentes grupos, na qual quem “se interessava” poderia conseguir uma habitação:

O número de moradias é insuficiente para a população que cresce dia a dia no Distrito Federal. Trata-se de problema *sui generis* da Capital. Os funcionários públicos que vieram transferidos no primeiro ano de existência de Brasília, receberam casa ou apartamentos construídos pelo Governo, não tendo praticamente enfrentado o problema habitacional. Comerciantes e industriais puderam conseguir, também naquela época, lotes por preços razoáveis nos quais construíram suas residências e casas comerciais. O operariado, ou qualquer pessoa que se interessou, pode conseguir lotes no Plano Piloto e nas Cidades Satélites, pagando, pelos mesmos, pequenas prestações à Novacap. Aliás, a situação desses lotes nas cidades satélites somente agora está sendo regularizada, muito embora seus proprietários já viessem neles residindo há mais tempo, em habitações precárias.³⁰⁰

Porém, o narrador indica que as pessoas que “se interessaram” por lotes nas cidades-satélite passaram um longo período com a situação irregular e em “habitações precárias”. E essa insatisfatória situação ocorreu quando ainda havia grande oferta de construções na cidade.

Com o posterior refluxo na oferta de moradias e o concomitante crescimento da especulação imobiliária, esse quadro se agravaria. Enquanto o crescimento populacional – outro fator que acentuaria o déficit habitacional - advindo do funcionalismo era visto como natural e esperado, a vinda de pessoas nas demais situações era considerada ilusória e interesseira: “[O crescimento populacional ocorre] quer pela transferência de novos funcionários ou nomeação de concursados, quer ainda pela chegada de pessoas atraídas pela ilusão de que Brasília dará boas oportunidades e melhoria de vida”. E dessa forma, sendo inverdade o fato de que as habitações estavam disponíveis para quem quisesse “centenas de famílias que não tendo conseguido lotes nas cidades-satélites, não tendo condições econômicas favoráveis, passaram a residir em áreas proibidas, constituindo as chamadas invasões”, ocasionando “desajustamentos de ordem social e moral”.³⁰¹ Ou seja, havia uma parcela da população que era considerada “excedente”, razão pela qual eram taxadas de invasoras e estigmatizadas como desajustadas.

Os redatores do relatório ressaltam que o problema da habitação em Brasília, “no que toca aos funcionários públicos e às invasões”, era mediado pelo Governo, por meio do Grupo de Trabalho de Brasília (GTB) e do Banco Nacional de Habitação (BNH), em convênio com a Sociedade de Habitação Econômica de Brasília (SHEB). Sobre isso asseveraram que:

³⁰⁰ Idem, p. 20.

³⁰¹ Idem.

[...] o GTB deu início às providências para a venda de apartamentos aos legítimos ocupantes, tendo em vista formar fundo para as novas construções. A SHEB iniciou a mudanças de “invasões” para o Conjunto do BNH na Cidade Satélite de Taguatinga. O fato de o problema de habitação, em grande parte, estar a cargo do Governo não impede que a iniciativa privada seja desenvolvida e até estimulada. Entretanto, nota-se a tendência na população pela espera de soluções vindas do Estado. Diante de toda essa problemática, a comunidade, para atingir seus objetivos de bem se organizar, se desenvolver, visando ao ajustamento, à promoção e bem-estar social de sua população está a exigir: a) mobilização e coordenação dos recursos já existentes; b) programas de melhoramentos dos níveis sócio-econômico, cultural e moral da população, através de ação conjunta e integrada; c) organização e eficiente funcionamento de obras e recursos que possam ajudar na solução de problemas comuns.³⁰²

É irônico que, no começo dessa citação, haja uma oposição entre os “legítimos ocupantes” das “novas construções”, implícita referência aos funcionários públicos, e as “invasões”, os migrantes “iludidos”. Sob a ótica dos interesses institucionais, os últimos personificaram a “tendência” de “espera de soluções vindas do Estado”. Este último juízo é, inclusive, contraditório à informação de que a comunidade estaria fazendo exigências.

Diante do exposto, percebe-se como o advento da nova cidade destinada a ser a capital do país mobilizou esforços para manutenção de hierarquias sociais e raciais. Nesse sentido, o Serviço Especial de Brasília inseriu-se dentro desses esforços, participando ativamente dos procedimentos logísticos e ideológicos que buscavam conformar a realidade socioespacial economicamente e racialmente segmentada. No campo das ideias, *Experiência da L.B.A no Distrito Federal* expõe o substrato imaterial e narrativo que corroborava e impulsionava de forma eficiente esse processo de manutenção de privilégios e desvantagens direcionadas e localizáveis. De outro modo, igualmente permite vislumbrar, à contrapelo, a maneira pela qual as pessoas atingidas pelo assédio institucional, midiático e da opinião média pública reafirmaram suas vontades e decisões em ambiente propenso à hostilidade.

³⁰² Idem, p. 21.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomar a LBA como objeto de estudo do racismo no Brasil e deste no mercado de trabalho envolveu encarar o processo de racialização como uma categoria analítica. Nesse sentido, era preciso entender que a raça afeta profundamente a estratificação das classes e que reduzir os fatores que levavam à hierarquização social que a LBA evidenciava a uma perspectiva econômica seria negligenciar como a raça e a classe (e o gênero) atuavam dialeticamente na conformação daquela realidade. Outros fatores como sexualidade, religião, cultura, idioma e idade também cumpriram o seu papel na geração das desigualdades, mas o peso da construção social das raças, neste país, é significativo nessa equação.

A raça é uma categoria social que define consequências e cuja formação é histórica. Analisar os documentos e perceber como a ideologia racial está sendo construída e modificada, como as tensões raciais estão presentes na vida dos grupos sociais racializados, desde a expansão colonialista, como brancos e não brancos, é de grande importância para uma abordagem sincera dos processos históricos de formação da dinâmica social e da vida dos sujeitos nela presente. Ademais, falando-se do caso brasileiro, para se falar em história à contrapelo, que interpele pontos de vista não hegemônicos e oficiais, as relações étnico-raciais devem ser um prisma central. A partir da derrocada do escravismo e da crítica à influência aberta e declarada ao racismo científico, a questão racial passou a ser escamoteada e silenciada. Afinal, com incomensurável ironia, nos transformamos em exemplo de convivência entre as raças e de democracia racial, ideário construído a partir de 1930 e intensificado após 1945.

Nesse sentido, o *Boletim da LBA* não me fornecia, a todo momento, informações palpáveis sobre o meu objeto de estudo. Porém, comumente vinham à baila artigos significativos, diferenciados, com um emaranhado de evidências sobre o que buscava compreender, e que me levavam a digressões, percepções sobre aquele presente e elucidações sobre os processos históricos futuros que tinham influência dos pressupostos então observados. Ainda menores foram as possibilidades para elaborar dados em série sobre a questão racial na LBA entre 1945 e 1965. Mas a análise das capas das revistas, por exemplo, realizada no primeiro capítulo, foi uma saída encontrada para construir esse tipo de informação. E tinham ainda as fartas fotografias, material que ainda pode ser largamente utilizado em observações futuras.

Trabalhar com uma perspectiva crítica sobre o racismo exigiu um engajamento metodológico e teórico para seguir no esforço de construir uma pesquisa que tivesse o rigor

necessário. Pode ser considerado que foi uma opção política trabalhar com a questão racial, pois a escolha de um tema a ser pesquisado, qualquer que o seja, é uma atitude eminentemente política.

Procurei elaborar um nexos entre os capítulos, de modo que os três constituíssem um panorama qualificado sem que estivessem necessariamente dispostos de forma linear. Uma vez que realizada a partir de vestígios oficiais estatais, os pontos de vistas hegemônicos, que disseminam e reivindicam a subalternização dos grupos sociais tido como inferiores, foram recorrentemente trazidos à luz. Com isso, o intuito era evidenciar as narrativas e os silenciamentos produzidos por esses agentes sociais em favor de hierarquizações raciais e econômicas. Analisar como a branquitude agia para disseminar ideias eugênicas e escravistas e se constituir como grupo hegemônico é, sem dúvida, um lado relevante do problema.

Ainda mais fundamental era trazer os atores sociais sobre cuja trajetória me propus discorrer, emparelhado com a história social do trabalho e do pós-abolição. Com essa finalidade, trouxe um intelectual como Alberto Guerreiro Ramos para discutir sobre a eugenia, mostrei as imagens das pessoas participando das atividades da LBA, encontrei comunidades quilombolas e trabalhadoras domésticas labutando em seu dia a dia e observei os trabalhadores de diversas regiões do país na nova capital do país lutando contra a imposição de péssimas condições de trabalho, negociando seus direitos, mas também recorrendo à LBA para buscar seu quinhão de reconhecimento em uma experiência cidadã.

FONTES IMPRESSAS

Arquivo do Ministério da Cidadania

FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Memória da Assistência Social: as origens da LBA*, 1977.

LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. *Atas das Sessões da Comissão Central. Ata da Sessão Ordinária, realizada em 12 de fevereiro de 1964*. Rio de Janeiro: 1965. p. 9-10.

Consultada no arquivo do Ministério da Cidadania.

_____. *Boletim da LBA, nº 1*, jan. 1945.

_____. *Boletim da LBA, nº 6*, de 30 de abril de 1945.

_____. *Boletim da LBA nº 15*, 28 de agosto de 1945.

_____. *Boletim da LBA nº 16*, set. de 1945.

_____. *Boletim da LBA, nº 19*, maio de 1946.

_____. *Boletim da LBA, nº 20*, agosto de 1946.

_____. *Boletim da LBA, nº 21*, outubro de 1946.

_____. *Boletim da LBA, nº 23*, fevereiro e março de 1947.

_____. *Boletim da LBA nº 24*, abr. e mai. de 1947.

_____. *Boletim da LBA, nº 28*, outubro de 1947.

_____. *Boletim da LBA*, nº 29, novembro e dezembro de 1947.

_____. *Boletim da LBA*, nº 33, maio de 1948.

_____. *Boletim da LBA*, nº 35, julho de 1948.

_____. *Boletim da LBA nº 38*, nov. e dez. de 1948.

_____. *Boletim da LBA nº 39*, jan. de 1949.

_____. *Boletim da LBA*, nº 44, junho de 1949.

_____. *Boletim da LBA nº 46*, ago. de 1949.

_____. *Boletim da LBA*, nº 47, setembro de 1949.

_____. *Boletim da LBA*, nº 48, outubro de 1949.

_____. *Boletim da LBA*, nº 49, novembro de 1949.

_____. *Boletim da LBA*, nº 50, dezembro de 1949.

_____. *Boletim da LBA*, nº 55, maio de 1950.

_____. *Boletim da LBA*, nº 57, julho de 1950.

_____. *Boletim da LBA nº 61*, nov. de 1950.

_____. *Boletim da LBA*, nº 66, abril e maio de 1951.

_____. *Boletim da LBA*, nº 67, junho de 1951.

_____. *Boletim da LBA*, nº 68, julho de 1951.

- _____. *Boletim da LBA*, nº 70, setembro de 1951.
- _____. *Boletim da LBA*, nº 71, outubro de 1951.
- _____. *Boletim da LBA*, nº 72, novembro de 1951.
- _____. *Boletim da LBA*, nº 76, março de 1952.
- _____. *Boletim da LBA*, nº 79, julho a setembro de 1955.
- _____. *Boletim da LBA*, nº 80, outubro a dezembro de 1955.
- _____. *Boletim da LBA nº 81*, jan. a mar. de 1956.
- _____. *Boletim da LBA*, nº 82, abril a junho de 1956.
- _____. *Boletim da LBA*, nº 83, julho a setembro de 1956.
- _____. *Boletim da LBA*, nº 85, janeiro a junho de 1957.
- _____. *Boletim da LBA nº 87*, jul. a set. de 1957.
- _____. *Boletim da LBA*, nº 88, outubro de 1957.
- _____. *Boletim da LBA nº 89*, nov. e dez. de 1957.
- _____. *Boletim da LBA nº 90*, jan. a mar. de 1958.
- _____. *Boletim da LBA*, nº 91, abril a junho de 1958.
- _____. *Boletim da LBA nº 92*, jul. a set. de 1958.
- _____. *Boletim da LBA*, nº 93, outubro a dezembro de 1958.

_____. *Boletim da LBA*, nº 95, abril e maio de 1959.

_____. *Boletim da LBA*, nº 97, julho de 1959.

_____. *Boletim da LBA*, nº 98, agosto de 1959.

_____. *Boletim da LBA nº 100*, out. de 1959

_____. *Boletim da LBA nº 101*, nov. de 1959.

_____. *Boletim da LBA*, nº 102, dezembro de 1959.

_____. *Boletim da LBA nº 103*, jan. de 1960.

_____. *Boletim da LBA nº 107*, jul. a set. de 1961.

_____. *Boletim da LBA nº 108*, out. a dez. de 1961.

_____. *Boletim da LBA nº 109*, jan. a mar. de 1963.

_____. *Boletim da LBA*, nº 112, outubro a dezembro de 1963.

_____. *Boletim da LBA*, nº 113, janeiro a junho de 1964.

_____. *Boletim da LBA nº 114*, jul. a out. de 1964.

_____. *Boletim da LBA nº 115*, out. a dez. de 1965.

_____. *Comissão Estadual de Alagoas. Relatório da Comissão Executiva de Assistência às Vítimas da Seca (Avis)*. Período de fevereiro de 1953 a 30 de outubro de 1954. Recife: 1955. p. 3.

_____. *Experiência da LBA no Distrito Federal*. Serviço Especial de Brasília: 1965

_____. *Portaria nº 25*, de 3 de outubro 1946, que aprova o Regimento da Legião Brasileira de Assistência.

_____. *Portaria nº 6013*, de 1º de outubro de 1942, que aprova os Estatutos da Legião Brasileira de Assistência.

_____. *Presidentes da LBA*. Sem data.

_____. *Regimento da Legião Brasileira de Assistência*. Aprovado pelo Conselho Deliberativo em sessão de 22 de novembro de 1950.

_____. *Memória da Assistência Social: as origens da LBA*, 1977.

JORNAIS³⁰³

A Noite Dominical

Correio Brasiliense

Diário de Notícias

Gazeta de Notícias

Jornal Libertador: Órgão da Sociedade Cearense Libertadora

O Espírito Santense

ESTATÍSTICAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Distrito Federal*. Censo demográfico. Rio de Janeiro: 1950.

³⁰³ Consulta aos jornais foi feita na Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: hemerotecadigital.bn.br/.

_____. *Censo Experimental de Brasília*, 1959. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/censobrasilia1959.pdf>.

FONTES AUDIOVISUAIS

Conterrâneos Velhos de Guerra. Vladimir Carvalho. 1993.

Menino 23: Infâncias perdidas no Brasil. Dir. Belisário França. Prod. Maria Carneiro da Cunha. GloboFilmes. 2016. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=7wHNxOohoPA>.

Marambaia, documentário produzido pelo Instituto Nacional de Cinema Educativo, em 1945. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=86qwT6jrSSM>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FILHO, Walter Fraga. *Uma história do negro no Brasil*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

AGUILAR FILHO, Sidney. *Educação, autoritarismo e eugenia: a exploração do trabalho e violência à infância desamparada no Brasil (1930-1945)*. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2011.

BALABAN, Marcelo; SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Introdução. In: BALABAN, Marcelo; SAMPAIO, Gabriela dos Reis; LIMA, Ivana Stolze. *Marcadores da diferença: raça e racismo na história do Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2019.

BARBOSA, Michele Tupich. *Legião Brasileira de Assistência (LBA): o protagonismo feminino nas políticas de assistência em tempos de guerra (1942-1946)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

BASQUES, Victoria. *Vila Amaury, uma cidade submersa: a 38 metros de profundidade, o Lago Paranoá esconde um lugar que um dia abrigou mais de 15 mil trabalhadores*. Brasília, 2018. Disponível em: <https://medium.com/esquinaonline/vila-amaury-uma-cidade-submersa-9b3e48dc8d12>. Acesso em: 5 mar. 2022.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. *Sindicatos das Trabalhadoras Domésticas no Brasil: Teorias da descolonização e saberes subalternos*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

BRASIL. *Decreto nº 13943, de 12 de outubro de 1927*. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm. Acesso em: 5 mar. 2022.

_____. *Decreto nº 10.358, de 31 de agosto de 1942*. Declara o estado de guerra em todo o território nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D10358.htm. Acesso em: 8 mai. 2021.

_____. *Decreto-Lei nº 4830, de 15 de outubro de 1945*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del8252.htm. Acesso em: 3 jan. 2022.

_____. *Decreto-Lei nº 8252, de 29 de novembro de 1945*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del8252.htm. Acesso em: 3 jan. 2022.

_____. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, de 16 de julho de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 5 mar. 2022.

_____. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*, de 18 de setembro de 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 11 jan. 2022.

_____. *Decreto Lei nº 2024, de 17 de fevereiro de 1940*. Fixa as bases da proteção à maternidade, à infância e à adolescência em todo o país. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2024-17-fevereiro-1940-411934-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 jan. 2022.

_____. *Decreto Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943*. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 22 jul. 2022.

_____. *Lei nº 3751, de 13 de abril de 1960*. Dispõe sobre a organização administrativa do Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13751.htm.

CAMINHA, Mônica Cruz. *Abrigo do Cristo Redentor: Estado e assistência social no primeiro Governo Vargas (1936-1945)*. Dissertação de mestrado, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro, 2012.

CARVALHO, Leonardo Dallacqua de; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Continuidades e rupturas na história da Eugenia: uma análise das publicações de Renato Kehl no Pós-Segunda Guerra Mundial. In: *Perspectiva*, Florianópolis, v. 35, n. 3, p. 887-910, julho a setembro de 2017.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998. , p. 119-120.

CASTRO, Manuel Manrique. *História do Serviço Social na América Latina*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 3. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2012.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL*, v. 14, n. 26, pp. 14-47, 2009.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2019.

DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil – 1917-1945*. Tradução de Claudia Sant’Ana Martins. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

DAFLON, Veronica Toste. *Tão longe, tão perto: pretos e pardos e o enigma social brasileiro*. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, 2017.

FASSIN, Didier. Nem raça, nem racismo. O que racializar significa. In: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *Inclusão e exclusão: desafios do passado e do presente*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Europeia, 1972.

FERRARI, Philippe Cunha. *A Instituição Romão de Mattos Duarte: transformações, reorganizações, adequações e desafios após 1990*. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2018.

GOLDBERG, David Theo. *The racial state*. Massachusetts/Oxford: Blackwell Publishing, 2002.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 25.

_____. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. *Estudos Históricos*, n. 34, jul-dez. de 2004, pp. 157-186, 2004.

GOMES, Flávio; YABETA, Daniela. Memória, cidadania e direitos das comunidades Remanescentes (em torno de um documento da História dos Quilombolas de Marambaia). *Revista Afro-Asia*, n. 47, pp. 79-117, 2013.

GOMES, Flávio; NEGRO, Antonio Luis. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo Social*, v. 18, São Paulo: 2006.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, pp. 223-244.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2019. p. 133.

LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Projeto História*, São Paulo, n. 16, pp. 25-38, 1998.

LEMOS, Guilherme Oliveira. *No dilacerar do concreto: as histórias dos apartheids entre as satélites de Brasília e as townships de Joanesburgo (1955-1971)*. Tese de Doutorado em História, Universidade de Brasília, 2022.

MATOS, Lobivar. *A Legião Brasileira de Assistência e os soldados do Brasil*. Rio de Janeiro: LBA, 1945.

MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Lugão. Experiência e narrativa – o pós-abolição como problema histórico. In: _____. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 13-34.

MEDEIROS, H R F. O passado e o presente da puericultura através da história do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. ANPUH – Rio. São Paulo: 2011.

MONTEIRO, Iraneth Rodrigues. *Estado e sociedade na construção de políticas públicas de enfrentamento à fome e à pobreza no Brasil contemporâneo*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, UFRRJ, 2020.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil, p. 614. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 29, n. 59, pp. 607-626, 2016.

NETTO, João Paulo. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

OLIVEIRA, Diego Martins dos Santos. *Brasília entre traços, regimes e o concreto: a segregação socioespacial como projeto de Capital (1958-2010)*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, 2021. p. 72.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. *O sistema classificatório de cor ou raça do IBGE. Texto para discussão n° 996*. Brasília, IPEA: 2003.

PARADA, M B A; MEDEIROS, H R F. Puericultura e políticas públicas de assistência à maternidade e à infância. *XIV Encontro Regional da ANPUH*. Rio. Rio de Janeiro: 2010.

REIS, João José. *Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANGLARD, Gisele. Filantropia e política pública: Fernandes Figueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro da Primeira República. In: SANGLARD, Gisele et al. (org.). *Filantropos da nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

SANGLARD, Gisele. Assistência entre o liberalismo e o bem-estar social. *XIII Encontro de História Anpuh-Rio*. Rio de Janeiro, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SILVA, Bruno Sanches Mariante da. *Assistência e modernidade nos Boletins da Legião Brasileira de Assistência (1945-1964)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de São Paulo, Assis, 2018.

SILVA apud GOMES, Ângela Castro. População e Sociedade. In: GOMES, Ângela Castro (coord.). *Olhando para dentro: 1930-1964. Coleção História do Brasil Nação: 1808-2010*. (coord. Lilia Moritz Schwarcz). Madrid: Fundación Mapfre. Rio de Janeiro: Objetiva. 2013.

SIMILI, Ivana Guilherme. *Mulher e política: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945)*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. As ideias eugênicas no Brasil: ciência, raça e projeto nacional no entre guerras. *Revista Eletrônica História em Reflexão*. v. 6, n. 11. UFGD: Dourados, jan./jun. 2012.

TEIXEIRA, Juliana. Trabalho Doméstico. *Coleção Feminismos Plurais*. São Paulo: Jandaira, 2021.